

UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**A RELAÇÃO ENTRE
COMPETITIVIDADE E TERRITÓRIO NO
“CIRCUITO DAS MALHAS” DO SUL DE
MINAS**

LUCAS LABIGALINI FUINI

Rio Claro (SP)
2007

UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

A RELAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE E TERRITÓRIO NO “CIRCUITO DAS MALHAS” DO SUL DE MINAS

LUCAS LABIGALINI FUINI

Orientador: Prof. Dr. Élson Luciano
Silva Pires (Deplan-Unesp/RC)

Dissertação de Mestrado elaborada
junto ao Programa de Pós-graduação
em Geografia – Área de
Concentração em Organização do
Espaço, para obtenção do Título de
Mestre em Geografia

Rio Claro (SP)

2007

G330.9716 Fuini, Lucas Labigalini

F961r

A relação entre competitividade e território no circuito
das malhas do sul de Minas Gerais / Lucas Labigalini Fuini.
– Rio Claro : [s.n.], 2007

192 f. : il., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Élson Luciano Silva Pires

1. Geografia comercial. 2. Território. 3. Competitividade. 5.
Arranjos produtivos locais. 4. Circuito das malhas. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Lucas Labigalini Fuini

A relação entre Competitividade e Território no “Circuito das Malhas” do
Sul de Minas

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Élon Luciano Silva Pires (orientador)

Prof.a Dr.a Silvia Selingardi-Sampaio (titular)

Prof.a Dr.a Claudete de Castro Silva Vitte (titular)

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira Godoy

Prof.a Dr.a Mônica Arroyo

- aluno (a) – Lucas Labigalini Fuini

Rio Claro, __16__ de _____ Janeiro_____ de 2007_.

Resultado: _____Aprovado_____

A Deus, pai e todo poderoso, em cuja luz e energia motivadora este trabalho se apoiou diariamente...

A minha família, especialmente à minha mãe Eula, meu pai Fernando, meu irmão Mateus e meus avós – pelo apoio, amor e amizade necessários para que esta pesquisa se realizasse da forma mais tranqüila possível...

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Élson, meu orientador e amigo, pela generosidade e acolhida na orientação e por ter compartilhado todo o seu saber para que este projeto se desenvolvesse com plenitude...

A Fapesp – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – pela bolsa e auxílio técnico concedidos durante todo o período da pesquisa de Mestrado, permitindo que este trabalho tivesse o aprofundamento e abrangência planejados...

Aos professores Geraldo Muller e Silvia Selingardi-Sampaio, pelas sugestões e “críticas” construtivas tecidas durante o exame de qualificação...

Ao Prof. José Silvio Golvone (Demac), pelo auxílio na elaboração da amostragem e tratamento estatístico dos dados do trabalho...

A minha companheira Andressa, pelo apoio carinhoso nos momentos mais difíceis desta empreitada...

Aos funcionários da Unesp (Deplan, Biblioteca), pela compreensão e auxílio durante a “louca” rotina de trabalho a que nos submetemos...

Aos diretores e secretários das Prefeituras municipais, Associações Comerciais e Sindicatos de Jacutinga e Monte Sião pelas entrevistas concedidas e informações fornecidas para o enriquecimento da presente pesquisa...

Aos proprietários e funcionários das Malharias de Jacutinga e Monte Sião, pela atenção e carinho disponibilizados durante a aplicação dos formulários de pesquisa...

Aos colegas do curso de Pós-graduação e graduação em Geografia, pelo companheirismo e pelos enriquecedores e “calorosos” debates dentro e fora da sala de aula...

Enfim, minha sincera consideração a todos aqueles que tiveram alguma participação na longa e gratificante trajetória que culmina com a presente dissertação de Mestrado...

Meu muito obrigado e gratidão eterna!

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,
O sonho é ver as formas invisíveis
Da distância imprecisa, e, com sensíveis
Movimentos da esperança e da vontade,
Buscar na linha fria do horizonte
A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte —
Os beijos merecidos da verdade.
(Fernando Pessoa, Mensagem)*

*- Camaradas, já ouvistes, por certo, algo a respeito do
estranho sonho que tive a noite passada. Mas falarei do sonho
mais tarde, antes, tenho outras coisas a dizer. Sei, camaradas,
que não estarei convosco por muito tempo e, antes de morrer,
considero uma obrigação transmitir-vos o que aprendi sobre o
mundo (...)
(George Orwell, Revolução dos Bichos)*

RESUMO

A presente dissertação aborda, por meio de ampla revisão teórica e estudo empírico, a relação entre as noções de “território” e “competitividade” ao considerar que o sucesso das empresas na atualidade está relacionado a elementos específicos das regiões e localidades onde estão inseridas, através de seus recursos, organizações, instituições e externalidades. Para tanto, a noção de Arranjo Produtivo Local (APL) se coloca como instrumento de intercâmbio entre a busca de competitividade e a base territorial da atividade econômica, articulando os atores locais em estratégias coletivas para fortalecimento da competitividade do ambiente de negócios, sendo evidente tal relação no Circuito das Malhas do sul de Minas Gerais. Trata-se de região formada por pequenos municípios especializados na produção de artigos de vestuário em pequenas malharias, produção voltada predominantemente para o mercado nacional. A hipótese aventada é que a configuração sócioprodutiva do Circuito se aproxima muito da idéia de Arranjo produtivo local em fase de consolidação por conta do aglomerado de empresas ali existentes e do arcabouço institucional que as serve. Por fim, propõe-se um estudo da “competitividade territorial”, abordando as estratégias concorrenciais da região para uso de recursos específicos do território, à luz das categorias principais definidoras da moderna competitividade.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Competitividade, Arranjos Produtivos Locais e “Circuito das Malhas”.

ABSTRACT

The present dissertation treats, by means of ample theoretical revision and empirical study, the relationship between the notions of “territory” and “competitiveness” when considering that the economic success of the companies in the present time is related to specific elements of regional localities where they are inserted through its resources, organizations, institutions and externalities. This way, the notion of Local Productive Arrangements (APL) takes place as instrument of interchange between the search of competitiveness and the territorial base of the economic activity, articulating the local actors in common strategies for stress of business-oriented competitiveness of the environment, being latent such relationship in “Minas Gerais south Circuit Tourist of Knitted clothes”. This is a region formed of small cities that had been specialized in clothes production to be sold in small shops, directed specially to the national market. The hypothesis is that the partner-productive configuration of the Circuit approaches to the idea of Local Productive Arrangement in consolidation phase, for account of the accumulation of these existing companies and partner-institutional bases being settled. Finally, a study of the “territorial competitiveness” is considered, approaching the strategies of concurrence of the region to the use of specific resources of the territory by defining the main categories of the modern competitiveness.

Keywords: Local territory, Competitiveness, Productive Arrangements and “Circuit of Knitted clothes”.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS E FOTOS	xvii
ÍNDICE DE SIGLAS INSTITUCIONAIS	xix
INTRODUÇÃO	20

PARTE I

PREMISSAS TEÓRICAS

1 – TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO E NA INDÚSTRIA: A FLEXIBILIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS E A EMERGÊNCIA DOS TERRITÓRIOS LOCAIS.....	25
2 – ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E OS EIXOS DA COMPETIVIDADE: OS CONDICIONANTES CLÁSSICOS, AS NAÇÕES E A DIMENSÃO TERRITORIAL DA COMPETITIVIDADE.....	33
2.1 – AGLOMERAÇÕES SETORIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	49
2.2 – A INOVAÇÃO E O APRENDIZADO COLETIVO LOCAL	56
2.3 – MÃO-DE-OBRA E MERCADO DE TRABALHO LOCAL	60
2.4 – GOVERNANÇA E ARCABOUÇO SOCIOINSTITUCIONAL	63

3 – A METODOLOGIA DOS RECURSOS E ATIVOS ESPECÍFICOS E AS MODALIDADES DE VANTAGENS COMPETITIVAS.....	69
--	-----------

PARTE II

ESTUDO DE CASO DO “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS”

4 – A AGLOMERAÇÃO SETORIAL E O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS”	73
--	-----------

4.1 – HISTÓRICO E PANORAMA SÓCIOECONÔMICO DO “CIRCUITO DAS MALHAS”	76
--	----

4.2 – ESTRUTURA PRODUTIVA DO “CIRCUITO DAS MALHAS”: ESPECIALIZAÇÃO, PORTE DAS EMPRESAS E DINÂMICA ECONÔMICA	88
---	----

4.3 – PRODUTO, COMÉRCIO E CONCORRÊNCIA NO “CIRCUITO DAS MALHAS”	108
---	-----

5 – INOVAÇÃO E APRENDIZADO COLETIVO	132
--	------------

6 – MÃO-DE-OBRA E MERCADO DE TRABALHO LOCAL	139
--	------------

7 - GOVERNANÇA E ARCABOUÇO SÓCIOINSTITUCIONAL	153
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
---	------------

ANEXOS.....	181
--------------------	------------

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Fatores da Competitividade Tradicionais	35
Quadro 2 – Determinantes da Competitividade de Michael Porter	40
Quadro 3 - Tipologia dos Recursos e Ativos Territoriais e as Vantagens e Desvantagens Concorrenciais.....	70
Tabela 1 – Caracterização Demográfica e Econômica dos Principais Municípios do Circuito das Malhas entre 2000 e 2004.....	85
Tabela 2 – Caracterização Sócioeconômica dos Principais Municípios do Circuito das Malhas em 1991 e 2000	85
Tabela 3 - Relevância da Cadeia Têxtil-Vestuário na Estrutura Industrial Brasileira (n.º de Estabelecimentos).....	92
Tabela 4 – Distribuição dos Estabelecimentos de Acordo com os Segmentos da Produção Têxtil-Vestuário em 2.003.....	93
Tabela 5 - Distribuição dos Estabelecimentos na Produção Têxtil-Vestuário de Acordo por Micro-Regiões em Minas e São Paulo	93
Tabela 6 - Distribuição dos Estabelecimentos na Produção Têxtil-Vestuário de Acordo com os Municípios de São Paulo e de Minas em 2.003.....	93
Tabela 7 – Distribuição dos Estabelecimentos da Produção Têxtil e de Vestuário por Unidades da Federação em 2.003.....	96
Tabela 8 – Impacto da Produção Têxtil-Malhas na Atividade Industrial dos Municípios, a partir do Número de Estabelecimentos por Segmentos de Atividade, em 2.003.....	97
Tabela 9 – Impacto da Produção Têxtil-Malhas na Atividade Industrial dos Municípios de Jacutinga e Monte Sião, a partir do Número de Empregos Gerados, em 2.003	98
Tabela 10 – Distribuição dos Empregos e Estabelecimentos de acordo com os Segmentos da Produção Têxtil-Vestuário, em 2.003	98
Tabela 11 – Estimativa de Estabelecimentos e Empregos no Circuito das Malhas em 2.003	99

Tabela 12 – Distribuição dos Empregos de Acordo com o Tipo de Ocupação nos Municípios do Circuito das Malhas em 2.004.....	99
Tabela 13 – Grau de Concentração Espacial das Atividades da Cadeia de Malhas-Vestuário nos Municípios do Circuito das Malhas.....	100
Tabela 14 – Dez Principais Municípios Produtores de Artigos em Malha no Brasil e Especialização da Mão-de-Obra em 2.004.....	101
Tabela 15 – Distribuição dos Estabelecimentos da Indústria têxtil-vestuário nos Municípios do Circuito das Malhas por Porte em 2.003.....	101
Tabela 16 - Distribuição dos Estabelecimentos da Indústria Têxtil-vestuário brasileira por Porte em 2.003.....	102
Tabela 17 - Trajetória do Emprego na Produção Têxtil no Circuito das Malhas entre 1.996-2.004.....	106
Tabela 18 – Trajetória Evolutiva dos Estabelecimentos de Produção Têxtil no Circuito das Malhas entre 1996-2004	106
Tabela 19 - Estrutura Produtiva do Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	111
Tabela 20 - Tipos de Produtos Comercializados no Circuito das Malhas em Set. / 2.006	114
Tabela 21 - Origem do Mercado Consumidor do Circuito das Malhas em Set. / 2.006.....	116
Tabela 22 – Referência Geográfica do Mercado Consumidor do Circuito das Malhas fora de São Paulo em Set. / 2.006	116
Tabela 23 – Caráter das Vendas no Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	118
Tabela 24 - Destino das Vendas em Atacado no Circuito das Malhas em Set. /2.006	118
Tabela 25 – Idade Média das Empresas no Circuito das Malhas em Set. /2.006..	121
Tabela 26 - Estimativa da Produção Mensal no Circuito das Malhas em Set. /2.006	122
Tabela 27 – Produtividade média da Indústria em Jacutinga - Monte Sião (em reais), entre 2.001 e 2.002	132
Tabela 28 - Quantidade de Máquinas Utilizadas na Produção (Retilíneas e de Costura) em Set. /2.006.....	135

Tabela 29 - Idade média (tempo de uso) do Maquinário no Circuito das Malhas em Set. /2.006	135
Tabela 30 - Tipos de Inovações no Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	136
Tabela 31 – Qualidade do Aprendizado Tecnológico no Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	137
Tabela 32 - Terceirização de Etapas da Produção no Circuito das Malhas em Set. /2.006	140
Tabela 33 - Principais Ocupações da Produção Têxtil no “Circuito Das Malhas” em 2.004	141
Tabela 34 – Quantidade Média de Funcionários Diretos por Empresa no Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	143
Tabela 35 – Fatores Importantes para Contratação de Mão-de-Obra no Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	144
Tabela 36 – Nível de Instrução da Mão-de-Obra e Evolução no Circuito das Malhas (%) entre 1.999 e 2.004.	145
Tabela 37 – Qualificação da Mão-de-Obra no Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	146
Tabela 38 – Demandas para Melhoria da Qualificação da Mão-de-Obra no Circuito das Malhas (%) em Set. /2.006.....	146
Tabela 39 – Divisão por Sexo da Mão-de-Obra Empregada no Setor de Malhas (%) entre 1.999 e 2.004.....	147
Tabela 40 - Divisão por Faixas Etárias da Mão-de-Obra Empregada no Setor de Malhas (%) em 2.004.....	147
Tabela 41 – Evolução da Remuneração da Mão-de-Obra no Circuito das Malhas (valores em salários mínimos e reais) entre 1.999 e 2.004.....	148
Tabela 42 – Variação da Remuneração em Salários Mínimos por Nível de Instrução no Circuito das Malhas (valores absolutos) em 2.004.....	150
Tabela 43 – Variação da Remuneração em Salários Mínimos por Tipo de Ocupação no Circuito das Malhas (% - total =100%) em 2.004.....	151
Tabela 44 – Rotatividade da Mão-de-Obra na Indústria Têxtil no Circuito das Malhas (valores absolutos) em 2.004.....	151
Tabela 45 – Atuação das Associações Comerciais e Industriais no Circuito das Malhas em Set. /2.006.....	158

Tabela 46 – Avaliação da Atuação dos Poderes Públicos Municipais no Circuito das Malhas em Set. / 2.006..... 161

Tabela 47 – Qualidade da relação entre as Malharias no Circuito das Malhas em Set. /2.006..... 164

Tabela 48 – Avaliação da Atuação do Circuito das Malhas do Sul de Minas entre as malharias em Set. /2.006..... 167

Quadro 3 – Aplicação da Tipologia dos Recursos e Ativos Territoriais e as Vantagens e Desvantagens Competitivas do Circuito das Malhas 166

ÍNDICE DE FIGURAS E FOTOS

A) ESQUEMAS

Figura 1 – Trajetórias da “Competitividade Territorial”	22
Figura 4 – Cadeia Produtiva e Territorialidade da Indústria de Malhas	90
Figura 19 - Logotipo da Associação Comercial e Industrial de Jacutinga (ACIJA)	157
Figura 20 – Logotipo da Associação Comercial e Industrial de Monte Sião (ACIMS)	159

B) MAPAS

Figura 2 – Mapa de Localização de Jacutinga e Monte Sião	78
Figura 3 – Mapa com a Infra-Estrutura Rodo-Ferroviária da Região do Circuito das Malhas	79
Figura 10 - Localização das Unidades de Produção e Comércio de Malhas na área urbana de Monte Sião (2006)	112
Figura 11 - Localização das Unidades de Produção e Comércio de Malhas na área urbana de Jacutinga (2006)	113
Figura 12 – Espacialização dos Fluxos Comerciais Externos do Circuito das Malhas em Set. / 2.006	117

C) GRÁFICOS

Figura 5 – Distribuição dos Empregos na “Fabricação de Tecidos e Artigos de Malha” por Meso-Região do Brasil em 2.004	95
Figura 6 e 7 - Distribuição dos Empregos na Fabricação de Tecidos e Artigos em Malha por Micro-Região e Municípios Brasileiros em 2.004	95
Figura 8 - Trajetória do Emprego na Produção Têxtil no Circuito das Malhas entre 1.996-2.004	106
Figura 9 - Trajetória Evolutiva dos Estabelecimentos de Produção Têxtil no Circuito das Malhas entre 1996-2004	106
Figura 13 – Principais Canais de Divulgação dos Produtos no Circuito das Malhas em Set. /2.006	120
Figura 14 - Principais obstáculos à Indústria de Malhas em Jacutinga - Monte Sião em Set. /2.006	127

Figura 15 – Serviços Precários no Circuito das Malhas em Set. /2.006	129
Figura 16 - Vantagens Locacionais do Circuito das Malhas em Set. /2.006	131
Figura 17 – Instituições mais atuantes em Jacutinga em Set. /2.006	154
Figura 18 – Instituições mais atuantes em Monte Sião em Set. /2.006	155

D) FOTOGRAFIAS

Foto 1 e 2 – Centro de Monte Sião e Praça Alfredo Zucato.....	83
Foto 3 – Rua comercial em Monte Sião.....	83
Foto 4 – Área Rural de Jacutinga	84
Foto 5 e 6 –Área Urbana de Jacutinga e R. Américo Prado (Centro).....	84
Fotos 7, 8, 9 e 10 – Estabelecimentos do comércio de malhas de Monte Sião.....	112
Fotos 11 e 12 – Estabelecimentos do comércio de malhas de Jacutinga.....	112
Fotos 13, 14, 15, 16 e 17 – Modelos de peças produzidas em tricô no “Circuito das Malhas” (Inverno e Verão).....	117
Fotos 18, 19, 20 e 21 – Máquinas de Tricô Retilíneas (Computadorizadas e Eletrônicas) Importadas: Shima Seiki (Japonesa), Protti (Italiana), Emm (Italiana) e Stoll (Alemã)	133
Fotos 22 e 23 – Imagens da Linha de Produção de Malharias em Monte Sião/MG	134
Fotos 24 e 25 – Linha de Produção de Malharias em Jacutinga/MG	134
Fotos 26, 27, 28 e 29 – Imagens de Vitrines com Modelos dos Produtos Comercializados no “Circuito das Malhas”.....	136
Foto 30 – Sede da Associação Comercial e Industrial de Jacutinga (ACIJA).....	157
Foto 31 - Sede da Associação Comercial e Industrial de Monte Sião (ACIMS).....	159
Fotos 32, 33 e 34 – Mosaico de Imagens da 29 ^a . Fest-Malhas (Jacutinga, 2006)..	162
Fotos 35 e 35 – Mosaico de Imagens da 31 ^a . Fenat (Monte Sião, 2006)	163

SIGLAS INSTITUCIONAIS

APL – Arranjo Produtivo Local

PME's – Pequenas e Médias Empresas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

PROMOS – Consórcio Sebrae e Câmara Italiana de Comércio Exterior de Apoio a Pequenos negócios.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CMM – Circuito das Malhas Mineiro

REDESIST – Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Inovação

RAIS – Relação Anual de Indicadores Sociais

Mtb – Ministério do Trabalho e Emprego

MDICex – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ACIJA – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga/MG

ACIMS – Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Monte Sião/MG

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil

INTRODUÇÃO

A globalização econômica se caracteriza, na atualidade, por amplos processos de reestruturação que conduzem a atividade industrial a novas dinâmicas espaciais, colocando neste âmbito uma série de desafios para implante de modificações técnicas e econômicas como forma de adaptação aos novos patamares de competitividade. No bojo desse processo de internacionalização da atividade econômica se produz uma crescente diferenciação e especialização dos territórios, formando-se um verdadeiro “mosaico de regiões” que se tornam fontes de vantagens concorrenciais a partir dos recursos, práticas e interdependências específicas do local.

A partir do final dos anos 1970, torna-se mais claro para estudiosos e pesquisadores que a noção de competitividade incorpora também fatores situados além do âmbito restrito das empresas, como as externalidades (infra-estruturas, aparato político institucional e regulatório, centros de educação e formação, mão de obra qualificada) e os elementos não mercantis (práticas cooperativas não formais, vínculos institucionais). Autores como Porter (1990), acabaram então, descobrindo na dimensão territorial, um elemento ativo da vantagem competitiva, visto que as indústrias mais competitivas de uma nação se concentram geograficamente em certas cidades e regiões na forma de aglomerados (*clusters*). Põe-se, então, a seguinte questão central a ser respondida neste trabalho: por que algumas regiões produtivas alcançam sucesso competitivo em determinado segmento, enquanto outras localidades sucumbem ao peso da concorrência nacional e internacional?

A hipótese principal deste trabalho de pesquisa é que algumas regiões se tornam mais competitivas que outras, em um segmento produtivo particular, porque conseguem mobilizar, por meio do território, recursos específicos diretamente relacionados ao tipo de construção social, histórica e institucional que se dá no âmbito local e regional e que vai além de um simples cálculo de custos de mercado e preços, envolvendo, pois, uma complexa rede de relações entre empresas, associações, sindicatos e poder público. Com isso, o território, por meio dos atores nele inseridos, se coloca como uma pista para se compreender as estratégias competitivas das empresas, destacando, nesse sentido, as concentrações localizadas de micro, pequenas e médias empresas organizadas na forma de

Arranjos Produtivos Locais (APL) como exemplos de sucesso competitivo extremamente dependente das interações e vínculos mobilizados no território.

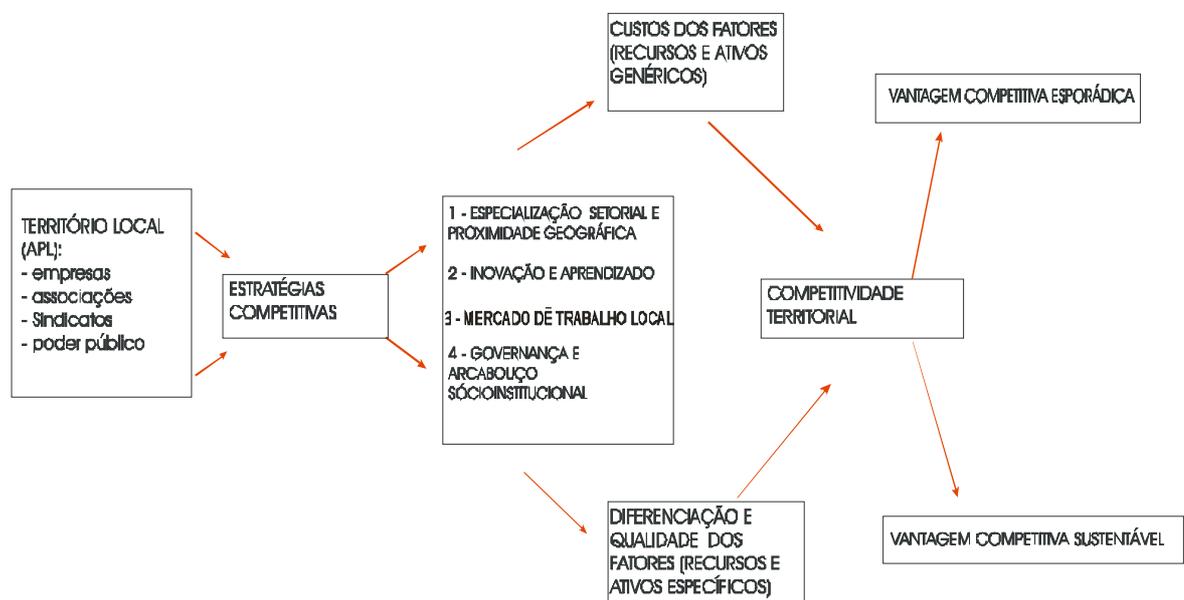
Pode haver uma proximidade deste modelo teórico com o caso da região especializada na produção de peças de vestuário em Malha¹ do Sul de Minas Gerais, denominada de “Circuito das Malhas”, onde é possível encontrar algumas das possíveis interfaces existentes entre a competitividade industrial e o território. Esse Circuito integra, na forma de instituição oficializada a partir de 2006, seis municípios localizados na meso-região Sul-Sudoeste do Estado de Minas e que estão voltados à produção de artigos e acessórios em malha, assim como os bordados: Ouro Fino, Borda da Mata, Jacutinga, Monte Sião, Bueno Brandão e Inconfidentes.

Neste trabalho, a partir de análise empírica dos dois principais municípios produtores de malhas da região Sul mineira - Jacutinga e Monte Sião – postula-se que o tipo de estrutura produtiva e as relações existentes entre os atores da cadeia territorializada tendem a configurar um APL produtor de malhas, cuja competitividade e crescimento deitam suas raízes na tradição histórico-cultural do artesanato de malhas local e no amadurecimento de determinadas organizações e instituições do aglomerado regional. Para tornar mais claro o vínculo existente entre as dinâmicas de localização das empresas e as características dos territórios e seus componentes, esboça-se uma proposta de estudo da “Competitividade Territorial” em APLs brasileiros através de metodologia de recursos e ativos genéricos e específicos, que será melhor compreendida à luz do exemplo do “Circuito das Malhas”.

¹ As malharias se voltam à produção de tecidos de malha. Os tecidos de malha são caracterizados pelo entrelaçar dos fios têxteis, sendo esses sempre no mesmo sentido, ou todos na trama (horizontal) ou todos no urdume. É um processo realizado com a ajuda de agulhas e principalmente usado para produção de gola, punho ou peças já prontas. O tricô é uma técnica para entrelaçar o fio (de lã ou não) de forma organizada, criando-se assim um pano que, por suas características de textura e elasticidade, é chamado de malha de tricô ou simplesmente *tricô*. Pode ser feito manualmente, com duas agulhas, ou só com uma que, além de propiciar o entrelaçamento do fio (criando cada ponto), abrigam a malha de tricô já tecida. A técnica nasceu provavelmente no Egito onde o entrelaçamento era feito com a ajuda de ossos ou madeira. Os belgas levaram a técnica aos ingleses onde as mulheres a desenvolveram para produzir meias e cachecóis que protegessem seus maridos e filhos no inverno. Usavam fios de lã pura que elas mesmas produziam. Por isso até hoje o tricô está relacionado ao inverno, o que a tecnologia reinventou, levando-a também para as malhas de verão através de fios leves e apropriados. O tricô pode também ser feito através de máquinas próprias chamadas de máquinas de tricô, o que também resulta num pano muito semelhante à malha manualmente tecida. No Brasil, as principais cidades no desenvolvimento de Tricô são: Socorro - localizada à 132 Km de São Paulo; Monte Sião - Localizada no Sul de Minas, próximo a Águas de Lindóia; Jacutinga - Também em Minas Gerais. (www.wikipédia.com).

Considerando-se as múltiplas e complexas interinfluências dos fatores geradores da competitividade, propõe-se, então, uma metodologia de estudo que identifica e tipifica as estratégias principais que conduzem à “Competitividade Territorial”. A idéia principal foi equacionar os atributos principais da competitividade com as formas de se promover as vantagens competitivas por meio dos recursos específicos ou genéricos, chegando-se a uma espécie de quadro do desenvolvimento competitivo das regiões e localidades. O esquema a seguir esclarece alguns destes pontos:

Figura 1 – Trajetórias da “Competitividade Territorial”.



Fonte: Elaboração própria

Os condicionantes básicos da competitividade territorial adquirem conotações tanto de recursos específicos quanto de recursos genéricos a depender das estratégias competitivas mobilizadas nos territórios locais, e, isto, por fim, define a aquisição de uma vantagem competitiva esporádica ou uma vantagem competitiva sustentável. Por exemplo, a mão-de-obra pode ser abordada na dupla condição de recurso e ativo genérico e de recurso e ativo específico. Na condição de recurso genérico, é encarada como simples fator de produção cuja baixa qualificação e salários reduzidos atendem a estratégias concorrenciais baseadas no baixo custo de produção. Por outro lado, a mão-de-obra pode ser abordada no quadro de um

coletivo de trabalhadores institucionalmente constituído em torno de um mercado de trabalho local, ressaltando a qualificação e competência como critérios principais em estratégias competitivas baseadas em inovação e especificação da produção local.

Essas categorias se encontram amplamente difundidas nos trabalhos de Porter (1999); Benko; Pecqueur (2001) e Colletis-Wahl; Pecqueur (2002) e, na presente análise, estarão diluídas no contorno de quatro eixos de pesquisa principais: a) Clusters e Arranjos produtivos locais; b) Elementos de inovação e aprendizado local; c) Características da mão de obra e mercado de trabalho local e, d) Elementos qualitativos de Governança territorial e arcabouço sócioinstitucional.

A fim de confrontar as hipóteses teóricas com as informações empíricas, foram aplicados 78 formulários (**Anexo 1**) junto a estabelecimentos produtivos e comerciais do ramo de malhas nos municípios de Jacutinga (38) e de Monte Sião (40), seguindo amostragem estatística com margem de erro de 15% (a cada estabelecimento entrevistado recobre-se uma população de dez estabelecimentos). Os dados obtidos em campo (fonte primária) são complementados na pesquisa por dados secundários obtidos junto a Rais (Relação Anual de Indicadores Sociais, do Ministério do Trabalho), ao Censo (IBGE) e outras informações obtidas junto a FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas) e BNDES. A sistematização, tabulação e análise dos dados fornecem um amplo quadro da estrutura industrial e das relações sócioprodutivas estabelecidas no “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, oferecendo os subsídios necessários à análise dos recursos e ativos específicos e da “competitividade territorial” do arranjo produtivo.

Esta dissertação se estrutura, portanto, em duas grandes sessões principais, afora introdução e conclusão. Na primeira seção, efetua-se uma análise teórica acerca dos conceitos de território e suas imbricações para o cenário da geografia industrial e econômica contemporânea, além de uma análise retrospectiva sobre a noção de “Competitividade”, tendo em vista sua configuração atual associada às dimensões do espaço e território, acoplada, deste modo, à metodologia de estudos para a “Competitividade Territorial” a partir dos recursos e ativos territoriais. Na segunda sessão, efetua-se análise detalhada da região produtora de malhas de Monte Sião/MG e Jacutinga/MG, a fim de melhor esclarecer e analisar criticamente a importância do debate sobre o território como fator indutor de competitividade e desenvolvimento econômico.

PARTE I – PREMISSAS TEÓRICAS

1 - TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO E NA INDÚSTRIA: A FLEXIBILIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS E A EMERGÊNCIA DOS TERRITÓRIOS LOCAIS

Ao abordar as mudanças territoriais e industriais atuais, torna-se necessário definir as categorias espaciais utilizadas na presente análise, tendo em vista o conteúdo que as mesmas adquirem à luz dos processos contemporâneos de transformação tanto na economia quanto na sociedade, que muitos analistas englobam sob a denominação de “globalização”, ou mesmo, de “pós-fordismo”. (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988).

Santos (1992) ressalta a importância de se reconhecer o território como uma unidade espacial de trabalho, considerando o exemplo da região produtiva. Desse modo, o território é considerado uma unidade espacial constituída por frações funcionais diversas, que funcionam a partir de demandas a vários níveis, do local até o mundial. A articulação entre essas frações se dá por meio de fluxos criados e mantidos pelas atividades, população e herança espacial. A análise do território deve se pautar, então, pela consideração da estrutura interna de cada fração e as interações entre elas, à luz da idéia de que o território pode abarcar o espaço de produção propriamente dito, o espaço de circulação e distribuição e os espaços de consumo.

A questão das escalas de análise do território – o global, o supranacional (blocos regionais), o nacional, o regional, o local – é dado considerado importante na análise espacial, pois o conjunto do processo produtivo dota os diversos lugares de valores diferenciados, de acordo com suas virtualidades e potencialidades, e a profundidade e abrangência da interpenetração dos lugares é que define, por último, o alcance espacial dos processos territoriais em análise. Mas o valor e o uso de cada fração escalar do território sofrem alterações a partir, sobretudo, do último quarto do século XX, quando se colocam importantes mudanças nas condições de produção, competição e interdependência espacial e na própria forma de regulação política do território.

Benko (2001) considera que ocorre atualmente um “deslizamento de escala”, ou seja, um reforço das escalas global-supranacional e local-regional por meio da recomposição dos espaços clássicos de evolução dos sistemas econômicos, sociais

e políticos do século XX, geralmente associados ao âmbito regulatório dos Estados-nação. Desse modo, os Estados continuam tendo função crucial em muitas áreas sociais (educação, saúde, obras públicas) e políticas, mas tem seu papel redefinido na economia quando espremido entre as dimensões local e global.

A ordem que substitui aquela é uma ordem global difusa na qual as relações entre os estados diluem-se, em certa medida, ao proveito das conexões entre economias regionais afastadas, ligadas por intercâmbios complexos feitos de competição e colaboração. (...) Assiste-se, por um lado, a um movimento de internacionalização da atividade econômica em um mundo cada vez mais destituído de fronteiras reais, a tal ponto que não hesitam em aventar também a hipótese de um eminente desaparecimento do Estado soberano clássico, fundado sobre a noção de território, um dos três elementos constitutivos do Estado em direito internacional, ao lado do governo e da população, por outro lado, sublinha-se a intensificação do crescimento econômico de um certo número de regiões, reconhecidas como os motores da prosperidade mundial, e que dão origem a uma recomposição da hierarquia dos espaços produtivos (...) (BENKO, 2001, p. 2).

Chesnais (1997) define a “globalização” como um termo vago, que pode ser melhor apropriado pela idéia de “mundialização”. A mundialização incorpora a idéia de que a economia se mundializou por conta da estratégia dos grandes grupos industriais na busca de lugares com condições de gerar lucros e viabilizar fluxos comerciais e, também, por conta da globalização financeira, que fez explodir o mercado de ações baseado em fundos de investimento e de pensão gerenciados por poderosos bancos. A mundialização-globalização cria, então, a necessidade de se construírem instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento, desencadeando a reação das principais potências do mundo, que compõem a chamada tríade (Estados Unidos, Japão-Bloco do Pacífico e União Européia), na busca de liberalização de mercados para projeção de suas forças econômicas e financeiras.

Neste sentido, globalização não significa necessariamente homogeneização do espaço e fim dos territórios e regiões; ao contrário, ocorre simultaneamente um aprofundamento da diferenciação e especialização dos lugares por conta da emergência de regiões mais dinâmicas economicamente que se sobrepõem ao restante do mundo e do país, tornando o território importante fonte de vantagens concorrenciais. Essa convergência regional se alimenta, no decorrer dos anos 1980 e início dos 1990, de dois elementos principais: importantes políticas de descentralização político-administrativa, que dotam o local-regional de maior

autonomia na gestão de bens e serviços coletivos, e a descoberta do papel determinante, na competitividade das atividades econômicas, da densidade de relações entre os atores locais (empresas, universidades, sindicatos, coletividades, etc).

As mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988, no Brasil, têm possibilitado que municipalidades conseqüentes avancem no campo do desenvolvimento econômico local e na implementação de políticas sociais. (...) O município pode assumir e atuar em áreas onde a presença da União ocorria tradicionalmente. A partir daí tivemos no país algumas experiências municipais comprometidas com a modernização econômica e social, com o reaparelhamento institucional, com a democracia participativa e com critérios descentralizadores. (VITTE, 1999, p. 40).

Segundo Benko (2001, p. 3), estabelece-se uma nova “geopolítica da produção” que cristaliza os vínculos entre os níveis espaciais global e local por meio da competição mundial entre regiões e localidades, constatando que, em alguns casos, tornam-se mais importantes, como chave da concorrência para uma localidade, as suas especificidades territoriais entendidas como os elementos qualitativos que diferenciam um local e não são facilmente mobilizados por um simples controle de custos. Consolida-se, desta forma, o mundo atual como um “mosaico de regiões” não necessariamente equivalentes que, em competição permanente, desenvolvem importantes e complexos processos de especialização e diferenciação, mobilizando seus recursos físicos, culturais, econômicos e políticos. (BENKO, 1996).

A globalização econômica e organizacional e a regionalização constituem, portanto, as duas faces de uma mesma moeda cuja mediação é dada pelo processo de flexibilização. A combinação entre globalização econômica, regionalização sociocultural e descentralização política impõem a necessidade da desconstrução da velha estrutura de desenvolvimento, gerando como efeito a renovação da importância do local e das microestruturas e uma tendência para estimular estratégias subnacionais e regionais. (BECKER, 2000). A noção de território se coloca, desse modo, como mais apropriada para tratar do espaço de uma indústria como um conjunto de lugares relacionados por redes coerentes. Essa opção tem relação com as dinâmicas espaciais da industrialização capitalista, pois o território aborda fenômenos em qualquer escala geográfica a partir de processos de construção e reconstrução social, ao passo que a região, comumente, enfoca espaços delimitados no nível subnacional. (STORPER; WALKER, 1989)

O local passa a ser revalorizado como esfera de construção social, por meio das estratégias das empresas, via desconcentração e desverticalização industrial, e dos governos, via descentralização político-administrativa, descobrindo-se na proximidade de pequenas e médias empresas em aglomeração com outros atores locais, um grande potencial para o desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento territorial define-se por um processo de construção e organização de recursos materiais e imateriais voltados à melhoria da produtividade e do produto de uma dada localidade. Esse processo de desenvolvimento se baseia em fatores fortemente enraizados no ambiente social e que não são facilmente transferíveis a outros espaços, reproduzindo-se a partir de um sistema de interrelações, de circulação de informações, de produção e de reprodução de valores em um modo de produção. O território e as formas de especificidades territoriais passam então a desempenhar um papel ativo nas dinâmicas do desenvolvimento, gerando benefícios tecnológicos e organizacionais por meio do estímulo à proximidade entre atores e construção de redes comerciais, cognitivas, culturais e informacionais que definem formas de convenções e de regulação eminentemente locais. (COURLET, 1999; STORPER, 1997). Alguns autores associam, inclusive, o desenvolvimento territorial com formas de desenvolvimento local-regional endógenas, associadas aos mecanismos de regulação e governança local dos sistemas produtivos². (BENKO, 1997).

O território não se define como um simples espaço delimitado de recursos, mas como o modo em que se estabelece um grupo em seu entorno natural que, na organização da localização das atividades, instaura e faz prevalecer as condições de comunicação e linguagem e do aprendizado coletivo. (GILLY; PECQUEUR, 1997, p. 115).

Elemento crucial na análise geográfica das mutações produtivas e econômicas atuais são as estratégias competitivas que as empresas e firmas passam a adotar e que envolvem diversos tipos de ações que promovem o ordenamento e reordenamento dos territórios. Tal hipótese se baseia na premissa de que cada modelo de desenvolvimento é, por natureza, territorializado, ou seja,

² (...) parece possível definir institucionalmente um território e comparar as formas locais de regulação por meio de três aspectos complementares: um tipo de governança, um contexto institucional, e compromissos sociais (especialmente em matéria de relação salarial). Porém, a configuração do modo de regulação é incompleta devido a ausência de um regime de acumulação próprio, caráter totalmente exógeno da restrição monetária, peso do nível salarial, etc: a regulação local não pode ser mais que uma regulação parcial. (GILLY; PECQUEUR, 1997, p. 117).

cada país e região combinam de forma privilegiada um determinado modelo de relações profissionais e organização industrial em comportamentos institucionalizados que permitem, em um cenário de crise e cruzamento de novas possibilidades tecnológicas e mudanças na divisão do trabalho, que alguns territórios se saiam melhor que outros. (LIPIETZ; LEBORGNE, 1990).

Lipietz e Leborgne (1988, p. 23) elaboraram, neste contexto teórico, tipologia que considera as diferentes formas de integração e desintegração territorial das firmas com relação às suas formas de integração produtiva³. Nesse caso, há formas de desintegração territorial, quando as empresas deslocam parte de seu aparato para firmas especializadas no exterior do território (Ex: O Japão, para tarefas de alta tecnologia e qualificação; e os países periféricos, para tarefas não qualificadas e semiquilificadas), e formas de integração territorial, quando as atividades centrais da rede de firmas e a difusão de inovações são controladas no interior do país ou região. É possível, então, associar o desdobramento territorial das principais combinações de integração, desintegração e quase integração vertical das firmas a modelos territoriais complementares⁴ conforme se dá a difusão das relações sociais

³ Esse conjunto de mudanças passou então a ser interpretado como a crise de um “Regime de produção e acumulação fordista”, por conta do declínio do Sistema de produção em massa baseado no trabalho repetitivo e subqualificado e em uma relação salarial que tinha no retorno crescente das remunerações pela elevação da produtividade seu principal prisma. Tais sinais de declínio do fordismo levaram à reação mais ampla dos empresários, por meio da crescente internacionalização e desconcentração da produção, e do Estado, através das políticas de austeridade monetária e fiscal, privatização, reforma de leis e descentralização político-administrativa, que muitos autores identificaram como emergência de uma nova abordagem em substituição a rigidez do “fordismo”, baseada na idéia de flexibilidade ou “Especialização flexível”, que passou a ser desmembrada em vários entendimentos que perpassam, dentre outros aspectos: a flexibilidade dos contratos de trabalho, o regime salarial, equipamentos produtivos, as habilidades do trabalho, formas de organização da empresa, inserção territorial das firmas, das políticas econômicas do Estado, do sistema financeiro internacional, etc. Quanto às características espaciais dos sistemas de produção, que Lipietz (1988, p. 13) denomina de paradigma tecnológico e modelo de industrialização, definem-se mudanças nas formas de relação de produção que criam novos usos para o território e fazem emergir as “redes” como mecanismos reveladores das novas competências das indústrias com valorização acentuada dos vínculos e relações exteriores. Denominações como “Empresas-rede” e “Sistemas Produtivos” personificam a importância que o fluxo de informações e conhecimentos adquire neste momento e consolidam a configuração da indústria como um conjunto de unidades produtivas interligadas por meio de uma matriz gerencial ou agregadas a uma instituição e entidade coordenadora. Lipietz e Leborgne (1988, p. 23) consideram que o ponto de equilíbrio desse novo sistema produtivo é a “firma especializada como intermediário, baseando-se em uma gestão ótima da qualidade, da inovação e da economia de tempo”. A configuração tecno-produtiva pós-fordista, denominada de “Quase Integração Vertical” (LIPIETZ E LEBORGNE, 1988, p. 23), está diretamente relacionada a crescente automação flexível e gestão informatizada de fluxos que abrem novas possibilidades a desintegração vertical das grandes firmas, reduzindo custos por meio da externalização de serviços e produção de insumos a fornecedores subcontratados em redes de firmas especializadas sem que, no entanto, se perca o controle central do negócio.

⁴ 1 – Áreas Produtivas Especializadas: são aglomerações de formação recente, que estabelecem poucas relações com a formação social preexistente. São monosssetoriais, orientadas para exportação, com fracas ligações inter-firmas em seu território. Os contratos de trabalho são de tipo flexível, com pequeno engajamento dos trabalhadores; 2– Sistema Produtivo Local: também é monosssetorial, impulsionado pela demanda exterior, mas

de um setor de atividade para outro e dos comportamentos sociais e culturais e os compromissos institucionalizados no nível nacional ou regional:

Encontra-se na literatura econômico-geográfica o exemplo dos Distritos Industriais Italianos⁵ e as várias formas de Sistemas Produtivos Locais, como possibilidades de negociação e formalização de compromissos sociais no âmbito local que permitem elevação da competitividade das empresas nas regiões que sediam estes aparatos sócio-produtivos. Outro exemplo clássico é dos *Clusters*⁶, que perfazem a ponte que vincula essa noção à dimensão do território. Messner (1996) reconhece que os clusters balizam o caráter interativo da inovação e do aprendizado e tendem a valorizar o papel das localizações industriais e economias regionais e locais na criação de vantagens competitivas, sobretudo no exemplo dos distritos industriais *marshallianos* da Terceira Itália que construíram sua aglomeração regional sob fortes laços de cooperação econômica e cultural e redes sociais.

Porter (1999, p. 219) reforça esta linha de pensamento, ao entender o *cluster* como uma nova maneira de pensar as economias nacionais, estaduais e urbanas

há uma especialização intra-setorial das firmas e, portanto, uma tendência à quase integração vertical local entre as firmas. Ele implica uma oferta local, provavelmente anterior, de qualificação profissional. A necessidade de interfaces diretas e profissionalismo da mão de obra implica em uma concentração territorial; 3 – Áreas-Sistemas: rede integrada territorialmente, diversificada, multissetorial, de empresas especializadas e de empresas contratantes. Há uma difusão organizada e até planejada do saber social, com elos estreitos entre o sistema bancário regional e o sistema industrial, elos estreitos com todo o resto da sociedade civil. Como as relações profissionais no interior das firmas se baseiam na qualificação, cooperação e negociação coletiva há fortes chances de que os princípios de organização industrial sejam baseados em formas de parceria entre firmas, sindicatos e administrações locais. (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 24-25).

⁵ Na definição clássica de Becattini (1994, p. 21) o *Distrito Industrial* é uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico. No distrito, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como, por exemplo, as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre comunidade local e as empresas.

⁶ *Cluster* é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou Estado para todo um país ou uma rede de países vizinhos. Assumem diversas formas, dependendo de sua profundidade e sofisticação, mas a maioria inclui empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas em setores correlatos. Os aglomerados geralmente também incluem empresas em setores a jusante (distribuidores, clientes), fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infra-estrutura especializada, instituições governamentais e outras dedicadas ao treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico (universidades, centros de altos estudos), agência de normatização. Os órgãos governamentais com influência significativa sobre o aglomerado seriam uma de suas partes integrantes. Finalmente, muitos clusters incluem associações comerciais e outras entidades associativas do setor privado, que apóiam seus participantes. (PORTER, 1999, p. 212)

por meio dos novos papéis conferidos as empresas, governos e outras instituições que se esforçam para aumentar a competitividade, obstando que boa parte da vantagem competitiva se situa fora de determinada empresa ou mesmo do setor, residindo, ao contrário, na localização das unidades de negócios.

Os clusters representam uma faceta do “diamante”, sobretudo no âmbito dos setores correlatos e de apoio, mas são melhor interpretados como manifestação da interação entre as quatro facetas. Os aglomerados influenciam a competição de três maneiras amplas: pelo aumento da produtividade das empresas e setores componentes; segundo, pelo fortalecimento da capacidade de inovação, e em consequência pela elevação da produtividade; terceiro, pelo estímulo a formação de novas empresas, que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado. Muitas das vantagens desses aglomerados decorrem de economias externas as empresas ou dos “extravasamentos” e efeitos colaterais de vários tipos entre empresas e setores. (PORTER, 1999, p. 225).

Esses *clusters* podem ser compreendidos também como mais uma forma de promover a competitividade do território por meio de uma eficiente organização dos recursos e agentes locais. Segundo Humphrey; Schimitz (2002), o *cluster* permite viabilizar o aumento do *upgrade*⁷ e da competitividade em mercados globais através da governança e coordenação econômicas das atividades no nível local e pelo papel das melhorias incrementais nas interações locais entre firmas e instituições, promovendo a localidade e suas forças internas na criação e aperfeiçoamento de recursos. Chega-se deste modo à condição de se fazer melhores produtos, de forma mais eficiente e com maior habilidade e especialização.

Dall’Acqua (2003) afirma que a localização continua sendo fundamental à competição, e o território, enquanto um espaço geoeconômico local e global, aparece como um fator e insumo importante à competitividade das empresas organizadas em Clusters, Arranjos Produtivos Locais, Circuitos de produção e Redes globais. A busca da competitividade nestes aparatos socioprodutivos se expande e vai além do âmbito local, passando pelo regional e chegando até o global, consolidando a perspectiva de ser o território um importante fator de produção na concorrência global.

A noção de Arranjos Produtivos Locais (APL) acaba sendo mais aberta a diferentes interpretações teóricas e exemplos empíricos, se aproximando do tipo de

⁷ *Upgrading* – fazer melhores produtos, fazê-los mais eficientemente ou mover-se para atividades de maior habilidade e mais especializadas. Com a integração dos países em desenvolvimento nos mercados globais, suas firmas se colocam diante do aumento das pressões competitivas. Para manterem os rendimentos diante desta pressão, os produtores devem aumentar o conteúdo de conhecimento de suas atividades e mover-se para nichos de mercado mais restritos, processo de mudança chamado de *upgrade* (elevar o nível). (Nota do Autor).

configuração produtivo-territorial de regiões bem sucedidas no processo competitivo nacional e internacional (Distritos Industriais da Terceira Itália, a Região de Baden-Württemberg, na Alemanha, e o Vale dos Sinos e Pólo de Franca, no Brasil), sendo colocado também como prestigiado instrumental para análises e políticas que versam sobre desenvolvimento local, regional e industrial no Brasil. Alguns autores também associam os APLs a uma forma de interpretação dos Distritos Industriais e Sistemas Produtivos para o contexto específico de países periféricos como o Brasil.

Dois elementos são, portanto, fundamentais para se pensar na configuração de Arranjos Produtivos Locais: A) A existência de uma “cadeia produtiva” ou “sistema de *input/output*” de fluxos de bens, serviços e informações associados a um produto ou ramo de produção específico em uma aglomeração de estabelecimentos industriais concentrados em virtude dos efeitos de escala e externalidades do entorno espacial (bairro, cidade e região); B) Um “sistema produtivo” que envolve unidades de produção, serviços complementares e outros agentes em ligações orgânicas, por meio de organizações e instituições locais que se agregam através de uma governança local. Ressalta-se, então, a importância da presença de instituições de capacitação, pesquisa e desenvolvimento para o sucesso competitivo dos APLs, que passa a estar condicionada pela preocupação constante dos Arranjos produtivos com a inovação e a aprendizagem tecnológica que, em contexto de proximidade organizacional, permite, não somente a obtenção de conhecimentos codificados, mas também o amadurecimento de conhecimentos tácitos associados ao *know-how* e a habilidades locais.

Abre-se, então, uma nova possibilidade na análise da competitividade através da compreensão das várias formas de *territorialização* dos processos de desenvolvimento econômico, contextualizando as iniciativas dos atores locais em seu entorno formado por relações variadas entre as firmas e as instituições que configuram novos padrões de organização sócio-territorial e de regulação locais. Estas hipóteses teóricas encontram-se melhor explicitadas na seqüência do trabalho.

2 - ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E OS EIXOS DA COMPETITIVIDADE: OS CONDICIONANTES CLÁSSICOS, AS NAÇÕES E A DIMENSÃO TERRITORIAL DA COMPETITIVIDADE

Um das primeiras e mais difundidas concepções de Competitividade se baseia na teoria clássica das “Vantagens Comparativas”, de David Ricardo, que advoga que os países que participam do comércio internacional produzem uma variedade limitada de bens, ou seja, aqueles bens que podem produzir em escala maior e de forma mais eficiente. Em outras palavras, “um país teria vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens fosse mais baixo que em outros países”. (KRUGMAN; OBSTFELD, 2003, p. 53). Segundo Krugman; Obstfeld (op. cit., 2003), a teoria das vantagens comparativas explica então a diferença entre países no comércio internacional, pois é mais vantajoso, por exemplo, para os EUA, canalizar esforços na produção de computadores do que na de rosas, que podem ser compradas da América do Sul que as produz de forma mais eficiente. Ricardo fundamenta sua teoria na crença de que o comércio internacional é estritamente resultado de diferenças internacionais de produtividade do trabalho, ou seja, é regulado somente por forças de livre mercado baseadas em preços, custos e salários, que levam ao equilíbrio na oferta e demanda de bens entre países.

A busca por teorizar e compreender os fatores que levam uma indústria a se localizar em um ponto do espaço e não em outro serve também como alicerce da análise das Vantagens comparativas e, desse modo, se consolida a “Teoria da Localização Industrial”, sobretudo em suas variantes clássicas de Weber, Losch, Perroux⁸, como o referencial espacial e geográfico para análise das vantagens econômicas da localização industrial no âmbito de redes urbanas. Tais teorias apresentam como ponto de convergência uma idéia de espaço como superfície de custos de fatores (mão-de-obra, capital e matéria-prima) onde as empresas se movimentam na busca de uma localização ótima, ou seja, uma localização que permita ter custos reduzidos quanto à exploração de mão-de-obra e recursos naturais equacionados aos custos do transporte de insumos e das mercadorias. As

⁸ Economistas que difundiram, respectivamente, a teoria dos “Lugares Centrais”, da “Localização Ótima” e dos “Pólos de Concentração” e “Indústrias Motrizes”.

leis que regulam este sistema de input-output básico são as leis da oferta e procura do mercado, favorecendo às empresas aquelas localizações que permitam acentuar as “economias de aglomeração” e as “externalidades econômicas”. (MANZAGOL, 1985).

Outro nome importante na análise contemporânea da Competitividade Industrial é Michael Porter⁹ que, em três obras centrais, expôs suas idéias acerca do que denominou de “Vantagens Competitivas”, “Estratégias competitivas” e “Vantagens competitivas das nações”. Na sua concepção básica, a vantagem competitiva surge fundamentalmente do valor que uma empresa consegue criar para seus compradores e que ultrapassa o custo de fabricação pela empresa. O valor representa aquilo que os compradores estão dispostos a pagar e esse valor superior provém da oferta de preços mais baixos do que os da concorrência por benefícios equivalentes ou do fornecimento de benefícios singulares que compensam preços mais altos. Desse modo, existem dois tipos básicos de vantagem competitiva: a liderança de custos e a diferenciação¹⁰ (PORTER, 1989, p. 2).

Em suas reflexões originais, Porter (1990) propõe que a competitividade é obtida, sobretudo, no âmbito da indústria e da posição que uma empresa individualmente, ocupa na estrutura desta indústria através de uma estratégia competitiva¹¹. Essa estratégia competitiva se baseia em uma escolha e decisão que envolve duas preocupações principais: a estrutura da indústria com a qual a empresa compete (as indústrias diferem muito na natureza da competição e nem

⁹ As obras em questão são: Estratégias Competitivas, Vantagem Competitiva e Vantagens Competitivas das Nações, todas publicadas a partir de 1.986.

¹⁰ No centro do posicionamento está a vantagem competitiva. Em longo prazo, as empresas obtêm êxito em relação aos seus competidores se dispuserem de vantagem competitiva sustentável. Há dois tipos básicos de vantagem competitiva: menor custo e diferenciação. O menor custo é a capacidade de uma empresa projetar, produzir e comercializar um produto comparável com mais eficiência que seus competidores. Os preços dos ou próximos dos compradores os custos menores traduzem-se em rendimentos superiores. A diferenciação é a capacidade de proporcionar ao comprador um valor excepcional e superior, em termos de qualidade do produto, características especiais ou serviços de assistência. A diferenciação permite a uma firma obter um preço melhor, que leva a uma lucratividade superior, desde que os custos sejam comparáveis aos concorrentes. A vantagem competitiva de qualquer dos dois tipos se traduz em produtividade superior à dos concorrentes. A vantagem competitiva está diretamente ligada ao sustentáculo da renda nacional. (PORTER, 1989, p. 48).

¹¹ A indústria é a arena na qual a vantagem competitiva é ganha ou perdida. As empresas, através da estratégia competitiva, buscam definir e estabelecer uma abordagem para a competição em suas indústrias que seja, ao mesmo tempo, lucrativa e sustentável. Não existe estratégia competitiva universal, única, e apenas tem êxito estratégias adequadas a indústria específica e aos conhecimentos e patrimônio social de uma determinada empresa. (PORTER, 1990, p. 44)

todas oferecem igual oportunidade de lucratividade continuada) e a posição dentro da indústria. (PORTER, p. 44).

A estratégia competitiva deve nascer de um conhecimento detalhado da estrutura da indústria e da maneira pela qual ela se modifica. Em qualquer indústria, seja interna ou internacional, a natureza da competição está materializada em cinco forças competitivas: (1) a ameaça de novas empresas; (2) a ameaça de novos produtos ou serviços, (3) o poder de barganha de fornecedores, (4) o poder de barganha dos compradores e (5) rivalidade entre competidores existentes. O vigor dessas cinco forças varia de indústria para indústria e determina sua lucratividade em longo prazo. Deste modo, a atração da indústria e a posição competitiva podem ser, ambas, condicionadas pela empresa. As empresas bem-sucedidas não só reagem ao seu ambiente, como também procuram influenciá-lo a seu favor. Na verdade, são as modificações na estrutura da indústria ou o aparecimento de novas bases de vantagem competitiva que sublinham as oscilações substanciais na posição competitiva. (PORTER, 1990, p. 45).

Dentre os fatores geralmente associados a “competitividade industrial”, é possível identificar alguns eixos principais tradicionais como: a produtividade, mão-de-obra, mercado consumidor, infra-estrutura de transportes e matérias primas. Na concepção clássica de competitividade, esses fatores são insumos básicos para a obtenção de retornos crescentes de escala via “otimização positiva” de lucros e custos.

Quadro 1 – Fatores da Competitividade Tradicionais

FATORES DA COMPETITIVIDADE TRADICIONAIS	CARACTERISTICAS
PRODUTIVIDADE	Medida da eficácia geral da utilização da mão-de-obra. Resulta dos efeitos combinados de um grande número de fatores distintos, mas interdependentes, como quantidade e qualidade do equipamento empregado, melhoramentos técnicos, eficácia da direção, circulação das matérias-primas e das peças, utilização relativa das unidades de produção segundo grau de eficácia e, enfim, capacidade profissional e esforço dos trabalhadores. (FOURASTIÉ, 1990, p. 47).
MÃO-DE-OBRA	Concentração de trabalhadores em dado lugar, gerando economias de aglomeração e promovendo determinadas instituições e convenções que consolidam as qualificações e habilidades especializadas dos trabalhadores. (STORPER, 1988)
MERCADO CONSUMIDOR	Composição da demanda interna determina a maneira pelas quais as empresas percebem, reagem e interpretam as necessidades do comprador, estimulando a inovação e aperfeiçoamento. Compõe-se de três atributos gerais: a composição (natureza e necessidades do comprador), o tamanho e padrão de crescimento e os mecanismos pelos quais a preferência interna é transmitida aos mercados externos e estrangeiros. (PORTER, 1999)
MATÉRIAS-PRIMAS	Fatores naturais que, na condição de insumos produtivos, permitem às indústrias obter custos de localização ótimos. (Ex: minério de ferro, argila, cobre, lã, etc).
INFRA-ESTRUTURA DE CIRCULAÇÃO	Estradas, rodovias, portos e aeroportos que permitam interligação dos centros de produção aos locais de venda e circulação, redes telemáticas e de comunicação que viabilizem intercâmbio de informações dos produtores com seu entorno próximo ou distante e seus clientes

Organização: Lucas L. Fuini

Porter (1990, p. 172) defende que a competitividade das nações passa, primeiramente, pela explicação dos determinantes da produtividade do trabalho e do capital e de sua taxa de crescimento dos setores e segmentos de uma economia nacional. O segredo da competitividade das nações passa a ser sua produtividade, que pode ser entendida, pelo;

(...) valor da produção de uma unidade de trabalho ou de capital. Depende tanto da qualidade e das características dos produtos (que determinam o seu preço) como da eficiência com que são produzidos. A produtividade é a principal determinante do padrão de vida de longo prazo de um país, é a causa primordial da renda per capita nacional. A produtividade dos recursos humanos determina o salário dos empregados, a do capital estabelece o retorno gerado para seus detentores. (PORTER, 1990, p. 173).

Mas, nos últimos vinte anos, em decorrência das profundas modificações nos sistemas produtivos graças à difusão do uso das tecnologias da computação-informação e microeletrônica, que levaram à exacerbação do fluxo comercial entre países e, por último, à globalização econômica, pode-se considerar que a noção de competitividade tornou-se alvo de maior complexidade e passou a incorporar outros elementos e atores, em consórcio direto e indireto com as empresas, como importantes elementos no esforço de competição. Muller (1995, p. 138-143) considera que a competitividade, devido a sua complexidade conceitual, pode ser abordada tanto do ponto de vista tecno-econômico, referente a participação no mercado e as externalidades positivas e negativas, quanto do ângulo sociopolítico e cultural, que envolve as estratégias dos empresários e as políticas nacionais. Desse modo, a competitividade pode ser resumida por meio de um mapa que permeia todos os processos, desde o poder estrutural mundial dos países desenvolvidos até o âmbito nacional/regional dos países e regiões que buscam o crescimento e o desenvolvimento através de sua integração no mundo.

A abertura comercial, os ajustes estruturais, a reconversão produtiva, a coexistência inteligente com os recursos naturais, a luta contra a pobreza, enfim, praticamente tudo se enfoca, de uma maneira ou outra, através do prisma da competitividade. O que se transformou – em um clima conceitual amplo e ambíguo, em uma espécie de princípio obrigatório de evolução internacional para os órgãos públicos e privados (incluindo por certo os organismos creditícios) e tem repercutido na formulação e aplicação de estratégias empresariais e políticas nacionais. (MULLER, 1995, p. 143).

Porter (1999, p. 221) critica a visão de competição das empresas em sua lógica locacional como algo estático, com base apenas na minimização de custos em economias relativamente fechadas, que sofrem influência de dois elementos principais: a vantagem nos fatores de produção (mão-de-obra, capital, recursos naturais) e as economias de escala. Nesse novo cenário da competição fundamentado, sobretudo, na busca de inovação e de diferenças estratégicas, tal teoria já não encontra representatividade diante de certa relativização da posse de insumo de fatores em decorrência da abertura dos países à economia global, levando a uma maior oferta de insumos de fatores que se chocam com o uso mais eficiente dos fatores pelos mercados nacionais. Em contrapartida, vínculos mais estreitos com os compradores, fornecedores e outras instituições passam a ter importante contribuição não apenas na eficiência, mas também na velocidade das melhorias e das inovações.

Em um sistema global articulado por redes baseadas na tecnologia da informação, quatro processos principais, segundo Castells (apud DALL'ACQUA, 2003, p. 121), determinam a forma e o resultado da concorrência, sendo, pois, as fontes de competitividade na economia global ou informacional: A) Capacidade tecnológica, pela articulação adequada entre ciência, tecnologia, gerenciamento e produção abastecidos pelo sistema educacional; B) Acesso a um grande mercado afluyente integrado, como a União Européia e o Nafta, tendo maiores chances de impulsionar produtividade e lucratividade das empresas localizadas na zona; C) diferencial entre os custos de produção no local de produção e os preços do mercado de destino, em decorrência da soma de excelência tecnológico-administrativa e custos de produção mais baixos que os da concorrência e; D) capacidade política das instituições nacionais e supranacionais para impulsionar a estratégia de crescimento dos países e regiões sob sua jurisdição

A competitividade, como conceito e estratégia, passa a ter fortes vinculações com os elementos espaciais e territoriais, visto que se identifica também com organizações coletivas, como os países e as regiões, locais onde os agentes econômicos estabelecem suas estratégias competitivas. Associada ao espaço nacional, a competitividade pode ser entendida então como “a capacidade, sob condições de mercado totalmente livres e justas, de produzir bens e serviços que atendam às exigências dos mercados internacionais e, ao mesmo tempo, aumentem a renda real dos cidadãos” (COHEN, 1985, apud CASTELLS, 1996, p. 185). Como

não existem condições de mercado livres e justas, a idéia de competitividade passou então a ter forte vinculação com as políticas econômicas e ideologias políticas, podendo estar associada ao fortalecimento do poder de negociação e barganha das unidades políticas nos mercados internacionais e das próprias empresas no mercado interno legitimadas por governos nacionalistas.

Para as empresas torna-se mais apropriado então o uso da noção de posição competitiva, pois a competitividade na esfera nacional conta com o desempenho superior de produtividade pela economia e na capacidade da economia de transferir a produção para atividades de alta produtividade que, por sua vez, podem gerar altos níveis de salários reais. (CASTELLS, 1996, p. 106).

Admite-se, portanto, a superação das visões econômicas tradicionais que tratavam a competitividade como uma questão reduzida a preços, custos (salariais e de transportes) e taxas de câmbio, que, mormente, levou a políticas de desvalorização cambial e controle de custos de mão-de-obra. As novas leituras da competitividade a partir do âmbito da nação tendem antes a valorizar uma visão sistêmica que considera o desempenho empresarial como dependente e também resultado de fatores situados fora do âmbito das empresas e da estrutura industrial da qual fazem parte, como: a ordenação macroeconômica, as infra-estruturas, o sistema político-institucional e as características sócio-econômicas dos mercados nacionais¹².

Desse modo, tenta-se explicar por que determinado país ou região proporciona uma base doméstica favorável para as empresas na competição internacional face às estratégias globais das empresas no âmbito da moderna competição internacional.

A base doméstica é o país onde se criam e se sustentam as vantagens competitivas essenciais das empresas. É onde se estabelecem sua estratégia, onde são geradas e mantidas as tecnologias essenciais dos produtos e dos processos e onde se localizam os empregos mais produtivos e as habilidades mais avançadas. A presença da base doméstica em um país exerce maior influencia positiva sobre outros setores internos vinculados e conduz a outros benefícios na economia nacional. (PORTER, 1999, p. 174)

¹² “Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental para a expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais”.(FERRAZ; COUTINHO, p. 17, 1995).

Todos esses elementos, específicos a cada contexto nacional, devem ser considerados nas ações públicas ou privadas de indução da competitividade. A competitividade como um fenômeno restrito à firma e ao produto tende a se restringir aos aspectos do desempenho no comércio internacional e na eficiência quanto aos coeficientes técnicos e produtividade dos fatores, sonegando o fato de que as estratégias competitivas das empresas envolvem percepções quanto ao processo concorrencial e o meio ambiente econômico no qual se inserem. Em uma visão dinâmica da competitividade, entende-se que o sucesso competitivo depende da criação, renovação e conservação das vantagens competitivas pelas empresas por meio do tipo de inserção destas no mercado e no ambiente político e social onde competem. (FERRAZ; COUTINHO, 1995, p. 17)

Segundo Ferraz e Coutinho (1995, p. 19), o desempenho competitivo de uma empresa, indústria e nação é condicionado por um vasto conjunto de fatores que pode ser subdividido naqueles internos à empresa, nos de natureza estrutural, pertinentes aos setores e complexos industriais, e nos de natureza sistêmica. Os fatores internos à empresa, primeiramente, são aqueles que estão sob sua esfera de decisão e através dos quais procura se distinguir de seus competidores. Incluem, entre outros: a capacidade tecnológica e produtiva; a qualidade e a produtividade dos recursos humanos; o conhecimento de mercado e a capacidade de se adequar as suas especificidades; a qualidade e a amplitude de serviços pós-venda e as relações privilegiadas com usuários e fornecedores. Os fatores estruturais são aqueles que, mesmo não sendo inteiramente controlados pela firma, estão parcialmente sob sua área de influência e caracterizam o ambiente competitivo que ela enfrenta diretamente. Integram esse grupo: as características dos mercados consumidores, a configuração da indústria e o ramo em que atua e a concorrência no que tange às regras que definem condutas e estruturas empresariais. Já os fatores sistêmicos da competitividade são aqueles que constituem externalidades para a empresa produtiva, pois afetam as características do ambiente competitivo e podem ter importância nas vantagens competitivas que firmas de um país têm ou deixam de ter ante suas rivais no mercado internacional. Podem ser de natureza macroeconômica, político-institucional, regulatória, infra-estrutural, social, regional e internacional.

Outro exemplo da visão sistêmica da competitividade é o modelo proposto por Michael Porter (1990) para estudo da vantagem competitiva das nações,

denominado popularmente de “diamante da competitividade”, que se baseia em quatro amplos atributos que se encontram em inter-relação dinâmica, adicionados a três outros elementos que funcionam como catalisadores da potência dos demais atributos:

Quadro 2 – Determinantes da Competitividade de Michael Porter

ATRIBUTOS	DETERMINANTES	CARACTERÍSTICAS
PRINCIPAIS	1 – CONDIÇÕES DE FATORES	A posição do país nos fatores de produção, como trabalho especializado ou infra-estrutura, necessários a competição em determinada indústria. Ex.: Dotação de fatores (Recursos humanos, recursos físicos, recursos de conhecimento, recursos de capital, Infra-estrutura), Hierarquia de fatores, Criação de fatores, Desvantagem seletiva de fatores.
	2 – CONDIÇÕES DE DEMANDA	A natureza da demanda interna para os produtos ou serviços de uma indústria. Ex.: Composição da demanda interna, Tamanho da demanda e padrões de crescimento, Internacionalização da demanda interna, influência mútua das condições de demanda
	3 – INDÚSTRIAS CORRELATAS E DE APOIO	A presença ou ausência no país de indústrias abastecedoras e indústrias correlatas que sejam internacionalmente competitivas.
	4 – ESTRATÉGIA, ESTRUTURA E RIVALIDADE DAS EMPRESAS	As condições que, no país, governam a maneira pelas quais empresas são criadas, organizadas e dirigidas, mais a natureza da rivalidade interna.
CATALISADORES	5 – PAPEL DO ACASO	Elementos como Invenção, Espírito empresarial, empreendedorismo, etc
	6 – O PAPEL DO GOVERNO	Influência os 4 determinantes principais por meio de subsídios para o mercado de capitais, políticas fiscais, políticas de educação, modelagem das condições locais de demanda, estabelecimento de padrões e regulamentos locais para produtos por órgãos, atuação como comprador de produtos em alguns setores, etc.
	7 – CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA	Influência que as localidades (cidades e regiões) exercem no fortalecimento mútuo dos determinantes individuais do diamante. Por exemplo, a concentração geográfica de rivais, clientes e fornecedores promoverá eficiência e especialização.

Fonte: PORTER, 1990, p. 87.

Segundo Porter (1990), os determinantes do “diamante”, ao se reforçarem mutuamente, agem como um sistema, criando o contexto no qual as empresas de um país nascem e competem, sendo as vantagens do diamante definidoras do sucesso dos países na competição internacional. As condições necessárias para obtenção de vantagens competitivas são as seguintes:

A disponibilidade de recursos e competência necessários à vantagem em uma indústria; as informações que condicionam quais as oportunidades percebidas e as direções nas quais os recursos e a competência são orientados; as metas dos proprietários, diretores e empregados que estão envolvidos na competição e a realizam; e, o mais importante, as pressões sobre as empresas para investir e inovar. (PORTER, 1999, p. 88).

A competitividade acaba adquirindo uma perspectiva dinâmica à medida que os determinantes da vantagem competitiva nacional reforçam-se mutuamente e proliferam com o tempo, estimulando a vantagem competitiva numa indústria e, desta forma, tornando imprecisa a causa e o efeito dos determinantes individuais. Passa-se então a atribuir grande valor à busca por inovação e diferenças estratégicas, reflexo dos vínculos mais estreitos com os compradores, fornecedores e outras instituições que contribuem significativamente com a eficiência, velocidade das melhorias e aperfeiçoamentos. (DAL'ACQUA, 2003). Porter (1999, p. 174) propõe, então, as seguintes indagações a partir da premissa de que a competição é dinâmica e evolutiva: por que algumas empresas baseadas em certos países inovam mais do que outras e por que alguns países proporcionam um ambiente que capacita as empresas a melhorar e inovar com mais rapidez do que seus rivais externos?

Fica patente que a noção de competitividade, ao consolidar uma reflexão sistêmica, acaba por demandar uma análise eminentemente espacial, ou territorial, algo confirmado por Porter (1999) ao ratificar que a concentração geográfica é um dos elementos que tem a capacidade de transformar os atributos da competitividade em um “verdadeiro sistema”, posto que:

(...) as vantagens comparativas duradouras numa economia global são, em geral, intensamente locais, emanando das concentrações de conhecimentos e qualificações bastante especializadas, de instituições, de rivais, de empresas correlatas e de clientes sofisticados em um determinado país ou região. (PORTER, 1999, p. 251).

A proximidade em termos geográficos, culturais e institucionais possibilita acessos a relacionamentos especiais, melhores informações, incentivos poderosos e outras vantagens para a produtividade e para o crescimento da produtividade que são de difícil aproveitamento à distância. Assim, os insumos, as informações e as tecnologias padronizadas se encontram prontamente disponíveis através da globalização, ao passo que os aspectos mais avançados da competição permanecem circunscritos em termos geográficos. Na virada do século XXI, a

localização ainda é importante, embora por motivos diferentes que prevaleciam nas décadas anteriores. (PORTER, 1999, p. 251).

A aproximação analítica entre a concepção de competitividade e as várias instâncias do espaço representa um avanço e uma necessidade para a explicação da dinâmica contemporânea da economia global e seu impacto sobre os territórios nacional, regional e local. Conforme aumenta a complexidade inerente ao conteúdo da competitividade contemporânea, torna-se cada vez mais claro seu vínculo especial com o espaço, vínculo traduzido por meio de suas dimensões constitutivas: os territórios, as regiões e os lugares. A premissa essencial que emerge é aquela que coloca o território, em função de sua face escalar mais ampla, como elemento essencial das estratégias competitivas, situando-se cada vez mais, tanto no papel de plataforma e recurso da competitividade quanto no papel de ator.

Na eminência de se traduzirem tais processos geoeconômicos, cabe o seguinte questionamento: a competitividade - ou vantagem competitiva - é elemento intrínseco ao território e se baseia em uma mobilização endógena de recursos e energias para tal fim ou, por outro lado, é elemento externo ao território, baseando-se em estratégias introjetadas em determinados lugares com a finalidade de explorar recursos e elementos interessantes à lucratividade dos negócios? As respostas para tais encruzilhadas analíticas se situam no âmbito dos interesses e estratégias dos setores, indústrias, empresas, governos e comunidades locais, emergindo um campo interessante para análises e reflexões que partam de um denominador comum: tratar a variável geográfico-territorial como condição indispensável ao processo competitivo¹³.

¹³ No entanto, o discurso e a análise teórica sobre a competitividade não trazem uma visão unânime, muito pelo contrário. Algumas análises têm levantado os aspectos negativos da busca pela competitividade “desenfreada” ou “localismo competitivo”, tanto no âmbito dos governos quanto no apelo que as empresas tem feito a população em geral quanto às possíveis vantagens advindas com o aumento da produtividade e competitividade. Krugman (1999, p. 3-31) tenta apontar os perigos da “obsessão” que tem sido demonstrada pela idéia de competitividade, transformando-a tanto em uma retórica quanto metáfora para os países e seus governos. Parte do pressuposto de que a competitividade, entendida pelo sucesso econômico de um país medido por seu desempenho no mercado mundial, é apenas uma hipótese e não uma verdade, e enquanto hipótese é equivocada. As nações, ao contrário das empresas, não se encontram competindo entre si como muitas pessoas e políticos desejam acreditar, e a solução para os problemas de um país não se encontram somente na boa posição de um país no comércio internacional. Pensar e falar em termos de competitividade apresenta três perigos reais: Primeiro, poderia resultar no gasto perdulário do dinheiro público na competitividade da economia de um país. Segundo, poderia levar ao protecionismo e às guerras comerciais. Finalmente, e mais importante, poderia resultar numa política governamental equivocada em uma série de questões importantes (sistema de saúde). (KRUGMAN, 1999, p. 17).

Uma das primeiras reflexões a explorar os fundamentos espaciais da competitividade foi realizada por Porter (1990, p.186). Ele partiu da seguinte constatação: os competidores em muitas indústrias de sucesso internacional estão, muitas vezes, localizados numa única cidade ou região dentro de um país e, em decorrência dessa referência, construiu a seguinte hipótese: a concentração geográfica de empresas, em indústrias internacionalmente bem-sucedidas, ocorre muitas vezes porque a influência dos determinantes individuais da competitividade¹⁴ e seu fortalecimento mútuo são intensificados pela proximidade geográfica dentro de um país. A concentração de rivais, clientes e fornecedores favorece a eficiência e a especialização. Nesse contexto, torna-se patente a possibilidade de se identificar o sucesso competitivo a espaços mais restritos, mormente subnacionais (regionais e locais) visto que a especialização setorial e a eficiência produtiva são dinamizadas na concentração geográfica.

Cresce, então, a idéia de competitividade como algo dependente das forças endógenas dos territórios, pois é a combinação das condições nacionais com as condições intensamente locais que estimulam a vantagem competitiva.

As condições que sublinham a vantagem competitiva estão, na verdade, localizadas dentro de um país, embora em diferentes indústrias. As concentrações de rivais internos são, freqüentemente, cercadas de fornecedores e localizadas em áreas com concentração de clientes particularmente sofisticados e significativos. A cidade ou região torna-se ambiente excepcional para a competição na indústria. Os fluxos de informação, visibilidade, e fortalecimento mútuo dentro dessa localização dão sentido a penetrante observação de Alfred Marshall de que em certos lugares uma “indústria está no ar”. Embora nem todas as indústrias sejam tão notáveis, a “proximidade física” de rivais de classe mundial é tão comum nos vários países que proporciona importantes conhecimentos sobre o processo de competição. (PORTER, 1990, p. 186)

¹⁴ Porter (1999), ao transferir os elementos determinantes da competitividade do âmbito nacional para a esfera local e obtém o seguinte panorama analítico: 1) Condições dos fatores (insumos dos fatores): A) Quantidade e custo dos fatores: 1) Fatores clássicos – recursos naturais, recursos humanos, recursos de capital, 2) Ativos tangíveis – infra-estruturas (física, administrativa, de informação, científica e tecnológica), B) Qualidade dos fatores; C) Especialização dos fatores; 2) Condições de demanda: Clientes locais sofisticados e exigentes, necessidade de clientes que antecipem as que surgirão em outros lugares, demanda local pouco comum em segmentos especializados que possam ser globalmente atendidas; 3) Setores correlatos e de apoio: Presença de conjunto de fornecedores e distribuidores capazes, situados na localidade; - presença de setores correlatos competitivos e, 4) Estratégia, estrutura e rivalidade da empresa: Escolha, posicionamento e presença de rivais locais competentes, comprometidos e intensamente competitivos. Diz respeito às regras, incentivos e costumes que determinam o tipo e a intensidade da rivalidade local, dividindo em duas dimensões: o clima para investimentos em suas várias formas (intensidade de investimentos, contexto de estabilidade e políticas macroeconômicas, políticas do mercado de trabalho e desenvolvimento da mão de obra, sistema tributário) e as políticas locais que influenciam a rivalidade (abertura ao comércio e investimentos, etc).

A concentração geográfica, traduzida nas categorias de território e região, se coloca como um dos determinantes da competitividade, mas um determinante diferenciado, porém, é o único que tem a capacidade de aglutinar os outros “determinantes individuais do diamante” (op. cit., 1990) em um sistema, favorecendo o intercâmbio de informação, o agrupamento de competidores, clientes, serviços e outros fatores que por fim, estimulam processos de melhoria e inovação.

A concentração geográfica de empresas, em indústrias (inter) nacionalmente bem sucedidas, ocorre muitas vezes porque a influência dos determinantes individuais no “diamante” (3) (da competitividade) e seu fortalecimento mútuo são intensificados pela proximidade geográfica em um país. A concentração de rivais, clientes e fornecedores promoverá eficiência e especialização. O mais importante, porém, é a influência da concentração geográfica na melhoria e inovação. (...) O processo de agrupamento (*Clustering*) e o intercâmbio entre as indústrias dentro do grupo também funciona melhor quando estas estão concentradas. (PORTER, 1999, p. 186-189, 190).

Ao se criar um vínculo especial entre competitividade e espaço, obtém-se uma fragmentação do território em lugares mais ou menos atrativos aos investimentos, a partir das condições locais de infra-estrutura, fiscalidade, organização sindical, força reivindicatória que afastam ou atraem atividades em dado momento. Tal lógica se reporta à noção de “produtividade espacial ou geográfica”, que Santos (2001, p. 198) traduz como as condições naturais e artificialmente criadas que se sobressaem, em decorrência do progresso técnico e dos suportes geográficos da informação e que, aplicadas a um lugar em torno de um produto ou conjunto de atividades, passam a oferecer melhores vantagens comparativas de localização¹⁵. Em decorrência dessa disputa, cria-se um “mosaico geográfico da competitividade” baseado em áreas especializadas dedicadas a certas atividades, associando as estratégias de ação e a escolha global das empresas às oportunidades oferecidas pelos lugares à maior produtividade dos negócios:

¹⁵ Do ponto de vista das empresas, o mais importante é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas de seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares produtivos. A rigor, os fundamentos dessa guerra de lugares podem ser tanto locais, quanto regionais, nacionais ou mundiais. Nesse caso, tratar-se-a de uma verdadeira “guerra global entre os lugares”, quando uma localidade, em um país ou continente, disputa a mesma atividade ou empresa frente a outro país ou continente; mas também pode ser examinada sob a ótica da empresa, quando esta escolhe o lugar para se instalar e negocia a introdução, nesse lugar, de condições ainda não existentes e cuja presença fará dele um espaço mais atrativo. (SANTOS, 1996, p. 296)

Com a globalização e as exigências feitas pelo mercado global, algumas áreas do país acabam por se consagrar à atividades mais competitivas, ligadas ou não a exportação. (...), seja na agricultura, indústrias ou em atividades de suportes indispensáveis ao circuito total da produção (...). É por isso que há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas. Tal agregação tem efeitos econômicos importantes: em primeiro lugar, leva à acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos globais e individuais, em segundo lugar, a proximidade entre as atividades produz um efeito de vizinhança que implica a facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas a processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa importante vantagem. Ademais estes dois primeiros conjuntos criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados. (SANTOS, 2001, p. 299)

Criam-se, então, condições tanto teóricas como empíricas, para se pensar na idéia de uma “competitividade territorial” compreendida pela influência que as localidades, regiões, países e enfim, os territórios, oferecem à competitividade dos negócios. Nesse sentido, a competitividade que se desenvolve no âmbito local e regional é valorizada como o ponto onde aportam os investimentos, se desenvolvem as especializações, se concentram firmas, serviços, universidades, onde se desenvolvem habilidades, conhecimentos e tecnologia, enfim, onde se criam, se reproduzem e enfraquecem as estratégias competitivas. A constatação óbvia de que as empresas bem sucedidas na competição nacional e internacional se concentram em determinadas cidades e regiões é um outro dado que reforça essa idéia.

Boisier (2001, p. 13) reconhece que a competitividade sistêmica tem um caráter altamente territorializado e localizado, pois, na configuração de um verdadeiro tecido de atores - governo local, agências públicas e privadas - vinculadas ao funcionamento do próprio território, se estrutura uma rede de serviços em torno de um produto e uma planta que, superficialmente, aparecem como titulares da competitividade. Giordano (1998) e Frederico; Castillo (2005) estendem a análise sistêmica do conceito de competitividade territorial ao território brasileiro, identificando um número restrito de lugares privilegiados que, dotados de maior fluidez e densidade técnica e informacional, por meio de fluxos materiais e informacionais, vão constituir circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação, aprofundando a divisão territorial do trabalho e as especializações produtivas.

Pires; Selingardi-Sampaio (2000, p. 51-52) também compartilham das visões acima expostas ao trabalharem com a noção de competitividade regional sob o prisma da logística regional, ou seja, para se viabilizar a competitividade e o bem-estar social das regiões levam-se em consideração as infra-estruturas materiais e imateriais que atendam não somente às necessidades econômicas, mas também às realizações sociais públicas e privadas de cada localidade.

Essas implicações dizem respeito ao destino econômico e institucional das regiões e cidades, pois o mesmo dependerá das ligações que elas estarão em condições de estabelecer com as cadeias produtivas e redes de fluxos especiais, de sua capacidade de maximizar as vantagens comparativas, e de sua localização em face das outras. (PIRES; SELINGARDI-SAMPAIO, 2000, p. 51).

Costa (2001) também enfatiza a dimensão territorial da competitividade no enfoque do papel exercido pelas “pequenas e médias empresas” (PMEs) no desenvolvimento econômico local. A premissa é que as pequenas empresas, por não poderem realizar internamente todas as fases de um processo produtivo completo, passam a ter sua competitividade dependente do território e das economias externas que este proporciona. Faz-se então mais coerente o estudo das PMEs como parte de um complexo produtivo onde há cooperação mútua entre empresas e o meio, na forma de um Sistema Local, gerando efeitos de dinamização na economia regional além de possibilidades de crescimento endógeno.

Na atualidade, as médias e pequenas empresas, quando competitivas em condições de mercado, tem papel decisivo no crescimento da economia. Localizadas num ambiente econômico com externalidades elas não constituem uma empresa de menor escala, mas sim uma unidade de produção flexível e inovadora, que realiza atividades em colaboração com outras empresas vizinhas do mesmo porte. (COSTA, 2001, p. 111).

Peres (2001, p. 365), por seu turno, explora o aspecto político da discussão sobre competitividade territorial ao salientar que a dimensão local tem recebido importância periférica nas políticas para promoção da competitividade no âmbito dos países da América Latina, reconhecendo que as políticas voltadas à competitividade ganhariam em termos de especificidade e implementação se dessem lugar central às dimensões territoriais e locais. Sugere cinco fatores principais que permitiriam reduzir a distância entre políticas locais e políticas de competitividade:

1) Resolução da relação problemática entre as políticas locais e a participação local, políticas descentralizadas e participativas, políticas centralizadas de impacto local, políticas descentralizadas não participativas (estado ou município), e políticas genuinamente participativas de 'baixo para cima'; 2) Apoio ao novo modelo econômico vigente voltado para exportação baseado em pequenas empresas que permitem desenvolvimento local mais rápido; 3) Políticas de realocação e desenvolvimento regional baseadas em conglomerados de firmas (*clusters*) ante as restrições impostas no regime de comércio internacional (OMC) quanto a proteção ambiental, apoio a pesquisa tecnológica pré-competitiva e promoção do desenvolvimento regional; 4) Fortalecimento das associações de empresários na iniciativa de planejar e promover um modelo estratégico para ação local; 5) Integração das ações de promoção de competitividade e as políticas de desenvolvimento territorial através dos conceitos de "desenvolvimento endógeno" e "competitividade sistêmica". (PERES, 2001, p. 365).

Messner (1996) complementa a visão anterior ao abarcar, sob a dimensão espacial da competitividade sistêmica, medidas inter-relacionadas e dirigidas para quatro níveis do sistema econômico-espacial: o metanível, nível das estruturas sociais e econômicas; o nível macro, das políticas econômicas de equilíbrio fiscal e monetário; o micronível, âmbito das empresas e de suas organizações e inovações técnicas e sociais, e o mesonível, nível intermediário que privilegia os vínculos entre empresas, bancos e instituições públicas e privadas na conformação de um âmbito político e econômico que valoriza os entornos aglomerativos. Trata-se então de um conceito multidimensional que inclui o diálogo e o inter-relacionamento dos atores, visando à construção de vantagens competitivas, sobretudo no âmbito das regiões e dos locais onde se aglomeram empresas, instituições e serviços que conduzem a competitividade de forma mais eficiente (políticas de localização *in situ*).

A necessidade de políticas de descentralização e de uma nova coordenação entre as instâncias políticas locais, regionais e nacionais, se deriva da importância crescente que tem os fatores da estrutura espacial para a competitividade das empresas. São obsoletas as políticas industriais tradicionais formuladas nos ministérios de planejamento dos capitais, longe das localizações produtivas. A reemersão delas, e a expansão da competência e das margens financeiras das administrações comunais e regionais adquirem importância decisiva. O objetivo é construir estruturas institucionais que possibilitem a conformação de estruturas nas localizações industriais regionais e locais (estruturação desde baixo). A conformação da estrutura regional está orientada para o fortalecimento dos nexos interempresariais, até a criação de nexos estreitos entre a indústria e a prestação de serviços e o estabelecimento de interações entre os níveis regional e nacional. Nas regiões vão surgindo redes complexas, nas quais se inter-relacionam organizações interempresariais, sindicatos, associações, administrações locais, institutos tecnológicos e universidades. As redes se introduzem entre o Estado e o mercado (mesonível) e elaboram propostas e cenários para o desenvolvimento regional, preparam decisões estratégicas fundamentais e tornam possível uma condução política não estatal dos programas de reestruturação econômica. Ao

mesmo tempo permitem conformar uma localização industrial ativa e antecipativa, nos níveis regional e nacional (MESSNER, 1996, p. 26-27).

Storper (1993) finaliza a interpretação desta “nova geografia econômica” associando o sucesso das atividades econômicas com sua maior ou menor territorialização, ou seja, as atividades produtivas-chaves que envolvem segmentos de diferentes cadeias, com forte conteúdo de especialização, conhecimento e tecnologia, estão fortemente enraizadas em áreas territoriais centrais onde se têm acesso a “recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados e imitados nos locais que não os têm” (STORPER, 1993, p. 15). Esses recursos de *territorialização* estão associados a três forças causais principais, que estão na base da explicação da ‘Competitividade dos territórios e das empresas’ e que não necessariamente são explicadas pelas regras da economia de mercado (custos de atribuição de fatores):

1) Economias locais “externas” ou de “aglomeração” (fator-chave na compreensão econômica da territorialização); 2) Conhecimento especializado baseado em aprendizado tecnológico de agentes e organizações desenvolvido em contextos locais por meio de excedentes, interdependências organizacionais e esquemas de ação compartilhados (premissa da natureza mutável do espaço econômico) e, 3) Estruturas institucionais e ações que são base de formas de coordenação específicas de um lugar (importância das forças não econômicas, como a história, costumes e instituições) (STORPER, 1993, p. 16).

À luz das idéias acima expostas pode-se definir alguns eixos temáticos principais buscando aprofundar a análise da “competitividade dos territórios”, tendo como destaque: A) Os aglomerados produtivos e APLs; B) A mão-de-obra e os mercados de trabalho locais; C) Os processos de inovação e aprendizado coletivo e; D) Os elementos socioinstitucionais que configuram as estruturas de Governança locais. Em torno desses quatro eixos centrais, se inserem determinados atores locais (indivíduos e organizações) que, por meio de processos interativos intensamente enraizados nos territórios, definem estratégias competitivas vinculadas, em maior ou menor grau, à dinâmica de especificação de recursos. Devido à forte vinculação dos recursos ao território, a crescente especificidade desses acaba dimensionando a competitividade dos territórios.

2. 1 – OS AGLOMERADOS SETORIAIS E OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A emergência e o sucesso recente de aglomerados, envolvendo unidades produtivas, fornecedores, sindicatos, associações e governos em proximidade geográfica, estão associados à formação de variados formatos de Sistemas produtivos localizados, que a literatura internacional tem como termos mais famosos os Clusters, os Distritos Industriais *Marshallianos*, Sistemas Locais de Produção e os Meios Inovadores (*Millieu Inovateur*). No Brasil, essas várias terminologias estão sendo incorporadas à concepção de Arranjo Produtivo Local (APL), considerando diferentes níveis de coordenação e amadurecimento sócio-técnico e organizacional, de aglomerações produtivas.

A partir da década de 90, a discussão sobre a potencialidade de formatos organizacionais, como os APL, entra na agenda de muitos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, muito por conta da necessidade de se reativar a economia e o mercado de trabalho formal nessas nações, surgindo expectativas positivas quanto ao reimplante do modelo italiano dos Distritos de Pequenas Empresas em outros contextos socioprodutivos. O sucesso comercial da Terceira Itália¹⁶, em um entorno de relativa escassez de recursos, alimentou na mente de muitos especialistas e autoridades governamentais a possibilidade de se adaptarem algumas características específicas dos Distritos *marshallianos*, sobretudo seu potencial como plataforma de competitividade, para o contexto de economias deprimidas e com importante potencial de mercado, sobretudo no âmbito de pequenas e micro empresas. Desse modo, grupos de pesquisadores brasileiros ligados a REDESIST desenvolveram a noção de Arranjos Produtivos Locais, os APLs, que, devido ao seu caráter original e de forte base econômica, passou a ser vinculado por muitos órgãos e instituições atendendo a interesses e orientações específicas.

O BNDES, por exemplo, define Arranjos Produtivos Locais (APL) como uma “Concentração geográfica de empresas, sobretudo pequenas e médias, e outras instituições que se relacionam em um setor ou cadeia produtiva”. (BNDES, 2004, p. 29).

¹⁶ Região localizada entre a área central e leste da Itália, envolvendo pequenos centros (Bologna, Prato, Carpi) com forte base rural que se especializaram em atividades industriais semi-artesanais, como a têxtil, cerâmica, calçados, etc. O sucesso exportador desses Distritos, por meio dos “empanattores”, tornou esse modelo popular nas análises do desenvolvimento regional.

Por trás dessa definição aparentemente simples, se encontra toda uma preocupação do papel que os APLs podem exercer na discussão sobre desenvolvimento nacional e regional e na proposição de novas idéias, soluções e políticas de desenvolvimento. A valorização dos APLs se dá justamente por seu enraizamento no local graças às vantagens competitivas que eles proporcionam. Essas assim chamadas “vantagens competitivas locais” estão, normalmente, associadas à ação cooperada e à maior facilidade de aperfeiçoamento do conhecimento técnico e organizacional, tornando pequenas e médias empresas enraizadas em seu local de origem mais capacitadas a competir com empresas globais.

As aglomerações de empresas que desenvolveram atividades cooperativas e um processo de criação e difusão do conhecimento enraizado na localidade podem ser uma grande chance para o desenvolvimento nacional e regional em um mundo globalizado, onde os movimentos de capitais e mercados estão cada vez mais livres. Essas aglomerações, quando muito avançadas, são catalisadoras do desenvolvimento de suas regiões e costumam ter instituições que lideram cooperativamente com o governo local ações de planejamento participativo e co-operação. (BNDES, 2004).

O SEBRAE concebe os APLs na condição de:

Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2003, p. 15)

Essa conceituação, por seu lado, dá valor ao enfoque territorial do desenvolvimento e os fatores que levam à proximidade geográfica e coordenada entre agentes. A preocupação com o enfoque territorial ganha relevo quando o desempenho competitivo de sistemas industriais passa a ser pensado a partir de fatores extrafirma, envolvendo sob o tema “externalidades”, um conjunto de fatores, como, por exemplo, as dinâmicas regionais, a proximidade espacial, sistemas locais de inovação, coordenação institucional, as redes, e mesmo elementos intangíveis, como capital humano e social. Tal complexidade só poderia ser abarcada a contento por um tipo de recorte espacial que permitisse superar as fronteiras tradicionais entre setores de atividade e integrasse elementos econômicos e sociais em identidades coletivas eminentemente locais.

Cassiolato; Lastres (2001), coordenadores da RedeSist deixam mais complexa essa noção, ao tratar os APL como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO; LASTRES, 2001, p. 15).

Nas três definições expostas, fica claro que o sucesso de um APL é definido pela existência de vantagens competitivas locais, associando-se às economias de aglomeração e externalidades locais. Tais vantagens são definidas como os benefícios que as empresas podem acessar por estarem localizadas em uma aglomeração e que não envolvem custos específicos (transportes, fiscais), ressaltando seu papel gerador de vantagens passivas e benefícios econômicos. A existência de fornecedores especializados, centros de treinamento, centros tecnológicos, agências governamentais aparecem como importantes indutores de externalidades, *pari passu* à cooperação entre os atores locais para o sucesso competitivo da região.

Essas concentrações geográficas de empresas semelhantes e instituições inter-relacionadas têm sua competição e produtividades influenciadas pelo que chama de “extravasamentos”, ou efeitos colaterais, oriundos da presença de empresas correlatas, fornecedores especializados, entidades associativas que fortalecem os elos e sinergias na cadeia produtiva (PORTER, 1999). Costa (2001) e Gorofoli (1994) complementam que é na capacidade competitiva de Pequenas e Médias empresas que incide mais intensamente a influência das externalidades do território, por conta da insuficiência econômica e tecnológica das mesmas, acrescentando como fatores de sucesso desses ambientes sua forte especialização produtiva local, a acentuada divisão do trabalho entre as empresas do sistema, as economias externas geradas pelos contatos diretos entre os operadores locais e a circulação de informações estratégicas dentro do sistema.

Outro elemento essencial na dinâmica dos APLs é o papel da “proximidade”, tanto em sua dimensão espacial quanto no enfoque socioinstitucional. Torre (2003)

define dois tipos principais de proximidades, na busca de entender a diversidade de escalas espaciais de coordenação na organização econômica do espaço atual: a proximidade geográfica, que se refere às distâncias físicas em termos de custos de percurso-tempo e à concentração geográfica de fornecedores, mercados e empregados atuando na condição de fatores de aglomeração e, a proximidade organizada ou institucional, definida pelo conjunto de relações de pertencimento a uma mesma organização, e pelo fato de seguir regras comuns e de compartilhar um espaço comum de representações e regras de ação. Conclui-se, então, que a análise dos sistemas de produção e de inovação não é satisfatória apenas pelo enfoque da proximidade geográfica, envolvendo, também, elementos extra-econômicos afeitos aos diversos contextos socioculturais de sinergias locais¹⁷.

Storper (1995, p. 26) utiliza o termo “externalidades *soft*” para abarcar o conjunto de interdependências não comerciais da economia local: regras de ação ou “convenções” e instituições locais de coordenação situadas nas práticas econômicas locais e não impostas aos atores desde cima. As vantagens dessas convenções em um Arranjo Produtivo Local é que permitem lidar com os diferentes tipos de incertezas - referentes aos mercados, uso de tecnologia e conhecimento disponível – por meio de regras práticas consentidas, rotinas de ação entre parceiros em um quadro comum de coordenação das cadeias produtivas e comerciais. Quando essas regras são formalizadas e contratualizadas, configuram instituições. Quando designam, no entanto, convenções implícitas baseadas em rotinas e consensos comuns, soam mais como idéias de organizações.

Em suma, os Arranjos Produtivos Locais (APL), assim como os Sistemas Produtivos Locais (SPL) (Crocco, et. alii, 2003, apud Lundvall; Johnson, 1994), se organizam segundo as seguintes características principais: 1) proximidade geográfica; 2) especialização setorial; 3) predominância de pequenas e médias empresas; 4) cooperação interfirmas; 5) competição por inovação; 6) troca de informações baseada na confiança socialmente construída; 7) organização de apoio ativo na oferta de serviços; 8) parcerias com poder público local

Esses atributos, em maior ou menor grau, influenciam os processos competitivos, dependendo das particularidades de cada contexto territorial (nacional,

¹⁷ A conjugação de um conjunto de empresas cooperando entre si e com a comunidade local em um bom sistema de coordenação territorial imerso no ambiente cultural e institucional local configura o que pode se chamar de “atmosfera marshalliana”.

regional e local), e suas estratégias podem se voltar tanto para fatores econômicos e materiais (porte das empresas, custos de produção, escala de produção-produtividade), quanto para elementos fortemente sociais e imateriais (troca de informações, laços de confiança e cooperação entre as firmas).

A emergência e sucesso de alguns APLs pode estar associadas às novas formas de desenvolvimento territorial baseadas em concentrações de pequenos estabelecimentos alternativas ao modelo declinante de crescimento econômico e de industrialização predominante a partir dos anos 50 e 60, no Brasil. Lipietz (apud Storper, 1990) classifica este modelo como “fordismo periférico”¹⁸, pois fora conduzido por uma estratégia de substituição de importações que privilegiava grandes empresas multinacionais e seus planos de internacionalização, mas, simultaneamente, não foi acompanhado por um pacto salarial típico da produção em massa, acentuando a fragmentação social do mercado de trabalho.

No início dos anos 90, com a abertura do país ao comércio exterior e o fortalecimento do Mercosul, as empresas brasileiras passam a enfrentar o desafio de dar respostas ao complexo ambiente competitivo que se instalava em um processo mais amplo de inserção competitiva na “globalização”. A competitividade, então, mudou de escala e deixou de se referir apenas às preocupações quanto aos rivais internos, projetando também para a busca de novos mercados no exterior e defesa dos “nichos” de mercado internos. Em decorrência da ineficácia, sucateamento tecnológico do parque produtivo e da quase inexistência de políticas efetivas nos planos federal, estadual e municipal quanto à reestruturação produtiva e apoio à competitividade, muitas firmas nacionais fecharam suas portas, faliram ou adotaram maciços planos de demissão, chegando a um cenário de estagnação econômica e *déficit* comercial.

Algumas poucas grandes empresas com capacidade financeira e gerencial mais robusta, a maior parte delas transnacionais e multinacionais, passaram a

¹⁸ “No Brasil, por exemplo, há um pacto tácito entre as elites industriais e rurais para impedirem a reforma agrária, que seria, sensatamente, necessária para interromper o fluxo da mão de obra para as cidades, rompendo dessa forma o ciclo de baixos salários urbanos e o subdesenvolvimento industrial. Tanto a elite urbana industrial quanto as elites rurais se beneficiam ao reinvestirem seus “superlucros” em atividades rentáveis (tais como a exploração imobiliária), sendo que a primeira indubitavelmente seria ameaçada por uma economia mais competitiva e menos oligopolista. Nesta perspectiva, os agentes sociais que impediram ativamente a realização do circuito renda-consumo, imprescindível para um processo de expansão de uma industrialização associada à substituição de importações, dificilmente seriam apenas externos a esses países, e suas ações não podem ser encaradas como ditadas pelas necessidades abstratas do capitalismo internacional nos anos 50, 60 e 70”. (STORPER, 1990, p. 124).

introduzir importantes mudanças produtivas, tecnológicas e organizacionais que reduziram o contingente de empregados e tornaram as linhas de produção e estruturas empresariais mais capacitadas a darem respostas ágeis aos desafios externos. Por conta da crescente desverticalização produtiva de certos segmentos e unidades produtivas das grandes firmas, fomentou-se o mercado de trabalho e a produção em pequenas e médias empresas subcontratadas para fornecimento de insumos e serviços, que foram gradativamente introduzindo formas mais eficazes de controle de produção e equipamentos mais modernos.

A grande descoberta recente no sentido de valorizar a competitividade de pequenos negócios, depois de muitas iniciativas frustradas, possivelmente foi a focalização das demandas de pequenos empresários e suas firmas na forma de associações e aglomerações coletivas que facilitam a cooperação técnica e financeira e promovem benefícios mútuos. Com base no exemplo dos Distritos Industriais da Terceira Itália, alguns empresários e órgãos brasileiros, como o Sebrae, passaram a apostar na idéia dos Arranjos Produtivos Locais, pois constataram que a maior parte dos micro e pequenos empreendimentos de sucesso no Brasil estão envolvidos em entornos formados por empresas do mesmo ramo e com importantes vínculos formais e informais.

Desse modo, a elaboração teórica da noção de APL, derivada de discussões maciças de grupos de pesquisadores e órgãos de apoio e financiamento, serve atualmente como veículo para elaboração de políticas de promoção de competitividade e desenvolvimento regional-local, agregando as iniciativas de muitas entidades que voltam suas ações às micro, pequenas e médias empresas. O Sebrae já têm cadastrados quase 350 desses aglomerados, alguns com baixo nível de articulação interna, outros com nível de eficiência e competitividade semelhante ao de grandes companhias. Instituições e entidades que atuam com micro e pequenas empresas, como o Sebrae, o BNDES e a Finep, descobriram esse potencial e passaram a estabelecer programas específicos para APLs a partir de 1999. O primeiro Estado a atuar neste sentido foi o de Minas Gerais, através da Federação das Indústrias e do IEL (Instituto Euvaldo Lodi). O Governo federal incluiu um programa específico no Plano Plurianual aprovado para 2004 -2007 e montou um grupo interministerial para coordenar todas as ações federais voltadas para APL's, reunindo onze ministérios, sob coordenação do Ministério do

Desenvolvimento, Comercio e Indústria (MDIC), além de representantes do BNDES, Finep, CNPq, Sebrae, Apex, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e dos Bancos do Nordeste e da Amazônia¹⁹.

Esses APLs se encontram espalhados pelos mais diversos ramos de atividade e regiões do país, abarcando desde regiões mais desenvolvidas e já dotadas de infra-estrutura e capital social, até aquelas mais pobres, reconhecidas apenas pela concentração de produtores na mesma atividade que mantêm vínculos bastante precários entre si. Segundo estimativas do Sebrae, cerca de 80% dessas aglomerações concentram-se nos setores de madeira e móveis, confecções, agronegócio e turismo, e outros 20% estão relacionados à construção civil (extração-beneficiamento de rochas ornamentais, cerâmica estrutural e de revestimentos), setor metal-mecânico e produtos de alta tecnologia²⁰.

¹⁹ Glossário: BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Finep: Financiadora de Estudos e Projetos (órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia); Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena empresa; IEL: Instituto Euvaldo Lodi (órgão da Confederação Nacional das Indústrias); CNPq: Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento.

²⁰ Dentre os casos bem sucedidos no Brasil, destaca-se o APL de Nova Serrana, município de Minas Gerais que reúne 824 fábricas de calçados esportivos com mais de 17 mil funcionários. Ali os industriais já foram operários, em sua maioria, e começaram seu próprio negócio produzindo a noite, em máquinas emprestadas pelo patrão. A cooperação está na origem do pólo calçadista de Nova Serrana e é o elemento central que explica seu crescimento e prosperidade. Tudo começou na década de 50, com três sapatarias. Em 1972, já eram 48 fábricas. Nos anos 80, chegavam a 400, já organizadas numa associação que possibilitou a compra coletiva de equipamentos modernos, inacessíveis para empresas isoladas. Hoje as 824 indústrias do município produzem 300 mil pares de calçados por dia, que representam 80% da produção nacional de tênis. (INDÚSTRIA BRASILEIRA, Nov./2003)

2. 2 – INOVAÇÃO E APRENDIZADO COLETIVO LOCAL

Outro elemento essencial para o entendimento dos processos territoriais da competitividade é a inovação, compreendida a partir das diferenças entre localidades quanto à capacidade de se modernizarem e se atualizarem em termos tecnológicos, sociais e institucionais.

A inovação pode estar associada a um ato empresarial que pode ser de simples administração da produção e envolve arregimentar o financiamento, arranjar detalhes complexos de engenharia e assumir riscos. Além disso, implica ato de conversão de uma idéia em um uso prático, ou o descarte de produtos e processos anteriores. Mas nada disso teria efeito se não envolvesse mudanças na organização do processo de trabalho e na capacidade da mão de obra em demonstrar padrões de flexibilidade e capacidade de assumir tarefas variadas e, também, pela possibilidade de, em curto prazo, submeter-se a treinamento e reciclagem permanente. (KON, 1994). Além disso, a inovação se expressa também por processos de aprendizagem coletivos e relações de cooperação territorializados em convenções e instituições²¹ no nível local que podem ser formais (organizações territoriais, associações profissionais, etc.) e informais (regras do jogo tacitamente adotadas pelos atores locais) (GILLY; PECQUEUR, 1997). Configura-se, portanto, a indissociabilidade entre os processos de inovação tecnológicos e as relativas adaptações necessárias nas relações sociais e procedimentos organizacionais.

Normalmente o processo de inovação está associado ao progresso tecnológico que, por sua vez, tem como um de seus indicadores principais, a produtividade do trabalho, mas a inovação enquanto elemento básico da competitividade engloba todas as várias formas de mudanças e progressos tecnológicos e seus impactos sobre a infra-estrutura e serviços adaptados a estas novas formas de produção e aperfeiçoamento-melhoria da qualidade dos produtos. Tal arcabouço institucional e organizacional criado neste processo é ressonância também da interação entre inovação, tecnológica, produtiva e de gerenciamento, e a mão de obra, por meio da mobilização de conhecimentos e saberes denominados de aprendizado tecnológico.

²¹ Instituições podem ser definidas como regras, normas e procedimentos organizacionais que moldam as relações sociais, estruturando os comportamentos e as relações de identidade, poder e estratégia dos atores. (PUTNAM, 1996, p. 23, apud, CASTRO, 2003, p. 14).

Nesse novo processo de gerenciamento da produção, a mão de obra acha-se totalmente envolvida, dando sugestões de melhorias, ao contrário do modelo taylorista em que vigorava a divisão entre os que pensam e os que executam. A mão de obra no novo sistema executa diversas tarefas e diversas operações, aumentando a intensidade do trabalho por operário que pode até mesmo trabalhar em várias máquinas e ao mesmo tempo utilizar o tempo automático e semi-automático da máquina para se deslocar para uma outra. (KON, 1994, p. 124).

Lastres; Cassiolato et. alii. (1998) salientam, desse modo, o caráter local do processo inovativo, reconhecendo que a competitividade das firmas e nações parece estar cada vez mais correlacionada à sua capacidade inovativa, em “cenário onde a mudança tecnológica tem-se acelerado significativamente e as direções que tomam tais mudanças são muito mais complexas” (LASTRES; CASSIOLATO, 1998, p. 39). O caráter localizado do conhecimento e da inovação se baseia na abordagem que privilegia o papel do ambiente e da interação que se dá entre os diferentes agentes, ressaltando a capacidade de arranjos locais de gerarem desenvolvimento econômico e inovativo. O fator “proximidade geográfica” adquire então grande proeminência como facilitador do processo de inovação.

Geralmente, argumenta-se que o conhecimento e a mudança tecnológica são localizados, tendo em vista que as decisões técnicas das firmas são *path-dependences*, isto é, em cada firma, em qualquer momento, a geração, implementação, seleção e adoção de novas tecnologias são influenciadas pelas características das tecnologias que estão sendo utilizadas e pela experiência acumulada no passado. A geração do conhecimento é vista como resultado e um processo conjunto que envolve tanto a atividade formal de ensino e P&D como os fluxos correntes das atividades da empresa e de sua interação com o ambiente que o cerca. Destaca-se também que tal dimensão localizada do processo inovativo confere um papel primordial às especificidades locais, particularmente em diferentes mercados e instituições (firmas, instituições de P&D, governo) delimitados em um espaço econômico e suas formas de interação no processo de geração e difusão de inovações (LASTRES; CASSIOLATO, et. al., 1998, p. 54).

A associação dos processos de inovação com a dimensão dos territórios e sistemas produtivos também é reforçada por Porter (1999) que reconhece que os benefícios do crescimento da inovação e da produtividade é mais forte em *clusters* do que em localizações isoladas, pois as empresas nos *clusters* são capazes de perceber, com mais rapidez, a necessidade dos compradores e se beneficiar da concentração de empresas em setores correlatos, entidades que geram informações especializadas, etc.

A participação nos *clusters* também oferece vantagens na percepção das novas possibilidades tecnológicas, operacionais e de distribuição. Os participantes aprendem de forma antecipada e constante sobre as tecnologias em evolução, sobre a disponibilidade de componentes e máquinas, sobre os conceitos de serviços e de marketing e assim por diante, através de um processo que é facilitado pelos relacionamentos constantes com outras entidades do aglomerado, pela naturalidade das trocas de visitas e pelos freqüentes contatos face a face. A participação em aglomerados possibilita a observação direta de outras empresas. Ao contrário, a empresa isolada enfrenta custos mais elevados e impedimentos mais rigorosos na aquisição de informações, assim como um conseqüente aumento na necessidade de investir recursos na geração interna desses conhecimentos. (PORTER, 1999, p. 234).

Storper (1995) concebe que a grande força motora do desenvolvimento regional e nacional, a partir dos anos 1980, está relacionada à “melhoria progressiva da capacitação tecnológica combinada com as vantagens de produtividade”. (1995, p. 37). E tais atividades produtivas baseadas no aprendizado tecnológico e organizacional são fortemente territorializadas, ou seja, se baseiam em redes especializadas que mobilizam conhecimentos e práticas escassas, restritas a poucos lugares. Garofoli (1994) ressalta o papel de Sistemas produtivos locais formados por pequenas empresas na transmissão de melhoramentos técnicos e organizacionais e aumento da eficácia global do sistema por meio da difusão de contatos diretos entre os operadores locais (fornecedores, utilizadores de produtos intermediários e serviços).

A funcionalidade destas relações atinge os níveis mais elevados nos contatos entre os inovadores e os utilizadores de inovação, nos sistemas locais em que se encontra presente o segmento produtor de máquinas necessárias ao fabrico dos bens típicos da área. (GAROFOLI, 1994, p. 34).

Desse modo, a competitividade territorial das empresas depende de uma boa coordenação das cadeias e complexos produtivos, ressaltando, nesse sentido, o importante papel que as convenções exercem na inovação e territorialização das atividades.

Convenções existem associadas a virtualmente todas as formas de atividade econômica, mas é provável que elas tenham fortes efeitos de territorialização quando altos níveis de substantiva complexidade na informação e na sua interpretação se fazem presentes. (STORPER, 1995, p. 41).

As adaptações exigidas pela dinâmica industrial envolvem o confronto dos sistemas produtivos locais com uma série de incertezas e mudanças não previstas

que exigem dos atores locais uma coesão social mínima para a definição de ações coletivas baseadas em convenções e instituições. Essas ações coletivas, quando voltadas ao incremento da competitividade das atividades econômicas, podem ser definidas como formas de “aprendizado coletivo”, pois a capacidade de aprender mais rápido e melhor está associada aos contatos face-a-face que as firmas, setores e regiões criam, tornando o conhecimento acumulado como uma variável escassa e de difícil transferência para outras regiões, pois não se trata de um conjunto de informações padronizadas e codificadas, mas sim de habilidades e especificidades cognitivas geridas em acordos e articulações inéditas entre os atores do local. (STORPER, 1997).

2.3 – MÃO-DE-OBRA E MERCADO DE TRABALHO LOCAL

A existência de uma mão-de-obra capacitada num dado contexto geográfico, apta a lidar com processos flexíveis e modernos da competitividade atual, é indispensável para se operacionalizar e aplicar incrementos de produtividade e de inovação. Desse modo, o mercado de trabalho, enquanto um conjunto de força de trabalho apta a ocupar um emprego, aparece como variável de relevo no estudo da competitividade territorial.

Os mercados de trabalho locais podem ser definidos como a concentração de trabalhadores em dado lugar, gerando economias de aglomeração e promovendo determinadas instituições e convenções que consolidam as qualificações e habilidades especializadas dos trabalhadores e regem com certa estabilidade o comportamento dos atores. O uso dessa noção ainda se faz relevante, a despeito da maior mobilidade territorial do capital e da flexibilidade do trabalho, pois se encontra na base da reprodução territorial e da dissolução de “sistemas industriais concentrados locacionalmente”, que fazem uso importante da cultura de trabalho local sedimentada em instituições de ensino. (SCOTT; STORPER, 1988, STORPER; WALKER, 1989).

Enquanto reflexo da crescente globalização e inserção do Brasil na economia mundial, novas regras e padrões de competitividade impõem-se em escala cada vez mais ampla, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, afetando profundamente os mercados de trabalho locais. Desse modo, planos e políticas liberalizantes ganham espaço e as empresas e os mercados se mobilizam em torno de novos conceitos como qualidade e produtividade. Segundo Leite (1997, p. 162-163), em estudo sobre o sentido da qualificação na reestruturação das cadeias produtivas, passa-se a constituir, nesse processo, um novo perfil e conceito de qualificação que vai além do simples domínio de habilidades motoras, formação geral e específica e disposição de cumprir ordens. O novo perfil valoriza traços como participação, iniciativa, raciocínio e discernimento, pois além de “saber-fazer”, é necessário, hoje, também “saber-aprender”.

Numa primeira etapa da industrialização, o Brasil, como outros países, pôde ter relativo sucesso sobre uma base estreita de mão-de-obra qualificada, com baixa escolaridade. Hoje, a realidade é outra – diferenciais de qualidade e produtividade dependem, antes de tudo, de competência e capacidade de aprendizado da empresa como um todo, incluindo os trabalhadores. Necessidade da empresa, interesse do trabalhador e da

própria sociedade, a qualificação para o emprego exige uma estratégia integrada construída mediante articulação e parceria entre os vários atores sociais – governo, empresas, trabalhadores, educadores – de modo a beneficiar não apenas setores modernos da economia, mas toda a sociedade (LEITE, 1997, p. 163).

Em uma economia pautada no conhecimento e na aprendizagem como formas mais duradouras de proporcionar vantagens competitivas, as habilidades e competências exigidas da mão-de-obra abarcam, além do simples saber técnico, as várias formas de “saber local”, tipo de sabedoria gestada no seio da comunidade local em seus afazeres cotidianos e que sobrepõe o saber clássico do *expert* internacional (SANTOS, 1998).

Outro aspecto importante, levantando por Leite (op. cit., 1997, p. 159), é a crescente demanda de micro e pequenas empresas (MPEs)²² por programas de treinamento de empregados e de desenvolvimento tecnológico, haja vista a disseminação de novos procedimentos tecnológicos e gerenciais nas cadeias produtivas que acirram a competitividade no mundo dos negócios.

Desse modo, ao se tratar dos mercados de trabalho e seu vínculo territorial, cumpre destacar duas questões principais sobre a relação entre qualificação, mão-de-obra e espaço:

→ A superação da visão do fator mão de obra apenas enquanto um custo e um balanço, passando a ser visto como um ativo, como *input* de qualidade e eficácia variáveis. Desse modo, deve-se referir-se à mão-de-obra através da qualidade da força de trabalho, pré-requisito essencial da eficácia e da adaptação dinâmicas e as organizações dos trabalhadores como partes integrantes do contexto industrial (SENGENBERGER; PIKE, 2002, p. 131);

→ O segmento industrial das pequenas e médias empresas, ao ter sua competitividade dependente da disponibilidade de economias externas do território (COSTA, 2001, p. 111), faz com que a qualificação do trabalho, que é pressuposto da produtividade do trabalho e da competitividade industrial, seja vista como uma questão que vai além da iniciativa individual de uma empresa, sendo compartilhada

²² No Brasil utilizam-se dois critérios principais para se definir o porte das empresas: sua receita bruta e o número de empregados. De acordo com o Estatuto da Microempresa e empresa de pequeno porte de 1999, microempresas são aquelas com receita bruta anual máxima de R\$ 244.000,00, e a pequena empresa tem receita bruta de R\$ 1.200.000,00. Já no SIMPLES de 1996 a microempresa define-se por uma receita bruta máxima de 120.000,00 e a pequena mantém o mesmo valor do Estatuto Na RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais) e no SEBRAE, para o setor industrial, a microempresa é aquela que tem de 0-19 empregados, a pequena de 20-99, e a média empresa de 100-499.

como investimento por todo o território e seus atores locais, ajustando o mercado de trabalho à noção mais abrangente de Sistemas e Arranjos produtivos locais de PMEs.

Ao caracterizar a mão-de-obra como um recurso dinâmico capaz de gerar diferentes retornos, de acordo com a circunstância e a organização da produção local, essa concepção está relacionada com a existência de sistemas produtivos cuja presença tem relação direta com um *pool* de mão-de-obra e perícia locais versadas nas várias funções e processos associados ao principal produto da comunidade (sapatos, móveis, máquinas). Tem-se, então, na noção de “mercados de trabalho locais” a dimensão capaz de captar o processo de qualificação, capacitação e mobilidade da mão-de-obra como um elemento de forte impacto territorial, pois afeta profundamente a competitividade das firmas locais e demanda uma série de instituições e convenções voltadas à qualificação profissional do mercado de trabalho local e a eficácia e sofisticação do produto local.

2.4 – GOVERNANÇA E ARCABOUÇO SÓCIOINSTITUCIONAL

Fortalecendo o ponto de vista que enfatiza a importância das estruturas de coordenação e regulação locais na dinamização territorial de vantagens competitivas, agrega-se um novo elemento ao estudo da competitividade territorial: as formas de “governança” e distribuição de poder em cadeias e sistemas produtivos.

A governança se refere às estruturas de coordenação e tomada de decisões na rede de relações entre unidades de produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera”, agências públicas e parapúblicas, de cooperação em tecnologias, etc (BENKO, 1996). Tais formas de coordenação e organização do território tendem a ser fortalecer com a redefinição do papel do Estado e sua crescente descentralização político-administrativa, potencializando o papel do local como âmbito do desenvolvimento.

Essa noção ganha destaque com a maior flexibilização dos sistemas produtivos pós-fordistas, que fazem proliferar uma série de organizações em rede, relações contratuais e parcerias informais. Desse modo, a governança vai além de uma simples forma de organização interempresarial, concebida por relações mercantis, passando a caracterizar modalidades de coordenação econômica mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação misto entre a política e economia, eminentemente locais. Pode ainda estar associada a uma estrutura composta por diferentes atores e instituições que permitem apreciar as regras e rotinas que fazem a especificidade de um lugar *vis a vis* a outros lugares no sistema produtivo nacional, revelando às capacidades locais de adaptação a lógica dos ramos e processos de aprendizagem (CORROLLEUR, 1994 apud PIRES, 2003)²³.

A governança territorial interfere na competitividade das regiões ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator central, uma grande empresa, ou compartilhando, em vários atores

²³ O Sistema input-output constitui o núcleo funcional da economia, dado pelo conjunto de atividades que concorrem para a produção de um bem comercializável, abrangendo um certo número de unidades de produção em uma divisão social do trabalho que lhe é própria. (STORPER; HARRISON, 1994).

articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir as estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local.

A importância da governança local como uma fonte de competitividade tem sido particularmente enfatizada em duas linhas recentes de trabalho: ciência regional (e em particular a literatura do distrito industrial); e estudos de inovação. Estes dois corpos de trabalho consideram ambos a insuficiência da dinâmica do mercado para chegar à competitividade via *high road*, p. ex., através do *upgrading*. Na literatura do distrito industrial, a experiência da “Terceira Itália” e outras experiências européias dão forças (no final dos anos 1980 e início dos 90) para um novo modelo de política industrial local/regional que: (1) ênfase na delegação de funções para uma diversa gama de instituições governamentais e não governamentais; (2) opera através de instituições associadas a livre iniciativa, (3) estende a associação do empreendedorismo do setor privado para o público e (4) destaca a auto-ajuda (auxílio mútuo) através de associações de negócios e consórcio de produtores. (BRUSCO, 1990). Em outras palavras, a proposição é que o desenvolvimento e a rápida difusão de conhecimento dentro do cluster não é somente resultado de sinergias acidentais, a “atmosfera industrial”, mas são buscados por redes políticas de atores públicos e privados. (SCOTT, 1996). Isto contribui para uma nova ênfase sobre a Região como nexos do aprendizado e efeitos de inovação. (STORPER, 1995). (HUMPHREY; SCHIMTZ, 2002, p. 1019).

Essas estratégias podem, então, se basear em investimentos na capacitação da mão de obra e na inovação, qualificação dos recursos e especificação, ou pode estar assentada na redução de contingente e pagamento de salários baixos, tirando seu diferencial concorrencial no jogo de preços do mercado. A governança é, pois, um elo essencial que liga a empresa a seus fornecedores, compradores e parceiros, públicos e privados.

Castro (2003) salienta que a densidade institucional inscrita nos territórios tem influência decisiva no desempenho econômico dos lugares, por meio de seus sistemas produtivos, e no campo da regulação política do espaço, aparecendo como instrumentos cuja territorialização indica o exercício da cidadania através do vínculo entre distribuição espacial e posse efetiva de direitos. Desse modo, o arcabouço normativo-institucional acoplado à concepção de governança é elemento indispensável para o diagnóstico do “desenvolvimento” da “competitividade” territorial.

Boyer (1990, p. 73) caracteriza como formas institucionais “toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais, resultando tais formas sociais do tipo de caracterização que se faz do modo de produção dominante”, destacando o espaço nacional como ambiente principal da regulação. Deste modo, as principais

instituições, ou formas institucionais, presentes no regime de capitalista, seriam: A) as formas de restrição monetária (envolve a gestão monetária e as políticas de preços e câmbio); B) as configurações da relação salarial (tipos de organização do trabalho e modalidades de reprodução dos assalariados); C) formas de concorrência (relação entre estágios concorrenciais e monopolistas e controle estatal); D) modalidades de adesão ao regime internacional (adesão às regras que definem as relações entre Estados-nação) e E) as formas de Estado (conjunto de compromissos institucionalizados que definem a integração do Estado ao regime de acumulação). Como trata do espaço subnacional, este estudo privilegia certas formas institucionais mais adequadas à escala local, adaptando-as aos compromissos sociais vigentes no “Circuito das Malhas”. A relação salarial está associada à “mão-de-obra e mercado de trabalho local”. As formas de concorrência se aproximam da “inovação e aprendizado tecnológicos” e, as formas de Estado se inserem em uma discussão mais ampla sobre o papel das entidades privadas, públicas e do poder público local na competitividade local. Além disso, persistem os compromissos sociais não formalizados, mas passíveis de se estruturar, cujas premissas básicas estão colocadas nos próximos parágrafos.

A “cooperação” é um outro componente do sistema de valores compartilhados localmente e que caracteriza, no âmbito da concorrência e da competitividade, uma busca por aperfeiçoamento tecnológico e produtivo que não é regulada somente por custos e preços, incluindo a possibilidade de distribuir os riscos e benefícios de um “sistema produtivo localizado” a partir das múltiplas formas de interação das empresas com as instituições e poderes locais dentro de um projeto coletivo. Cooperar neste sentido é dividir riscos, compartilhar incertezas e distribuir custos, alavancando o potencial competitivo de muitas empresas cujo capital restrito, às vezes, impede o acesso a determinados equipamentos e produtos tecnológicos. Um bom exemplo dessas formas de organizações cooperativas são os próprios APLs, que representam umas das possibilidades de desenvolver benefícios mútuos e sinergias positivas. Cooperar também está associado, desse modo, a formas mais horizontais de relacionamento e reciprocidade, que Santos (1996) conceitua como acontecer solidário e contigüidade, estimulando projetos de desenvolvimento

regional-local pautados em uma maior autonomia política e social não dissociada do aperfeiçoamento da produtividade econômica²⁴.

As aglomerações de indústrias especializadas funcionam como o meio geográfico pelo qual os pequenos produtores em uma divisão social do trabalho (estabelecimentos especializados em diferentes atividades complementares) realizam as economias externas de escala, ou seja, o crescimento e as vantagens competitivas desses sistemas industriais localizados são geralmente baseados em um suporte mais ou menos amplo de instituições, atividades e serviços em elos sinérgicos, suporte este que pode estar concentrado em associações comerciais, por exemplo. As associações comerciais e industriais têm o importante papel de institucionalizar os elos do aglomerado, favorecendo a competitividade da economia regional como um todo.

Além de proporcionar um foro neutro para a identificação de necessidades, limitações e oportunidades comuns, as associações têm condições de atuar em pontos focais para a abordagem dessas questões. As associações geralmente assumem a iniciativa na organização de feiras e delegações nacionais e internacionais, desenvolvem programas de treinamento, em conjunto com as instituições locais, gerenciam consórcios de compradores, implementam atividades de pesquisa e instalações de testes, com base em universidades; coletam informações relacionadas com o aglomerado; proporcionam um ambiente adequado para a discussão de problemas gerenciais comuns e se dedicam a muitas outras questões de interesse comum. Essas atividades se adicionam às funções tradicionais de atuar como interface com os governos locais, estaduais e centrais, orientando as reformas nos regulamentos e representando o aglomerado junto a outros grupos empresariais. (PORTER, 1999).

Outras instituições que podem fortalecer o vínculo cooperativo entre os atores locais são os estabelecimentos de ensino que ministram disciplinas úteis à localidade, as *joint-ventures* e alianças estratégicas entre empresas, agências governamentais e paragovernamentais e o próprio poder público municipal ou estadual. Desse modo, a competitividade de pequenas e médias empresas acaba

²⁴ O termo convenções possui significado correlato ao de cooperação. Convenções podem ser definidas como regras práticas consentidas, rotinas de ação entre parceiros para diferentes tipos de relações pontuadas pela incerteza. Essa incerteza remete a crescente interdependência dos atores e suas localidades com relação a partes de cadeias não territorializadas, voltadas ao fluxo de informações, comercialização e circulação de produtos que incidem enquanto fatores externos aos vários sistemas produtivos territorializados. Essas convenções consolidam a coordenação de cadeias por dois meios: através de regras formais e contratos, em instituições formais e abertas e, de forma indireta, por interdependências não comerciais entre atores. Essas interdependências são geradas através de rodadas de ação e interação entre atores econômicos as quais, por sua vez, conduzem a regularidades tacitamente asseguradas no que se refere às suas expectativas recíprocas e às suas ações (...) São, eu proponho, as chaves para que as cadeias comerciais funcionem adequadamente produzindo formas competitivas de atividade econômica e particularmente aprendizado tecnológico e organizacional". (STORPER, 1995, p.41).

sendo fortemente dependente do meio onde estão inseridas, salientando os elos cooperativos que as empresas estabelecem com os demais elementos do território.

As relações de cooperação envoltas na forma de convenções e de governança tem se respaldo em comunidades sociais cujos valores baseiam-se no apoio mútuo, denominado de capital social, objetivo bastante difundido atualmente no processo de construção de formas de regulação dos sistemas produtivos.

Um elemento importante nessa comunidade é que ela se basearia na “confiança” como princípio orientador das relações de negócios. Ser capaz de agir “com base na confiança” introduz um dinamismo essencial a economia, pois elimina a inércia paralisante que pode existir quando as empresas tem medo de atuar por não terem certeza de que as outras absterão de agir no sentido de tirar partido de uma debilidade temporária. Em outras palavras, elimina o medo de correr riscos, ou melhor, elimina o risco. A confiança permite que os empresários façam investimentos pesados, pois sabem que outros membros da comunidade comprarão os produtos do investimento, em vez de se tornarem clientes de outro. Permite também que as pessoas troquem informações comerciais, repassem idéias de *design*, conhecimento de processos técnicos etc., sabendo que os “parceiros” não abusarão da confiança neles depositada usando a informação de maneira egoísta e unilateral, em detrimento de quem a forneceu, nem deixarão de retribuir futuramente com informações úteis. Assim, o empresário pode confiar na ajuda dos outros em momentos difíceis, do mesmo modo como ele os ajudaria. Em uma comunidade econômica baseada em princípios de *cooperação* e *confiança*, o empresário sabe que outras firmas o ajudarão a manter-se como parte da comunidade, porque é interessante para eles que sua perícia e capacidade permaneçam no *pool* coletivo de recursos. (SENGENBERGER; PIKE, 2002, p. 130-131).

O capital social, segundo Putnam (2000, p. 177 apud VALENTIM, 1999), diz respeito a características da organização social como confiança, normas, organização, instituições e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Trata-se, pois de um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura social e da cultura, como, por exemplo, as normas de reciprocidade, os padrões de associativismo, os hábitos de confiança entre as pessoas, as redes que ligam segmentos variados da comunidade. A influência do capital acumulado em práticas sociais sobre a produtividade e competitividade econômica tem relação com as práticas colaborativas entre indústrias e destas com universidades e entidades governamentais e da sociedade civil que impulsionam inovações viabilizando a dinamismo econômico de pequenas e médias empresas que alavancam a renda e o emprego local.

Ao se exporem os principais elementos que fazem da competitividade uma noção mais ampla e complexa, face aos processos econômicos contemporâneos

caracterizados pela mudança nas formas de organização das empresas em redes com maior ênfase à inovação e ao aprendizado tecnológico, fica patente que o território, em sua condição de configuração espacial de processos econômicos, políticos e sociais, adquire grande proeminência. Trata-se de um “retorno” ao território como elemento essencial do desenvolvimento econômico, através de contextos locais bem-sucedidos na promoção de suas atividades econômicas, em uma densidade de atores e instituições coordenadoras que possibilitam a criação de interdependências positivas e recursos específicos.

3 – A METODOLOGIA DOS RECURSOS E ATIVOS ESPECÍFICOS E AS MODALIDADES DE VANTAGENS COMPETITIVAS

Benko; Pecqueur (2001) partem da tese de que as regiões e os territórios se tornaram, na atualidade, fontes de vantagens concorrenciais, vantagens baseadas nas “*especificidades dos recursos e ativos territoriais*”. Tal estrutura argumentativa se desenrola no contexto da globalização e da (re) descoberta do papel ativo da dimensão local-regional na competitividade das atividades e serviços por meio da descentralização gestonária e da densidade de relações entre atores e instituições locais, trazendo à tona o papel que o território exerce na diferenciação das regiões e localidades. Essas localidades aparecem como resultado da proximidade nas “coletividades locais territoriais” em contextos de Sistemas e Arranjos produtivos Locais, cujas especificidades criam condição para “ancoragem territorial” das atividades econômicas.

A competitividade, enquanto elemento fortemente territorial (local, regional, nacional, global), tem como fundamentos principais os *ativos*, que são fatores em atividade empregados em dado processo ou uso, e os *recursos*, que são fatores a explorar, a revelar, a organizar. Tanto os ativos quanto os recursos podem ser *genéricos* ou *específicos*, sendo os fatores genéricos totalmente transferíveis por meio de valores de mercado e preço e os específicos são aqueles que envolvem alto custo de transferência ou que só podem ser mobilizados em contextos culturais e históricos de interdependências organizacionais e processos interativos de aprendizado. É a condição de especificidade dos recursos, em última instância, que dota uma determinada região ou localidade de vantagens competitivas duradouras.

Quadro 3 - Tipologia dos Recursos e Ativos Territoriais e as Vantagens e Desvantagens Concorrenciais

FATORES	GENÉRICOS	EXEMPLOS	ESPECÍFICOS	EXEMPLOS
RECURSOS	Fatores de localização potenciais não utilizados, suscetíveis de serem ativados segundo um cálculo de rentabilidade a ser introduzido no mercado	1 – matérias-primas; 2 - equipamentos; 3 – informações de base fora do mercado (conhecimentos codificados) 4 – força de trabalho simples	Fatores de localização virtuais e incomensuráveis, intransferíveis, nos quais o valor que os criou depende da organização e das estratégias para resolver problemas inéditos, ancoradas no território (instituições, regras, convenções).	1 – ambiente cultural e industrial (atmosfera); 2 – acumulação de conhecimentos tácitos (aprendizagem) 3 – força de trabalho qualificada não empregada 4 – ambiente institucional favorável
ATIVOS	Fatores de localização existentes em atividade, totalmente transferíveis, discriminados pelos preços e custos de transporte no mercado.	1 – matérias-primas exploradas; 2 – equipamentos em uso; 3 – informações de base ativas no mercado (conhecimentos codificados) 4 – força de trabalho simples	Fatores existentes comparáveis, parcialmente transferíveis, em que o valor está ligado a um uso particular (externalidades de quase-mercado).	1-matérias-primas raras 2- força de trabalho qualificada 3 – equipamentos adaptados aos processos locais 4 – mobilização institucional e organizacional adequada as estratégias locais

Fonte: Benko e Pecqueur (2001)

Pecqueur; Colletis-Wahl (2001, p. 455-457) dão ênfase aos processos que conduzem à especificação dos recursos territoriais e, neste sentido, enfatizam o papel que exercem as instituições e organizações. O processo de especificação dos fatores está relacionado à coordenação, um nível intermediário de estabelecimento de relações entre “estruturas” e “indivíduos”. Desse modo, tal coordenação é influenciada pelas dinâmicas organizacionais e institucionais. As instituições se expressam tanto em indivíduos quanto em representações sociais, designando as “regras do jogo social internalizadas pelos agentes e que os ajudam a guiar seus comportamentos compatíveis a um dado contexto” (Por exemplo: regras legais, padrões morais, convenções sociais, tradições culturais) ou “formas de elaboração social e divisão do conhecimento que contribuem, em sentido prático, com a realidade comum para um grupo social” (Por exemplo: Sistemas de interpretação de relações e identidades sociais de grupos). As organizações, por sua vez, aparecem como unidades básicas de tomada de decisões voltada a determinados fins, expressando-se por meio das permanências e estabilizações quanto à divisão do trabalho, mais ou menos formalizada, que garante retorno à produção individual coordenada pelo mercado, aos controles sociais e às relações hierárquicas que

definem relações de poder dentro das organizações e as regras e procedimentos que delimitam as organizações para o desenvolvimento. A influência das organizações na especificação de recursos voltados à competitividade territorial se dá por meio do fortalecimento da aprendizagem e das rotinas dotadas de caráter adaptável e aplicado. As instituições, em contrapartida, agem na adaptação dos fatores latentes a novas configurações produtivas onde são revelados.

A especificidade dos recursos pode ser considerada, então, o início de um processo cujo objetivo final é a obtenção de uma vantagem competitiva para uma dada localidade. Como instrumentos desse processo se colocam as estruturas institucionais e organizacionais que são mobilizadas em contextos de aglomeração e proximidade espacial e materializados em Arranjos Produtivos Locais. Desse modo, certos elementos são reconhecidos hoje como importantes fontes de melhoria e aperfeiçoamento competitivo, a maior parte deles dependentes de acordos e vínculos que aproximam atores representativos na busca de obter melhorias nos processos e relações produtivas locais. Na seqüência, com o estudo de caso do aglomerado de produção de malhas do “Circuito das Malhas” se buscará compreender como as variáveis teóricas anteriormente expostas se combinam na realidade socioterritorial.

PARTE II

ESTUDO DE CASO DO “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS”

4 – A AGLOMERAÇÃO SETORIAL E O APL DO “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS”

A escolha da circunscrição espacial e regional do “Circuito das Malhas” do Sul de Minas para análise das hipóteses analíticas anteriormente expostas é justificada levando-se em conta os seguintes fatores: **A)** Importância econômica da região no tecido socioprodutivo estadual e nacional e no setor de atividade no qual se especializou; **B)** Dinamismo industrial recente – segunda metade dos anos 1990 - em trajetória de inovação; **C)** Tradição histórica na atividade têxtil-malharias com base em tradição de fabricação semi-artesanal; **D)** Circunscrição territorial bem delimitada dos municípios produtores de malhas; **E)** Aglomeração sócio-produtiva com características convergentes à proposta de APLs e; **F)** Carência de pesquisas e análises empíricas sobre a região do “Circuito das Malhas”, quanto a sua estrutura produtiva e realidade socioeconômica.

Ao identificar a territorialização das transações econômicas com recortes espaciais limitados, Storper (1993) identifica distritos industriais e arranjos produtivos localizados quando se encontram territorializadas partes de cadeias e combinações de cadeias e não necessariamente espaços econômicos completos devido aos custos e à complexidade das transações envolvidas. Essa integração de diferentes segmentos de produção localizados em diferentes lugares em uma extensão de tamanho variável se torna coerente tanto com a idéia de “Circuito espacial de produção” quanto com a idéia de “Arranjo Produtivo Local”.

Na concepção de Santos; Silveira (2001), um Circuito espacial de produção compreende o movimento de trocas e fluxos de bens e serviços entre lugares especializados pela segmentação territorial das etapas do trabalho em áreas não necessariamente contíguas. Este movimento não é apenas material, mas envolve também fluxos de informações e ordens, que caracterizam os círculos de cooperação como a dimensão regulatória de um circuito produtivo. A criação dos Circuitos turísticos no Estado de Minas capta exatamente essa idéia de organizar as diversas atividades econômicas existentes em uma região, nesse caso através do estímulo turístico em um complexo regional integrando os diversos atrativos locais, coordenados por meio das estratégias e diretrizes de um conselho de desenvolvimento e comitê gestor.

No entanto, quando a parte principal do circuito produtivo se encontra localizada e concentrada na mesma região, para aproveitamento das economias de escala e aglomeração propiciadas na proximidade territorial dos produtores com os fornecedores, serviços de apoio e instituições locais, constata-se a existência de um Arranjo Produtivo Local (APL). Tal raciocínio dá base para se pensar no “Circuito das Malhas do Sul de Minas” diretamente vinculado a um APL, ou a um conjunto de aglomerações produtivas diretamente vinculadas. Nessa concentração geográfica da cadeia produtiva, o círculo de cooperação se faz definir melhor pela idéia de governança territorial de um sistema produtivo na forma de uma rede de “distritos” (BENKO, 1996).

Outro aspecto essencial desses Arranjos Produtivos é a busca por suplantarem a condição de simples aglomerados de estabelecimentos especializados em um segmento produtivo, unicamente ligados por uma proximidade geográfica em um entorno formado por recursos genéricos, para se tornarem sistemas produtivos fortemente articulados geograficamente e organizacionalmente por instituições, convenções e pela aprendizagem coletiva. Esse processo de transformação dos territórios nas práticas e representações dos atores econômicos locais está associado à busca de vantagens competitivas e diferenciações por meio da crescente “especificação dos recursos territoriais”, através da requalificação dos recursos e ativos do território em processos interativos e dinâmicos de aprendizado coletivo. O aprendizado corresponde à busca que os atores promovem, no âmbito local, por inovação, adaptação e “flexibilidade” de seus processos e produtos face às condições concorrenciais e de demanda, desenvolvendo nesse movimento coletivo uma série de instituições, organizações e convenções necessárias à emergência de fatores qualitativos da competitividade, superando a concorrência baseada apenas em fatores econômicos apoiados em preços. (BENKO; PECQUEUR, 2001, COLLETIS; PECQUEUR, 1993)

Trata-se, pois de um movimento de capacitação competitiva dos territórios locais, na forma de APLs, que partem da simples condição de “especialização” para chegarem ao patamar de “especificação” dos recursos. Com esses alicerces básicos, teóricos e empíricos, parte-se para a abordagem mais específica do conjunto setor-território do “Circuito das Malhas”, inicialmente em um plano mais superficial de contextualização histórica e abordagem de dados secundários, e

posteriormente, em análise mais aprofundada a partir de levantamento de dados em campo junto aos principais atores locais.

4.1 – HISTÓRICO E PANORAMA SOCIOECONÔMICO DO “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS”

A região hoje conhecida como “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas Gerais” abarca um conjunto de municípios, em sua maioria de pequeno porte, localizados na porção sudoeste do Estado de Minas Gerais, em contato direto e com vínculos consistentes e de fluxos diversos com os municípios vizinhos do “Circuito das Águas paulista”, localizados no extremo leste do Estado de São Paulo. Este estudo incidirá sobre os municípios de Jacutinga/MG e Monte Sião/MG, considerados os principais centros da produção regional de Malhas e que, segundo estimativas, podem representar mais de 40% do volume de produção de peças de malha do Brasil. (Fonte: <http://www.jacutinga.org.br>)

Os municípios componentes do “Circuito das Malhas do Sul de Minas” - Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, Inconfidentes, Borda da Mata e Bueno Brandão - estão inseridos no contexto espacial da microrregião de Poços de Caldas e a mesorregião do sul-sudoeste de Minas. Comparando as **figuras 2 e 3**, percebe-se, no entanto, a não concordância entre as divisões regionais tradicionais e a nova regionalidade baseada nos princípios funcionais e setoriais dos Arranjos produtivos locais. Essa pesquisa traz então, como outro possível enfoque, a busca de se compreender as dinâmicas e redefinições territoriais atuais relacionadas às novas formatações regionais baseadas nas sinergias criadas entre municípios com vocações econômicas semelhantes.

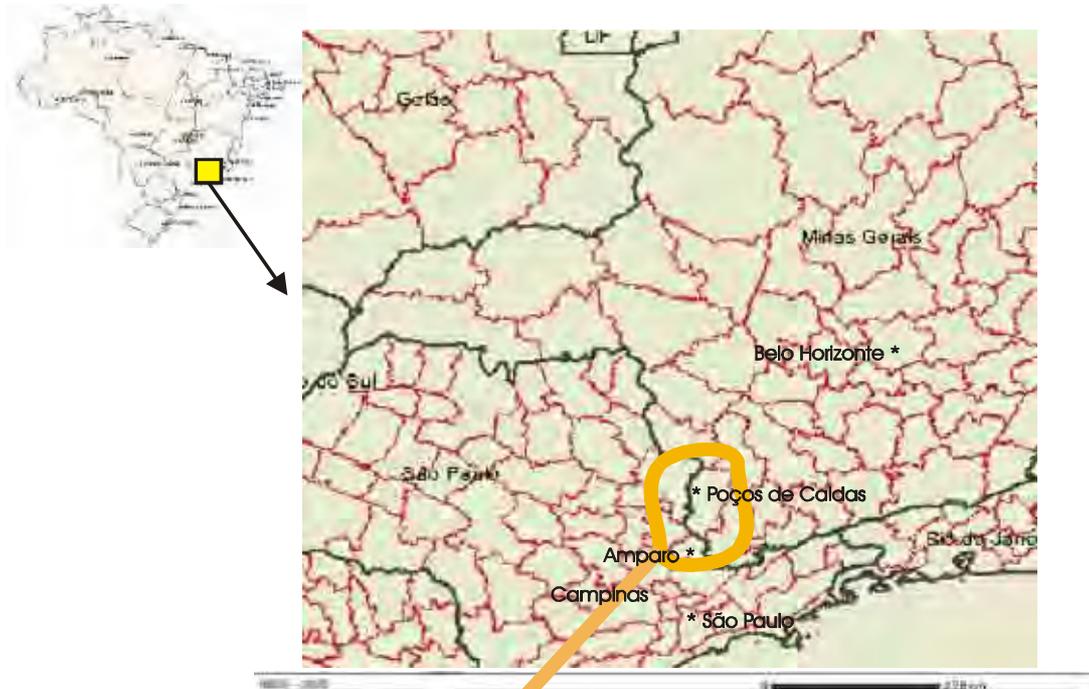
Os municípios dessa área, sobretudo aqueles ligados ao “Circuito das águas”, desenvolveram, de forma mais ou menos acentuada, certo potencial turístico em virtude da localização privilegiada no conjunto montanhoso dos contrafortes da Serra da Mantiqueira, que propiciou a exploração do turismo em estâncias hidroterapêuticas e de inverno e, mais recentemente, do turismo de aventura e de compras; o último, em consonância à produção de artigos de vestuário em malha vinculados às tendências da moda de inverno. No município de Águas de Lindóia, por exemplo, estruturou-se uma ampla rede hoteleira que, após o declínio do turismo termal, na década de 1970, passou a receber eventos e congressos de diversas especialidades profissionais.

De modo que essa microrregião recebe historicamente influência polarizadora da região concentrada de São Paulo-Campinas (com maior peso comparativo com

relação à metrópole mineira de Belo Horizonte), destacando dois fatores principais para este quadro: **A)** distância reduzida do mercado consumidor das atividades turísticas e industriais em relação ao “Circuito das Águas” e “Circuito das malhas”, que atinge seu pico em períodos de férias de inverno, finais de semana e feriados e; **B)** a oferta de serviços especializados no aglomerado metropolitano paulista que estimula os vínculos com os produtores do “Circuito”.

Figura 2 – Mapa de Localização de Jacutinga e Monte Sião

- A – Localização do Circuito no mapa do Brasil
- B – Localização do Circuito na fronteira dos Estados de Minas e São Paulo
- C – Localização do Circuito na microrregião de Poços de Caldas

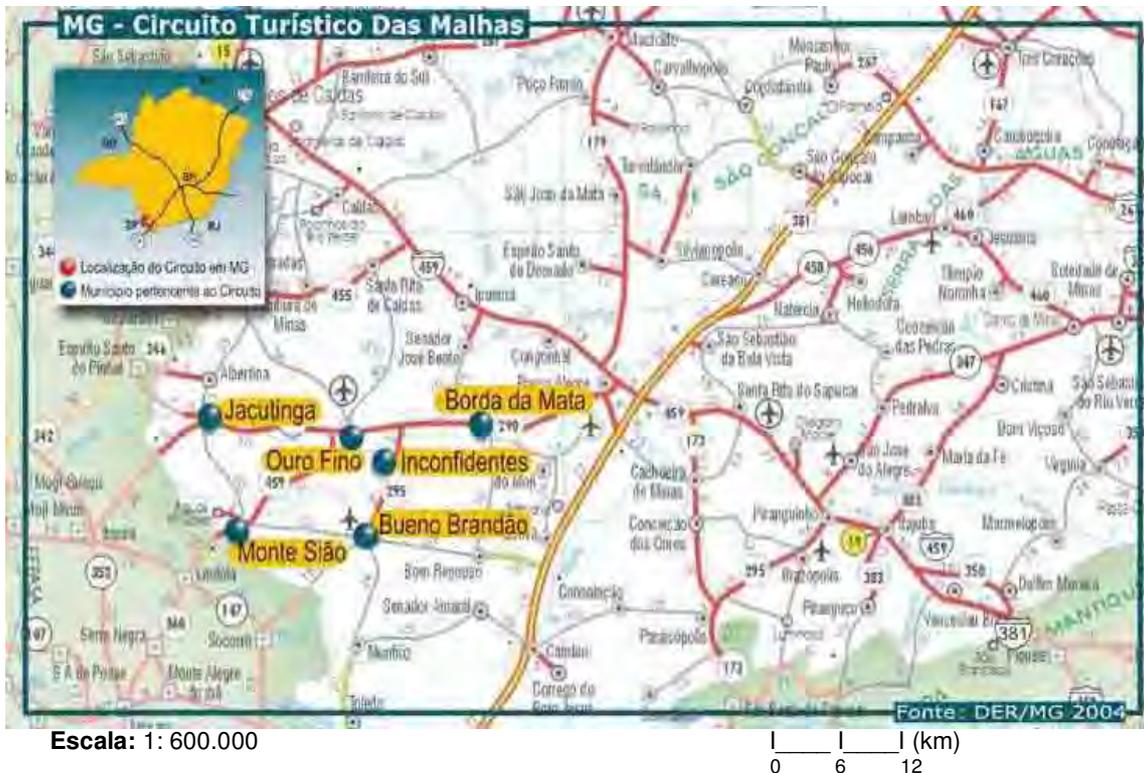


Elaboração e organização:
Lucas Labigalini Fuini



Fonte: IBGE-Sidra, 2005 e Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Figura 3 – Mapa com a Infra-Estrutura Rodo-Ferroviária da Região do Circuito das Malhas



Essas atividades distinguiram o complexo regional no conjunto da economia mineira e paulista de maneira prematura e os fluxos modernizadores da industrialização brasileira centralizados em São Paulo tiveram o efeito de reforçar as especializações produtivas locais no contexto da divisão territorial do trabalho, prevalecendo as iniciativas endógenas e o saber local associado ao arcabouço técnico-produtivo quase artesanal consolidado no contexto histórico-cultural específico, composto, sobretudo, de pequenos estabelecimentos de produção familiar. Santos (1999) coloca a noção de saber local como indissociável do território e de sua territorialidade, construídos pelos saberes cotidianos dos ocupantes dos lugares em contraposição ao saber político das empresas globais e dos agentes econômicos hegemônicos.

Esse estudo, em especial, se circunscreve a dois municípios que servirão de objeto empírico para a análise quantitativa e qualitativa da produção têxtil e de malhas do Sul de Minas: Monte Sião e Jacutinga.

O município de Monte Sião está localizado no extremo sul de Minas Gerais e pode ser considerado como marco divisório do estado de Minas e o estado São Paulo. Sua área de 291 km² apresenta topografia acidentada, com cordilheiras, colinas e montes, tendo a sede municipal altitude média de 857 m e, como ponto mais elevado, o Morro Pelado, com 1.319 m de altitude. Apresenta clima médio anual ameno, cerca de 21°C, oscilando até zero grau no inverno. O município apresenta também densidade demográfica de 59,4 hab/km², fazendo fronteira com os municípios mineiros de Jacutinga, Ouro Fino e Bueno Brandão e com os municípios paulistas de Socorro, Águas de Lindóia e Itapira, distanciando-se, por rodovia, 170 km de São Paulo e 470 km de Belo Horizonte.

O município de Jacutinga, vizinho de Monte Sião, apresenta também topografia colinosa, em uma área de 348,2 km², com altitude média de 839 m. Apresenta condições climáticas amenas, cerca de 23° C anuais, e faz fronteira com as cidades mineiras de Monte Sião, Ouro Fino e Andradas e as cidades paulistas de Itapira, Mogi-Mirim e Espírito Santo do Pinhal. Jacutinga, com uma densidade demográfica de 53,3 hab/km², se encontra, por estrada, a uma distância de 190 km de São Paulo e 490 km de Belo Horizonte.

O município de Monte Sião tem sua origem histórica relacionada ao período da mineração, quando surgiram os primeiros registros sobre essa localidade. Em 1854, já conhecida como Monte Sião, a localidade passa a categoria de distrito, inicialmente de Pouso Alegre e, em 1880, ligado a Ouro Fino. Em 1888, chegam à cidade os primeiros imigrantes italianos (cerca de 320 famílias), que passariam a influenciar diretamente a vida econômica e cultural local, trabalhando inicialmente nas plantações de café e que, após a crise cafeeira, passariam a difundir a cultura do tricô com agulhas trazidas da terra natal. Andreta, Ondino, Bernardi, Labigalini, Labegalini, Zucatto são sobrenomes populares em Monte Sião que expressam a influência da imigração italiana sobre a sociedade montessionense. Apenas em 1936, Monte Sião passa à condição de município e, em 1957, recebe a outorga de Estância Hidromineral. (Fonte: [http:// www.montesião.com.br](http://www.montesião.com.br))

Fotos 1 e 2 – Centro de Monte Sião e Praça Alfredo Zucato



Fonte: <http://www.montesiao.org.br>

Foto 3 – Rua comercial em Monte Sião



Fonte: <http://www.montesiao.org.br>

O município de Jacutinga apresenta, também, como aspecto essencial de sua história política e econômica, a imigração de italianos, iniciada por volta de 1835, quando se construiu a primeira capela do povoado. Os italianos e sua descendência também caracterizam fortemente a economia local, inicialmente com a cultura do café e, atualmente, com a cultura do tricô e confecção de malhas. Jacutinga passou à situação de município em 1901, sendo conduzida, posteriormente, a condição de Estância Hidromineral, conhecida que é por sua água mineral engarrafada. (Fonte: <http://www.jacutinga.org.br>).

Foto 4 – Área Rural de Jacutinga



Fonte: <http://www.jacutinga.com.br>

Fotos 5 e 6 – Área Urbana de Jacutinga e R. Américo Prado (Centro)



Fonte: <http://www.jacutinga.com.br>

A indústria de malhas de Monte Sião – que tem como matérias-primas os fios de lã/linho e algodão - tem sua origem vinculada a um período de estagnação econômica e decréscimo da produção rural cafeeira no final dos anos 1960, situação que levou algumas senhoras, que produziam peças de tricô feitas com agulhas à mão, a exporem suas mercadorias em praça pública. Essa atividade produtiva embrionária ganha impulso com a descoberta de um mercado consumidor de artigos artesanais, vinculado à atividade turística consolidada na região do “Circuito das Águas Paulista”²⁵ e se expande com o progressivo investimento em maquinário têxtil - inicialmente manual e posteriormente elétrico e eletrônico - que permitiu um exponencial aumento da produtividade local. Tais fatores, aliados à realização de Feiras de produtores periódicas, a partir dos anos 1970, e à formação da Associação

²⁵ O “Circuito das Águas Paulista” compreende as Estâncias hidrominerais e turísticas de Amparo, Serra Negra, Socorro, Lindóia, Águas de Lindóia, Jaguariúna e Pedreira. Trata-se de um conjunto de municípios que exploram suas vocação turística por meio do turismo termal (hidroterapêutico), histórico, de compras e, mais recentemente, de aventura. A principal instância de governança territorial do Circuito é o Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista, existente desde 04 de novembro de 2004, envolvendo as prefeituras de oito municípios, órgão este formado com o objetivo de divulgar os atrativos turísticos, despertar o interesse de visitantes e colaborar para o desenvolvimento econômico e social de Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro.

Comercial e Industrial, nos anos 1980, fizeram a produção de malhas local se tornar mais conhecida regionalmente e nacionalmente, propiciando um crescimento das fábricas e estabelecimentos comerciais locais dedicados à produção e ao comércio de artigos de malha, permitindo uma melhor organização interna dos produtores para o investimento em marketing, acabamento e inovação de modelos. (BORIN, 2002)

Dessa forma, a expansão da produção de malhas em Monte Sião deu impulso para que municípios vizinhos também passassem a explorar suas vocações específicas nessa atividade, como é o caso de Jacutinga/MG, Socorro/SP, Ouro Fino/MG, Águas de Lindóia/SP, etc. Cada município se especializou, então, em uma variedade específica de artigo de malha e técnica manufatureira. Jacutinga, por exemplo, é conhecida como a “Capital Nacional das Malhas”, baseada no tricô e crochê; Monte Sião, com a outorga de “Capital Nacional do Tricô”, também especializada no tricô; Inconfidentes, com o bordado; Borda da Mata, com roupas para dormir; estabelecendo-se, assim, um prenúncio de divisão territorial do trabalho interno que fortalece as inter-relações e complementaridades na cadeia produtiva regional.

A cooperação entre os municípios produtores de malhas das microrregiões de Poços de Caldas e de Pouso Alegre foi fortemente estimulada com o lançamento pelo governo do estado de Minas, em 2003, do projeto de Circuitos Turísticos, medida e instituto que visa ao fortalecimento e melhor organização da atividade turística entre municípios com afinidades culturais, sociais e econômicas, consolidando, assim, uma atividade regional. (Decreto de Lei 43.321 de 08/06/2003). A cerimônia para certificação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas, órgão formado por Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, Inconfidentes, Borda da Mata e Bueno Brandão, ocorreu no dia 27 de março de 2006 e, para tanto, foi necessária a organização da Associação do Circuito Turístico formada por integrantes das prefeituras e associações comerciais dos municípios integrantes.

Os dois casos analisados – Jacutinga e Monte Sião - são de pequenos municípios (em torno de 20.000 habitantes) localizados em uma região constituída também por pequenas e médias cidades. Trata-se de um urbano que começa a se equipar vigorosamente a partir dos anos 1960, com a instalação de serviços de saúde, educação, bancários, hospedagem, eletricidade, telefonia e estradas de ligação interurbana, perdendo progressivamente sua base agrícola, apesar de os

municípios exibirem ainda altas porcentagens de população rural, maiores que a média do Estado de São Paulo. Quanto ao mercado de trabalho, os dois municípios apresentam taxas de desemprego significativamente baixas (**tabela 1**), na comparação com a média dos Estados de Minas e São Paulo, caracterizando um contexto socioeconômico bastante promissor para a população local, considerando a boa posição dos IDHs municipais²⁶ (**tabela 2**) e o impacto positivo do dinamismo recente das atividades de produção têxtil-malhas e do turismo de compras sobre a população.

²⁶ O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, criado no início da década de 90 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, é uma contribuição para essa busca, e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: A) a longevidade, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer; B) a educação; medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior; C) a renda; medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. Uma utilização adequada do IDH em nível municipal exige necessariamente que certas adaptações sejam realizadas. A questão básica é que o IDH foi inicialmente idealizado para ser calculado para uma sociedade razoavelmente fechada, tanto do ponto de vista econômico (no sentido de que os membros da sociedade são os proprietários de, essencialmente, todos os fatores de produção) como do ponto de vista demográfico (no sentido de que não há migração temporária). Municípios, no entanto são espaços geopolíticos relativamente abertos e por este motivo foram realizadas algumas adaptações nos indicadores. (Atlas do Desenvolvimento do Brasil, Pnud, 2000).

Tabela 1 – Caracterização Demográfica e Econômica dos Principais Municípios do Circuito das Malhas entre 2000 e 2004.

VARIÁVEIS	MONTE SIÃO/MG	JACUTINGA/MG	ESTADO DE SÃO PAULO	ESTADO DE MINAS GERAIS
1 – População Total	18.195	19.004	37.035.456	17.905.134
2 – Pop. Urbana	12.729 (70%)	14.316 (75,3%)	34.585.021	14.658.502
3-População Ocupada	10.337 (56,8%)	9.705 (51%)	15.069.645	7.153.508
4-Empregados com carteira	3.083 (29,8%)	3.512 (36,1%)	7 448 207	2.685.082
5 –Empregados sem carteira	2.729	2.397	3.301.280	1.905.571
6 – Desemprego (Desocupados)	235 (2,2%)	235 (2,3%)	3.190.285 (17,4%)	1182277 (14,1%)
7-PIB municipal, PIB per capita ²⁷ e Valor adicionado da Indústria (2002)	R\$ 122.180.000/ R\$ 6.624/ R\$ 36.527.000	R\$ 106.974.000/ R\$ 5.507/ R\$ 30.464.000	----	-----

Fonte: IBGE (2000, 2002 e 2004) e Seade (2002). **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

Tabela 2 – Caracterização Sócio-Econômica dos Principais Municípios do Circuito das Malhas em 1991 e 2000.

VARIÁVEIS (1991/2000)	MONTE SIÃO/MG	JACUTINGA/MG	MINAS GERAIS	SÃO PAULO
IDH Municipal e posição no país	0,697 - 0,811(363º.)	0,723 - 0,797 (627º.)	0,697 - 0,733 (9ª.)	0,778 – 0,820 (3ª.)
Renda per capita média	R\$ 187,40 - R\$ 394,00	R\$ 200,60 - R\$ 369,80	R\$ 193,60 - R\$ 266,60	R\$ 382,90 - R\$ 442,70
Proporção de pobres (%)	34,1 - 10,9	29,5 - 12,3	43,3 - 29,8	12,9 – 14,4
Índice Gini	0,54 - 0,53	0,52 - 0,54	0,61 – 0,62	0,56 – 0,59
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos) (%)	25,1 - 13,3	20,7 - 16,8	35,4 - 27,8	27,3 – 17,5
Esperança de vida ao nascer (anos)	69,6 - 76,0	71,5 -74,4	66,4 - 70,5	68,8 – 71,2
Acesso a Água Encanada (%)	91,2 - 87,0	95,8 - 91,9	77,5 - 89,5	95,7 – 97,8
Acesso a Energia Elétrica (%)	94,5 / 99,9	97,5 - 99,3	85,3 - 95,6	99,1 – 99,7
Acesso a Computador (%)*	8,2 (%)	7,6 (%)	9,2	18,0
Taxa de analfabetismo (adultos) (%)	25,2 - 12 (%)	25,3 - 14,5 (%)	21,9 - 14,8	12,2 – 7,9
Média de anos de estudo	3,8 - 5,0	4,2 – 5,2	4,6 - 5,6	5,8 - 6,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Pnud, 2000. **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

²⁷ Para uma economia relativamente fechada, o PIB per capita é um bom indicador da renda apropriada pela população local e, portanto, do seu nível de consumo. No entanto, pode ocorrer que grande parte do PIB gerado num município sirva apenas para remunerar fatores de produção pertencentes a indivíduos não residentes no município. Desta forma, o PIB municipal não representa adequadamente a renda disponível dos moradores do município. Assim, com o objetivo de melhor caracterizar as reais possibilidades de consumo da população local, optou-se por substituir o PIB per capita pela renda familiar per capita média do município. (Atlas do Desenvolvimento do Brasil, Pnud, 2000).

Na análise das condições sociais, de distribuição de renda e de acesso a serviços básicos nos municípios de Jacutinga e Monte Sião, percebe-se que houve progresso em todas as variáveis analisadas, exibindo, esses mesmos municípios, dados médios positivos e superiores na comparação com as médias do estado de Minas, excetuando-se apenas a variável “média de anos de estudo” da população. Já na comparação com as médias do estado de São Paulo, percebem-se diferenças nítidas entre as realidades sociais e estruturais paulista e mineira. Apenas na variável “Acesso a água encanada”, os dois municípios apresentaram a mesma tendência de queda porcentual em decorrência da significativa elevação nas taxas de urbanização locais. Na análise do IDH entre 1991 e 2000, verifica-se o notável progresso na condição de bem estar social da população dos municípios mineiros que, concomitantemente, apresentaram redução na proporção de pobres na população e diminuição na mortalidade infantil, aumento na expectativa de vida da população, redução no analfabetismo e elevação da instrução média da população.

Esse progresso exibido no IDH e em variáveis correlatas coloca tanto Monte Sião quanto Jacutinga em patamares considerados altos (ou próximos) para o desenvolvimento humano. Apenas no quesito distribuição de renda, demonstra-se que Jacutinga apresentou leve aumento na concentração, acompanhando a tendência média dos estados de Minas e São Paulo.

Mantendo esta taxa de crescimento do IDH-Municipal, Jacutinga levaria 12,7 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 4,8 anos para alcançar Poços de Caldas (MG), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,841). Já, Monte Sião, mantendo esta taxa de crescimento do IDH-M, levaria 7,2 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 2,1 anos para alcançar Poços de Caldas (MG), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,841). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2002).

Esse quadro, ao delinear as condições socioeconômicas básicas dos principais municípios componentes do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, nos permite concluir que a população local situada no contexto territorial de um aglomerado produtivo setorial exhibe boas condições gerais de qualidade de vida, distribuição de renda e acesso a serviços básicos, com leve defasagem na escolaridade da população adulta frente às médias apresentadas pelos estados de Minas e São Paulo. Um aspecto relevante na análise das variáveis sociais e

econômicas dos municípios de Jacutinga e Monte Sião é a sua estreita dependência com relação à indústria de malhas e suas oscilações conjunturais, criando uma forte sinergia entre os demais setores sociais e econômicos e a produção e comércio de malhas, que aparecem como verdadeiros motores do “desenvolvimento territorial” dos municípios analisados.

4.2 – ESTRUTURA PRODUTIVA DO “CIRCUITO DAS MALHAS”: ESPECIALIZAÇÃO, PORTE DAS EMPRESAS E DINÂMICA ECONÔMICA.

O ramo de produção de artigos de malha, em fios de fibra sintética, algodão e linho-lã (especialidade da região do Circuito das Malhas) se insere na cadeia produtiva da indústria têxtil e de vestuário, abarcando uma complexa série de operações e segmentos que envolvem o preparo da matéria prima, a produção de fios naturais e artificiais, a fabricação de tecidos semi-acabados, confecção de artigos de vestuário acabados, até chegar na distribuição e comercialização do produto. É possível destacar, segundo Garcia; Cruz-Moreira (2004), as seguintes atividades nesta cadeia produtiva:

- a) A montante: a indústria química, provedora de fibras sintéticas e insumos para tinturaria e acabamento, indústria agropecuária, fornecedora de fibras naturais (algodão e lã), a indústria de máquinas e equipamentos especializados (tricotadeiras retilíneas e circulares automáticas e semi-automáticas, máquinas de acabamento e de costura, tecnologias de automação, softwares de informação e design);
- b) Parte principal: envolve dois segmentos principais: a produção têxtil, que inclui os processos de fiação, tecelagem e, a produção de vestuário, que abarca as malharias e confecções que transformam os tecidos em roupas para vestir;
- c) A jusante: segmento de comercialização e distribuição de produtos que acaba dirigindo a cadeia é composto por relações de subcontratação por empresas produtoras de marcas e por comercializadores de marca sem fábrica, grandes varejistas e lojas de departamento multimarcas, pequeno comércio varejista e confecções locais fundidos ou não as fábricas, pequeno comércio e confecções extralocais compradores no atacado e atacadistas locais no esquema “loja da fábrica”, etc.

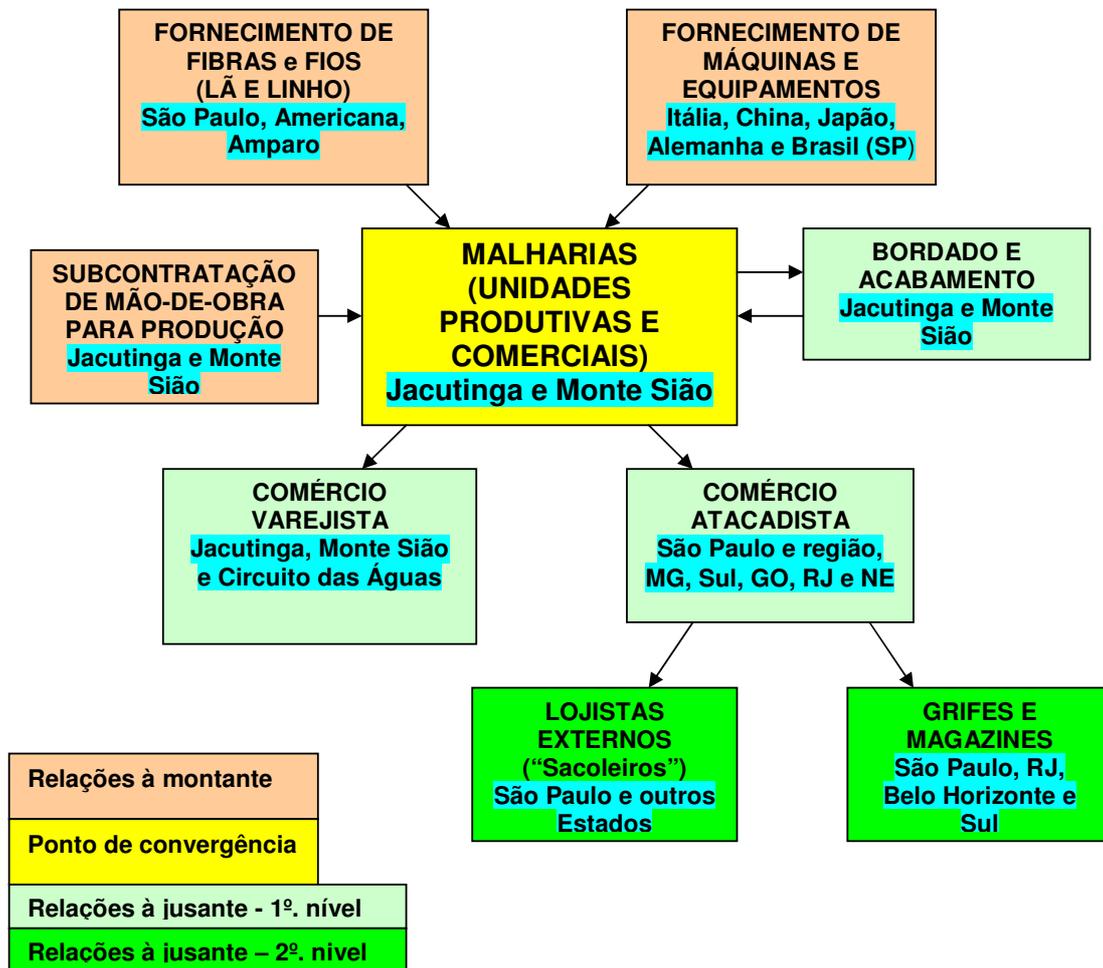
Os principais municípios do “Circuito das Malhas” têm priorizado, sobretudo, as partes da produção de peças de vestuário em malharias e confecções e as partes de comercialização nas galerias de lojas, magazines e butiques locais. A integração do circuito comercial com o circuito produtivo é um dos segredos do crescimento recente da região sul-mineira na confecção de malhas. Mesmo assim, parte principal da produção local ainda se destina aos compradores externos no atacado, que acabam tendo forte influência sobre a dinâmica produtiva da região.

A atividade têxtil é uma das mais tradicionais e antigas segmentações da indústria de transformação e produção de bens não duráveis estabelecidas no Brasil, adquirindo uma dimensão nacional por conta da expansão das fiações, tecelagens e comércio de artigos de vestuário no primeiro quartel do século XX (DURAND, 1985). Com a abertura comercial dos anos 90, o mercado foi profundamente afetado pelos tecidos mais baratos e diversificados da China, o que obrigou as empresas têxteis nacionais a investirem na modernização de seus equipamentos e na busca incessante de competitividade. No caso do Circuito das Malhas, a segunda metade dos anos 90 foi o período de maior crescimento da produção local, tanto no número de estabelecimentos quanto de empregos, indicando que a produção de malhas local, devido a sua especificidade, mercado de destino e capacidade adaptativa dos estabelecimentos não foi tão prejudicada na comparação com outros pólos, como Americana, especializada em tecidos retilíneos, justamente o segmento mais afetado naquela abertura.

As indústrias do complexo têxtil exemplificam tal situação. A saturação do consumo nos países desenvolvidos e a invasão de produtos têxteis provenientes de países em desenvolvimento têm deslocado a concorrência cada vez mais para fatores “não preço”. As empresas que conquistam maiores fatias de mercado são as que conseguem flexibilidade para adaptar-se as alterações do mercado, introduzindo constantemente produtos que incorporam intensamente estilo, moda e *design*. No Brasil, o mercado interno não estimulou a adoção de estratégias condizentes com as tendências internacionais. A heterogeneidade prevalece nas indústrias do complexo, mas a grande maioria das empresas, além de operar equipamentos obsoletos, carece de capacitação para a produção de artigos de boa qualidade e atualização freqüente em termos de *design*. (FERRAZ; COUTINHO, 1994, p. 316)

Thorstensen (1985) destaca a existência de cinco segmentos principais na cadeia produtiva têxtil: os segmentos de fiação, tecelagem, acabamento, malharia e confecção. O segmento de malharias é caracterizado por ter um mercado pulverizado e competitivo cujo sucesso é determinado mais pela versatilidade da produção aos ditames da moda e à demanda específica por produtos sofisticados e populares adaptados à clientela regional, do que pela padronização e escala de produção. Desse modo, “um empresário com pequeno capital pode estabelecer-se, produzir seu tecido, confeccionar peças de vestuário e vendê-las diretamente ou a terceiros” (op. cit, 1985, p. 157). Podemos, deste modo, expressar a cadeia produtiva de malhas a partir do seguinte esquema ilustrativo, nos aproximando de sua configuração específica na região do “Circuito das Malhas”:

Figura 4 – Cadeia Produtiva e Territorialidade do Circuito das Malhas



Fonte: Elaborada pelo autor

Selingardi-Sampaio; Pinheiro (1994, p. 23-28), ao elaborarem amplo panorama sobre as mudanças recentes nas relações de produção na indústria de confecções, identificam quatro pontos como essenciais para se entender o setor: **A)** a grande diferenciação de produtos que explica a manutenção do caráter artesanal em algumas operações produtivas, além da diversidade dos produtos em função da variabilidade de mudanças da moda; **B)** a intensa flexibilidade nos processos de produção, com uso crescente de subcontratação e trabalho doméstico, destacando *linkages* que prescindem da proximidade geográfica entre empresa-mãe e subcontratada e; **C)** a exacerbação da desqualificação e subdivisão do trabalho na linha de produção, associada à “feminização” da mão de obra na indústria de confecções.

A estrutura produtiva do Circuito das Malhas se baseia em um sistema de micro e pequenas malharias localizadas nas zonas urbanas e peri-urbanas que produzem peças de vestuário em malha retilínea, nas técnicas de tricô (blusas, camisetas, cachecóis, vestidos) e crochê, utilizando como matéria prima os fios de lã e algodão comprados de abastecedores internos e externos. Essas pequenas malharias, em muitos casos, abarcam, sob a mesma empresa, o segmento de produção, confecção e comércio local, estabelecendo de forma complementar relações de subcontratação com confecções e lojas locais e de grandes centros que dão acabamento ao produto, colocando etiquetas e vendendo no comércio local.

O complexo têxtil, que compreende os segmentos da indústria têxtil e do vestuário, foi considerado, no famoso *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira* (ECIB, 1995), como um setor que apresenta deficiências competitivas, ou seja, que tem maior parte da produção originada em empresas pouco competitivas. Além disso, esses setores são responsáveis pela maior parte da produção e do emprego industrial no país estando, em sua maioria, voltados para o consumo pessoal.

Empresas líderes nos setores do complexo têxtil apresentam desempenho equivalente às empresas de maior competitividade internacional e conseguem combinar vigorosa expansão no mercado interno e externo. A maior parte da produção destes setores, no entanto, provém de empresas pouco capacitadas, que utilizam equipamentos obsoletos, desconhecem práticas gerenciais modernas e não valorizam conceitos de qualidade. Também em setores como o de vestuário, prevalece a produção em empresas com deficiências competitivas e é pouco significativa a participação no mercado internacional de suas empresas líderes. (FERRAZ; COUTINHO, 1994, p. 312)

Considerando a estrutura industrial nacional e dos estados que influenciam mais fortemente o Circuito das Malhas, a fabricação de produtos têxteis ocupa posição intermediária no estado de São Paulo, onde predominam a fabricação de produtos de metal (máquinas e equipamentos), a indústria de confecções e a indústria de alimentos e bebidas. No estado de Minas, no entanto, a fabricação de produtos têxteis apresenta maior impacto econômico, ficando atrás apenas da indústria de alimentos e bebidas e de artigos de vestuário, reforçando a hipótese sobre o dinamismo econômico recente da produção de malhas do Sul de Minas. Mas, se considerarmos a idéia de um complexo que integre os setores de confecções e têxtil, estes segmentos se colocam como os de maior

representatividade no número de estabelecimentos e empregos no país e nos Estados considerados.

Tabela 3 - Relevância da Cadeia Têxtil-Vestuário na Estrutura Industrial Brasileira (n.º de Estabelecimentos)

BRASIL (2003)	%	SÃO PAULO (2003)	%	MINAS GERAIS (2004)	%
1 – Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	15,86	1 – Confeção de artigos do vestuário e acessórios	14,66	1 - Fabricacao de produtos alimentícios e bebidas	20,72
2 – Confeção de artigos do vestuário e acessórios	15,23	2 – Fabricação de produtos de metal – exclusive maquinas e equipamentos	12,35	2 - Confeccao de artigos do vestuario e acessórios	16,15
3 – Fabricação de produtos de metal - exclusive maquinas e equipamentos	9,95	3 – Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	9,53	3 - Fabricacao de produtos de metal - exclusive maquinas e equipamentos	9,55
4 – Fabricação de moveis e industrias diversas	8,8	4 – Fabricação de moveis e industrias diversas	8,37	4 - Fabricacao de produtos de minerais não metálicos	9,08
11 – Fabricação de produtos têxteis	3,98	10 - Fabricação de produtos têxteis	4,39	6 – Fabriação de Produtos Têxteis	5,76

Fonte: Rais, 2003 e 2004. **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

Na distribuição inter regional da produção têxtil e de vestuários no Brasil, fica nítida a supremacia da região sudeste nesse setor, destacando os estados de São Paulo e Minas com mais de 43% dos estabelecimentos. Com relação aos principais segmentos da indústria têxtil e sua participação por estados, exclusive a indústria de confecções, a produção de malhas (vestuários) se coloca como segundo maior segmento no Brasil e em Minas, próxima do segmento produtor de tecidos têxteis.

Quanto à amplitude do complexo têxtil-vestuário, as confecções de artigos de vestuário predominam em todas as situações com larga vantagem sobre a fabricação de artigos de malha no setor têxtil. Comparando as **tabelas 4, 5 e 6**, explica-se em parte, a partir das regiões e municípios analisados, a razão do tipo de organização e distribuição das atividades, visto que a microrregião de São Paulo e a capital, tradicionais pólos produtores de tecidos planos e roupas no geral, respondem ainda por mais de 56% e 28% dos estabelecimentos do setor, e a região de Campinas, com os pólos de Americana- Santa Bárbara d'Oeste, especializados na produção de tecidos planos, apesar da crise recente, detêm ainda mais de 10% dos estabelecimentos.

Tabela 4 – Distribuição dos Estabelecimentos de Acordo com os Segmentos da Produção Têxtil-Vestuário em 2.003.

SEGMENTOS TEXTEIS	BRASIL (%)	SÃO PAULO (%)	MINAS GERAIS (%)
Confecção de artigos do vestuário	78,21	76	72,51
Fabricação de tecidos e artigos de malha	6,58	4,53	16,15
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exclusive vestuário	6,39	8,67	4,64
Fabricação de artefatos têxteis incluindo tecelagem	2,9	3,59	2,67
Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem	1,85	2,96	1,47
Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros	1,83	2,04	1,31
Beneficiamento de fibras têxteis naturais	1,19	0,9	0,56
Fiação	1,05	1,42	0,69
Total	100	100	100

Fonte: Rais, 2003 Organização: Lucas Labigalini Fuini

Tabela 5 - Distribuição dos Estabelecimentos na Produção Têxtil-Vestuário de Acordo por Micro-Regiões em Minas e São Paulo em 2.003.

MINAS GERAIS	EST.	%	SÃO PAULO	EST.	%
Belo Horizonte	1.352	18,61	São Paulo	8.281	56,36
Poços de Caldas	1.029	14,17	Campinas	1.531	10,42
Divinópolis	757	10,42	Bragança Paulista	558	3,8
Juiz de Fora	746	10,27	Araraquara	503	3,42
Muriae	330	4,54	Sorocaba	345	2,35
Ubá	246	3,39	Sao José do Rio Preto	316	2,15
Pouso Alegre	183	2,52	Araçatuba	232	1,58

Fonte: Rais, 2003 Organização: Lucas Labigalini Fuini

Tabela 6 - Distribuição dos Estabelecimentos na Produção Têxtil-Vestuário de Acordo com os Municípios de São Paulo e de Minas em 2.003. (%)

MINAS GERAIS (1.912=100)	ESTAB	%	SÃO PAULO (3.386=100)	ESTAB.	%
1 – Monte Siao	500	26,15	São Paulo	981	28,97
2 – Jacutinga	330	17,26	Americana	330	9,75
3 – Belo Horizonte	138	7,22	Ibitinga	281	8,3
4 – Juiz de Fora	112	5,86	Santa Bárbara Doeste	147	4,34
5 - Ouro Fino	66	3,45	Águas de Lindóia	138	4,08
6 – Inconfidentes	41	2,14	Guarulhos	91	2,69
7 – Divinópolis	40	2,09	Nova Odessa	81	2,39
8 – Borda da Mata	31	1,62	Socorro	46	1,36

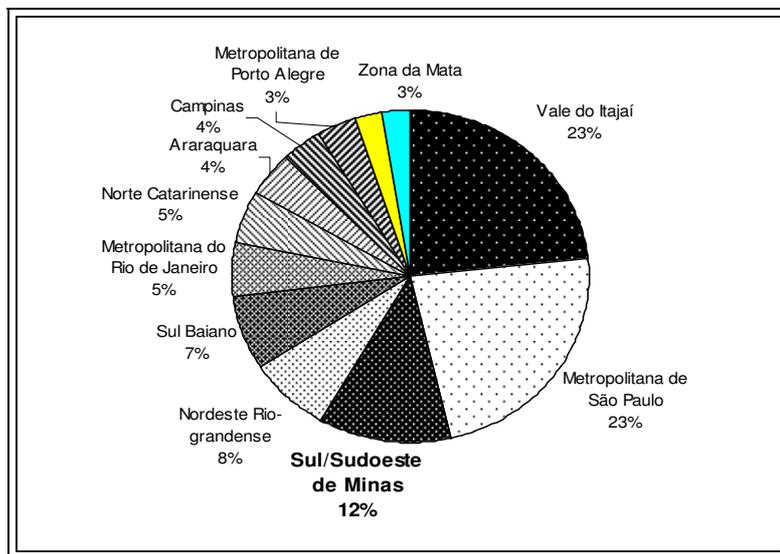
Fonte: Rais, 2003 Organização: Lucas Labigalini Fuini

O impacto direto e indireto do Circuito das malhas no setor têxtil do estado de São Paulo pode ser traduzido pela representatividade dos municípios de Águas de Lindóia, Socorro e Serra Negra, integrantes da microrregião de Bragança e do “Circuito das Águas” na produção de peças de vestuário e malhas no Estado de São Paulo, chegando a 6% do total de estabelecimentos. O arranjo produtivo do “Circuito das Malhas” se coloca em posição de grande destaque no setor têxtil-vestuário mineiro, respondendo por mais de 40% dos estabelecimentos do setor no estado (municípios sublinhados em negrito), sobretudo nas microrregiões de Poços de Caldas e Pouso Alegre, no Sudoeste Mineiro. A constituição dos principais pólos têxteis do Estado de São Paulo, no entanto, guarda características bastante distintas com relação ao processo de constituição do Circuito de malhas.²⁸

Na abordagem por mesorregiões, constata-se que a meso-região Sul-Sudoeste de Minas, onde está localizado o “Circuito das Malhas”, representa a terceira principal força do país na “Fabricação de Tecidos e Artigos de Malha”, pelo número de empregos formais, estando atrás apenas da mesorregião do Vale do Itajaí e Metropolitana de São Paulo. A mesorregião do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, abrange os centros produtores de malhas de Blumenau e Joinville. A mesorregião Metropolitana de São Paulo tem, como destacados centros produtores, a própria capital, em seus bairros tradicionais do Brás e Bom Retiro, e a cidade vizinha de Guarulhos. Já na mesorregião do Sul-Sudoeste de Minas, destaca-se como principal centro fabricante de malhas a microrregião de Poços de Caldas, onde estão localizados os municípios de Jacutinga e Monte Sião, reconhecidos como peças centrais do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”. Abaixo da região de Poços de Caldas, encontra-se a região de Caxias do Sul e das Serras Gaúchas, outro importante centro produtor de malhas e artigos para inverno.

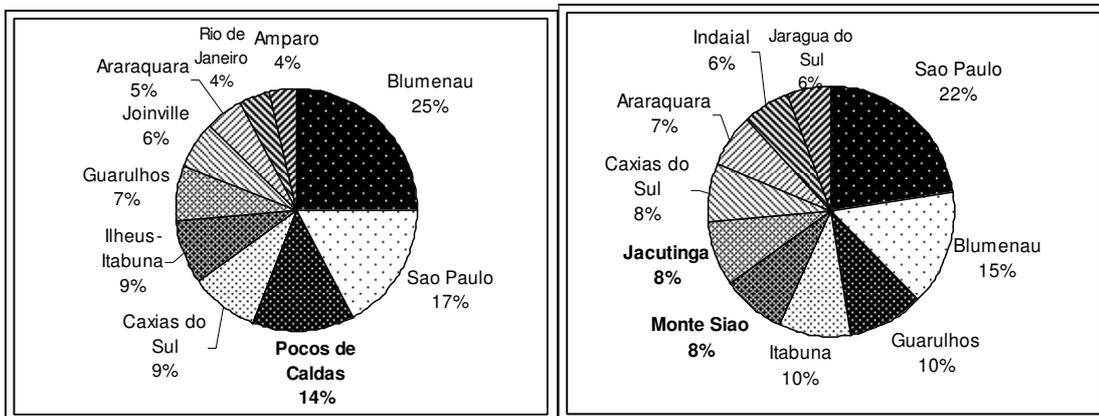
²⁸ THORSTENSEN, V. M. (op. cit, p. 89)

Figura 5 – Distribuição dos Empregos na “Fabricação de Tecidos e Artigos de Malha” por Meso-Região do Brasil em 2.004



Fonte: Rais, 2004. Organização: Lucas Labigalini Fuini

Figura 6 e 7 - Distribuição dos Empregos na Fabricação de Tecidos e Artigos em Malha por Micro-Região e Municípios Brasileiros em 2.004.



Fonte: Rais, 2004. Organização: Lucas Labigalini Fuini

Em São Paulo (**tabela 7**), a produção têxtil teve início em pequenas fábricas domiciliares nos bairros centrais do Bom Retiro e Brás ainda no século XIX, sob influência de pequenos produtores de tecidos de origem italiana e libanesa ali instalados e ganhou *status* de produção fabril consolidada no período da 1ª Guerra Mundial. Têm-se, nessa produção incipiente de bens de consumo de vestuário, o início do processo de industrialização no Brasil. O “Circuito das Malhas”, por sua vez, registra uma origem mais tardia, por volta da década de 1960, ligada a uma habilidade artesanal remota, mas que só foi desapertada como potencial econômico e embrião de indústria alguns anos depois. Mas, ao contrário de São Paulo cuja produção têxtil se relaciona à processos de produção padronizados em massa com estrutura técnico-organizacional tipicamente industrial, a produção de malhas no Sul de Minas ainda busca na pequena produção e conhecimento artesanal um diferencial, atendendo a mercados consumidores mais específicos, apesar do amplo processo de inovação recente.

Tabela 7 – Distribuição dos Estabelecimentos da Produção Têxtil e de Vestuário por Unidades da Federação em 2.003.

UF	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS E CONFEÇÕES DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO	%
São Paulo	14.694	29,83
Minas Gerais	7.263	14,74
Santa Catarina	6.274	12,74
Paraná	4.037	8,2
Rio Grande do Sul	3.232	6,56
Rio de Janeiro	3.172	6,44

Fonte: Rais, 2003. **Organização:** Lucas L. Fuini

Tomando como base a alta especialização setorial e a proximidade geográfica entre municípios componentes do Circuito das Malhas, identifica-se uma convergência analítica maior deste contexto socioprodutivo com a idéia de Arranjos Produtivos Locais (APL), considerando a capacidade endógena de coordenação e regulação exercida pelas malharias locais, as Associações comerciais e industriais e pela institucionalidade do Circuito turístico, tópico que será tratado com mais detalhes no segundo capítulo desta seção do trabalho.

Du Tertre, et al. (2001) reconhecem que a lógica de regulação setorial tende a ser substituída, na atualidade, por uma lógica funcional e territorial devido à necessidade de se constituírem ramos combinando bens e serviços que requerem

diferentes tipos de competências relacionadas a atividades econômicas distintas, favorecendo a formação de redes e acordos entre firmas e de laços entre os lugares. Desse modo, conclui-se que a abordagem setor-território no caso do “Circuito das Malhas” é compatível com a idéia de um Arranjo Produtivo Local. Os APLs podem se encontrar, então, em diferentes estágios evolutivos quanto a sua organização interna, avanço tecnológico e capacidade competitiva, perseguindo algumas premissas básicas a partir de um certo grau de especialização inicial. Essas hipóteses serão melhor avaliadas no pesquisa direta da produção têxtil e fabricação de artigos em malha de Jacutinga e Monte Sião.

A primeira premissa é a de que a forte aglomeração e concentração de empresas em uma região é condição básica para identificação de um potencial APL. Para indicar a relevância do município em uma dada atividade, considerando a média nacional e estadual naquela atividade, podem-se obter medidas de concentração relativa (**tabela 8, 9 e 10**), a partir de atividades discriminadas pela Rais em dois e três dígitos, e depois para efeito demonstrativo, as medidas do “Quociente de Localização” (QL) e o “Quociente de Associação Geográfica” (G), pela classificação CNAE de cinco dígitos (**tabela 16**).

Tabela 8 – Impacto da Produção Têxtil-Malhas na Atividade Industrial dos Municípios, a partir do Número de Estabelecimentos por Segmentos de Atividade, em 2.003. (%)

	JACUTINGA (360 = 100%)		MONTE SIÃO (522 = 100%)	
1	Fabricação de produtos têxteis	91,67	Fabricação de produtos têxteis	95,79
2	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4,72	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1,92
3	Edição, impressão e reprodução de gravações	0,56	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,34
4	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,56	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,57
5	Metalurgia básica	0,56	Fabricação de produtos de metal - exclusive maquinas e equipamentos	0,19

Fonte: Rais, 2003

Organização: Lucas L. Fuini

Tabela 9 – Impacto da Produção Têxtil-Malhas na Atividade Industrial dos Municípios de Jacutinga e Monte Sião, a partir do Número de Empregos Gerados, em 2.003.

JACUTINGA (2.187= 100%)	%	MONTE SIÃO (2.004=100%)	%
Fabricação de produtos têxteis	77,7	Fabricação de produtos têxteis	85,7
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	4,8	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	2,7
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,82	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,5	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,84
Total	100	Total	100

Fonte: Rais, 2003.

Organização: Lucas L. Fuini

Tabela 10 – Distribuição dos Empregos de acordo com os Segmentos da Produção Têxtil-Vestuário, em 2.003.

	JACUTINGA/MG		MONTE SIÃO/MG	
17 – Fabricação de Produtos Têxteis	1.700		1.718	
17.7 – Fabricação de tecidos e artigos de malha	1.589	93,4%	1.718	100%
17.1 – Beneficiamento de fibras têxteis naturais	53		0	
17.2 – Fiação	56	3,5 %	0	
17.6 - Fabrç. De artefatos têxteis a partir de tecidos – exclusive vestuario...	2		0	

Fonte: Rais, 2003

Organização: Lucas L. Fuini

A partir da análise das tabelas acima, fica nítido o profundo impacto que a fabricação de malhas e a atividade têxtil exercem sobre a atividade econômica dos municípios do “Circuito das Malhas”. Nos municípios de Jacutinga e Monte Sião, a produção têxtil-vestuário concentra mais de 90% dos estabelecimentos industriais. Tais dados se tornam mais pronunciados mesmo considerando o total de atividades econômicas. Em Monte Sião, o complexo têxtil-vestuário responde por cerca de 47% dos empregos formais; em Jacutinga, por cerca 21%.

Esses dados ficam provavelmente subestimados se considerarmos que boa parte do comércio varejista e atacadista de artigos de vestuário desses municípios tem vínculo direto com a produção têxtil-malhas, aumentando ainda mais o impacto dessa cadeia produtiva sobre os setores da atividade econômica, movimento típico de uma aglomeração econômica. Outro fator que contribui com o argumento de que os números do setor no Circuito das Malhas são subvalorizados é o alto grau de informalidade na estrutura de estabelecimentos e empregos do ramo de malhas. Comparando os dados da Rais, com estimativa realizada pela FIEMG, percebe-se a discrepância desses dados (**tabela 11**).

Tabela 11 – Estimativa de Estabelecimentos e Empregos no Circuito das Malhas em 2.003.

INDICADOR	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Nº malharias formais	450	833
Nº malharias informais	250	350
Nº empregos (formais e informais)	5.000	8.500

Fonte: Fiemg, 2003.

Quanto aos segmentos da cadeia de produção têxtil, percebe-se o amplo predomínio, em Jacutinga e Monte Sião, da produção de artigos de malha em relação às outras atividades industriais. De forma a complementar a análise sobre os níveis de especialização, a **tabela 12** traz a distribuição dos empregos nos municípios de acordo com a ocupação. Tomando como base apenas as atividades ligadas à produção, mais de 15% dos empregados formais em Jacutinga exercem ocupações típicas da produção têxtil, como os operadores de tear e de máquinas de costura. Em Monte Sião essa representatividade salta para mais de 23%. Se considerarmos que uma parcela não pequena dos operadores em comércio se emprega em lojas que comercializam artigos de malha, essas taxas sobem consideravelmente.

Tabela 12 – Distribuição dos Empregos de Acordo com o Tipo de Ocupação nos Municípios do Circuito das Malhas em 2.004. (%)

	JACUTINGA (1.925= 100)		MONTE SIÃO (1852=100)	
1	Operadores de tear e máquinas similares	8,27	Operadores do comércio em lojas e mercados	14,03
2	Operadores do comércio em lojas e mercados	7,54	Operadores de tear e máquinas similares	11,09
3	Trabalhadores agropecuários em geral	6,85	Supervisores da indústria têxtil	7,98
4	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	6,03	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	6,49

Fonte: Rais, 2004

Organização: Lucas L. Fuini

O quociente de localização (QL) para identificação de *clusters* (Sebrae, 2002 e SUZIGAN, 2005) indica valores bastante altos, tanto para Monte Sião quanto para Jacutinga, na atividade de Fabricação de Tecidos e Artigos de Malhas (177), com índices de QL, para Postos de Trabalho e para Estabelecimentos girando em torno de 109 a 124. Quanto ao índice G, mais indicado para se efetuar a análise

comparativa de uma concentração industrial em uma totalidade que compreende valores de 0 a 1, percebe-se que os municípios de Monte Sião e Jacutinga continuam a exibir valores relativamente altos, semelhantes aos dados dos mais importantes centros têxteis do país, com G de empregos, entre 0,24 e 0,25, e de estabelecimentos, entre 0,17 e 0,18. São Paulo, por exemplo, principal município em empregos e estabelecimento na “Fabricação de Produtos Têxteis” (17) do Brasil, exibe quociente entre 0,119 e 0,213.

Tabela 13 – Grau de Concentração Espacial das Atividades da Cadeia de Malhas-Vestuário nos Municípios do Circuito das Malhas

ÍNDICES	JACUTINGA	MONTE SIAO
QL (Quociente de Localização) – Postos de Trabalho	109,370	123,363
QL (Quociente de Localização) – Estabelecimentos	79,519	84,971
G (Quociente de Associação Geográfica) – Postos de Trabalho	0,241	0,250
G (Quociente de Associação Geográfico)- Estabelecimentos	0,174	0,286

Fonte: Rais, 2004.

Organização: Lucas Labigalini Fuini

$QL = \frac{N^{\circ} \text{ ESTAB NA ATIV. MUNIC} / \text{TOTAL ESTAB. IND. MUNIC}}{N^{\circ} \text{ EST. ATIV. BRASIL} / \text{TOTAL ESTAB. IND. BRASIL}}$ $G = \left\{ \frac{N^{\circ} \text{ DE POSTOS OU ESTABELECIMENTOS NA ATIV. NO MUNICÍPIO.}}{N^{\circ} \text{ DE POSTOS OU EST. NA ATIV. NO ESTADO}} \times 100 \right\} - \left\{ \frac{N^{\circ} \text{ DE POSTOS OU ESTAB. NA ATIV. NO MUNICÍPIO}}{N^{\circ} \text{ DE POSTOS OU EST. NA ATIV. NO PAÍS}} \times 100 \right\}$

Ao propor uma tipologia para os Sistemas Locais de Produção brasileiros, com base nas informações de emprego e estabelecimentos da RAIS-MTE, Suzigan, Furtado et al. (2004) destacam que a principal vantagem desta fonte de dados é sua elevada desagregação setorial e geográfica de dados, que permite analisar dados automaticamente nos níveis de município e classes industriais em até cinco dígitos. Sua desvantagem, no entanto, é que aborda apenas relações de emprego formalizadas, sugerindo uma subestimação de dados obtidos por setor e escondendo possíveis relações informais no seio de cada empresa.

Para ratificar a extrema especialização do tecido produtivo de Jacutinga e Monte Sião em torno da “Fabricação de Tecidos e Artigos de Malha”, observa-se que dos 10 municípios brasileiros com pessoas empregadas no setor de malhas, Monte Sião e Jacutinga têm disparado a maior especialização produtiva, com

respectivamente 66,4% e 57,7% da mão de obra industrial empregada no segmento de malhas.

Tabela 14 – Dez Principais Municípios Produtores de Artigos em Malha no Brasil e Especialização da Mão-de-Obra em 2.004.

MUNICÍPIOS	EMPREGADOS NA FABRICAÇÃO DE MALHAS (A)	EMPREGADOS NA INDÚSTRIA (B)	ESPECIALIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA (%) (A/B)
São Paulo	4.934	656.258	0.75
Blumenau	3.261	53.747	6.06
Guarulhos	2.184	114.157	1.91
Itabuna	2.088	5.603	37.2
Monte Sião	1.848	2.779	66.4
Jacutinga	1.788	3.096	57.7
Caxias do Sul	1.692	87.250	1.93
Araraquara	1.514	15.569	9.72
Indaial	1.336	13.165	10.1
Jaraguá do Sul	1.257	37.507	3.35

Fonte: Rais, 2004 Organização: Lucas L. Fuini

Com relação ao porte das empresas no ramo de malhas, Thorstensen (1985) enfatiza que em decorrência do processo produtivo da atividade têxtil envolver uma série de operações descontínuas e independentes entre si e não necessariamente intensivas em capital, há a possibilidade de coexistirem a pequena produção em fábricas de “fundo de quintal”, com uso abundante de mão-de-obra familiar, e fábricas de grandes proporções intensivas em capital e tecnologia, mesclando o uso de equipamentos modernos e obsoletos. Em se tratando de pequenas e médias empresas e sua inserção na estrutura de produção capitalista centralizada e concentrada, a viabilidade e possibilidade de sobrevivência das mesmas, devido a sua escala e nível tecnológico, é aumentada quando integradas a grandes empresas em esquemas de subcontratação, ou quando sua expansão não afeta o mercado das grandes.

Tabela 15 – Distribuição dos Estabelecimentos da Indústria têxtil-vestuário nos Municípios do Circuito das Malhas por Porte em 2.003

	MICRO				PEQUENOS		Total
	Zero	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	De 50 a 99	
Jacutinga	57	171	60	25	15	2	330
Monte Sião	72	308	86	28	6	0	500
Total	129	479	146	53	21	2	830

Fonte: Rais, 2003 Organização: Lucas Labigalini Fuini

Tabela 16 - Distribuição dos Estabelecimentos da Indústria do Têxtil-vestuário Brasileira por Porte em 2.003

	MICRO	PEQUENOS	MÉDIOS	GRANDES	TOTAL
Fabricação de produtos têxteis	7.003	2.695	429	90	10.217
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	28.730	9.786	496	29	39.041
Total	35.733	12.481	925	119	49.258

Fonte: Rais, 2003.

Organização: Lucas Labigalini Fuini

Na análise do porte médio dos estabelecimentos (**tabelas 15 e 16**), a partir do número médio de empregados, observa-se uma alta concentração de micro e pequenos estabelecimentos, tanto no âmbito nacional quanto no dos municípios analisados. Em Jacutinga, 94,8 % dos estabelecimentos são de microporte, ou seja, tem até dezenove empregados, sendo que dentre estes quase um quarto não registrou nenhum vínculo empregatício. A hipótese a considerar é que muitos estabelecimentos funcionam na base do sistema *façonismo*, quando uma confecção de maior porte subcontrata os serviços de várias pequenas fábricas a fim de reduzir custos de produção, sobretudo com mão-de-obra, e acompanhar com maior flexibilidade as oscilações da demanda. Esses artesãos e costureiros muitas vezes trabalham sozinhos ou com os membros da própria família (mulheres, crianças), que não são registrados formalmente e se colocam no escopo da informalidade.

Em Monte Sião, 98,8% dos estabelecimentos são de microporte, ressaltando ainda mais o sistema de produção domiciliar que emprega geralmente trabalhadores sem vínculo formal (14,4% com zero vínculos). Esse panorama coaduna com a própria tendência verificada no setor têxtil brasileiro, registrando quase 95% dos estabelecimentos na faixa de micro e pequeno porte. Esse viés estrutural é exacerbado na produção de malhas, em virtude de sua estrutura de mercado, do caráter especializado da produção com características semi-artesanais, e do tipo de tecnologia empregada.

Segundo Abreu (1986, p. 131), a estrutura de produção do ramo têxtil se configura bastante versátil, pois centraliza na oficina apenas a parte de criação, preparação e venda e realiza o grosso da produção por meio da subcontratação do trabalho em domicílio por meio de costureiras externas. A utilização em larga escala de serviços externos permite reduzir custos de força de trabalho, especialmente encargos sociais, ao mesmo tempo em que facilita o acesso a uma mão-de-obra abundante em época de pico de produção. Esse sistema, a despeito da eficácia

competitiva que pode gerar por conta de sua flexibilidade, tem como contrapartida o uso considerável de mão de obra sem proteção trabalhista. Tal situação ocorre com os imigrantes bolivianos que trabalham nas confecções têxteis da capital paulista que são superexplorados em longas jornadas e são precariamente remunerados.

A indústria de confecções apresenta estrutura de mercado altamente competitiva, predominando empresas de micro e pequeno porte e prevalecendo, como fator decisivo na competição industrial, a diversificação de modelos e *design* dos produtos atendendo a nichos de mercado específicos frente à escala de capital e tecnologia do empreendimento. Nesse contexto formativo, o ramo de confecções tende a apresentar concentração territorial muito superior às indústrias que se estruturam verticalmente em grupos e monopólios. Antes do surgimento de iniciativas como os APLs e Circuitos Produtivos, inclusive para a cadeia têxtil-vestuário, o cenário para esta atividade se assemelhava ao aqui descrito, o que, em muitos casos atuais, ainda se faz bastante pertinente.

O pequeno porte da maioria das empresas dificulta o investimento e a adoção de estratégias competitivas e de busca de mercados mais dinâmicos frente a estagnação do mercado interno, agravada pelo aumento da desigualdade da distribuição da renda. O acirramento da concorrência neste mercado e a virtual ausência de redes horizontais ou verticais que configuram a pequenas empresas melhores condições para superar conjunturas desfavoráveis têm impedido a difusão de práticas competitivas das empresas de maior capacitação para as demais e exigido o recurso crescente a estratégias não competitivas de sobrevivência. Tem aumentado nestes setores a informalização, a sonegação fiscal e a degradação das condições de trabalho e da qualidade dos produtos. (FERRAZ; COUTINHO, 1994, p. 312)

Enfocando o segmento de malharias e confecções de vestuário, duas estratégias possíveis de competição se colocam: a integração com grandes empresas e redes varejistas na condição de intermediários subcontratados para venda da produção em grandes lotes sob encomenda ou pela aproximação dos segmentos de malharia e acabamento buscando alcançar o mercado consumidor de pequeno atacado e varejo diretamente, com investimento em *grifes* e marcas próprias.

As pequenas malharias e confecções do “Circuito das Malhas” têm apostado nas duas estratégias, tanto da revenda para empresas maiores quanto no comércio direto sem intermediários. Em muitos casos, a revenda sob encomenda é feita para o próprio comércio local ou de cidades vizinhas; em outros, o mesmo empresário

possui a malharia, a confecção e a loja, integrando três fases no mesmo empreendimento, destinando parte de sua produção para o próprio comércio e parte para compradores externos, incluindo os pequenos varejistas (“sacoleiros”) e as grandes confecções e lojas de grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc.). Um dos motivos do sucesso competitivo da produção de malhas do Sul de Minas é exatamente o entrosamento e complementaridade existente nos municípios da região entre os segmentos da produção de malhas, acabamento, confecção e comércio (varejistas e atacadistas), existindo ainda localmente uma boa rede de atividade de apoio, como os revendedores de fios, tinturaria e serviços autorizados das firmas de equipamentos, viabilizando a oferta de um artigo de boa qualidade, adaptado às tendências da moda, e com baixo custo para o consumidor.

Um dos principais motivos da competitividade das pequenas e médias empresas do ‘Circuito’ é o fato de estarem localizadas em um ambiente econômico com externalidades (atividades de apoio, serviços, infra-estrutura), constituindo um verdadeiro complexo produtivo, um APL. A idéia de um APL integrado parece ser o caminho buscado no Circuito das Malhas para alçar sua competitividade, valorizando-se nas relações dentro da cadeia produtiva local o próprio saber-fazer local, acentuado por meio das economias de aglomeração e inserção de novas atividades complementares ao tecido produtivo preexistente, permitindo uma maior agregação de valor ao produto local.

Articulando a noção de APL com a indústria de malhas e vestuário do “Circuito das Malhas”, além dos tópicos já discutidos de especialização e porte dos estabelecimentos, cabe ainda uma última consideração acerca da dinâmica recente da produção local, tendo em vista que o APL se consolida no caminho de uma recuperação econômica local e pela busca de um maior crescimento, aperfeiçoamento e competitividade econômica. Isso faz com que a região e seu entorno sejam atrativos à instalação de novos negócios, abertura de novos postos de trabalho e busca por inovação.

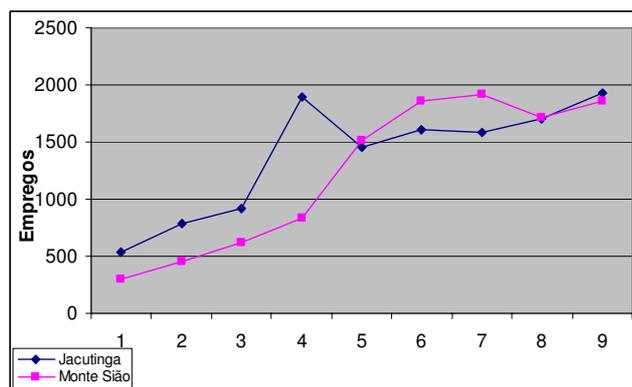
Considerando o período de 1996 a 2004, visto como crucial no que tange ao restabelecimento e recuperação do setor têxtil nacional em crise desde início dos anos 1990, Jacutinga apresentou um crescimento acumulado de 52,7% no número de empregos e 68,7% nos estabelecimentos. Monte Sião, por sua vez, viu seu número de empresas crescer em 75% e os empregos também em 82,5%. Esse quadro com índices altamente positivos destoa do cenário do setor têxtil no Brasil e

dos estados de São Paulo e Minas Gerais, que exibiram dados negativos e baixíssimos de crescimento acumulado, expressando uma ampla reestruturação dos setores têxtil e de vestuário, nas décadas de 1990 e 2000, que levou ao fechamento de muitas fábricas e a modernização de outras, com enxugamento de quadros. Segundo o diretor de Indústria, Comércio e Turismo de Monte Sião, Sr. João Tadeu Dorta Machado, também presidente da Associação Comercial e Industrial local (ACIMS), o “boom econômico” da produção de malhas no município ocorreu no período de 1998 a 2000, quando muitos empresários passaram a importar máquinas retilíneas japonesas e italianas com recursos próprios, levando a um grande aumento da produção local, que passou também a vincular inovação e atualização nas tendências de moda.

Mas esse crescimento não foi contínuo e progressivo durante o tempo, o que mostram as **tabelas 17 e 18** e as **figuras 8 e 9**. Monte Sião, o município que apresentou melhor comportamento quanto à expansão de empregos, descreve uma trajetória contínua de crescimento a partir de 1996 até 2002, com um grande pico de crescimento entre 1999 e 2000, quando superou Jacutinga, exibindo tendência recente à retração e leve recuperação. Jacutinga, que começou em um patamar levemente superior, teve uma trajetória de crescimento contínuo entre 96 e 99, com um pico no aumento dos empregos entre 1998 e 1999, mas a partir de então passa a exibir significativas taxas de crescimento negativas, se recuperando, no entanto, a partir de 2003. As regressões verificadas na expansão da estrutura produtiva, a partir de 2002, são geralmente atribuídas a três fatores de ordens distintas: as condições climáticas desfavoráveis, sobretudo em período de inverno; o aumento da concorrência com os artigos chineses e o aumento exponencial do valor do dólar após 2001, encarecendo o preço de insumos importados (maquinário). A expansão geral oscilante no número de estabelecimentos e empregos no setor acompanha trajetórias diferenciadas em Monte Sião e Jacutinga, sobretudo a partir de 2000. O fluxo de consumidores que se dirigem a Monte Sião tende a ser levemente superior, principalmente no varejo, em grande parte devido à proximidade do município com relação ao “Circuito das Águas paulista”, local de grande movimento turístico, sobretudo na temporada do inverno.

Tabela 17 e Figura 8 - Trajetória do Emprego na Produção Têxtil no Circuito das Malhas entre 1.996-2.004.

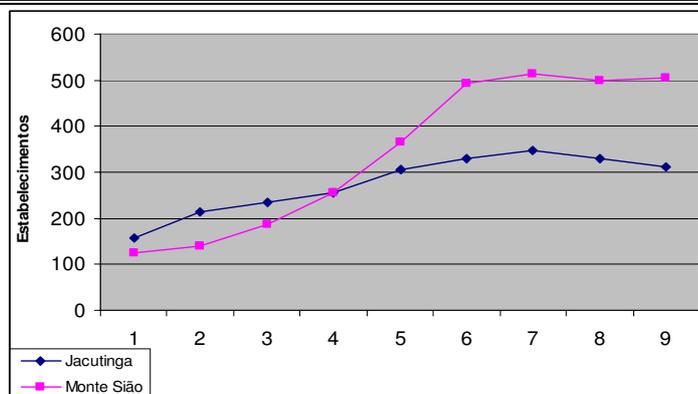
	1996 (A)	1997 (B)	1998 (C)	1999 (D)	2000 (E)	2001 (F)	2002 (G)	2003 (H)	2004 (I)	96-04 (%) (I-A)*100/I
JACUTINGA/MG	531	783	911	1897	1452	1.610	1.581	1.700	1.925	72,4
MONTE SIÃO/MG	300	451	615	836	1511	1.859	1.916	1.718	1.852	83,8
Total	831	1234	1.526	2733	2963	3.469	3.497	3418	3.777	77,9
BRASIL	312.411	■	■	■	■	■	■	279.826	299.595	-4,1
SÃO PAULO	133.784	■	■	■	■	■	■	104.317	111.073	-20,4
MINAS GERAIS	38.517	■	■	■	■	■	■	34.839	38.539	0,05



Fonte: Rais (1=1996; 2=1997, 3= 1998, 4=1999, 5=2000, 6=2001, 7=2002, 8=2003, 9= 2004).
Organização: Lucas Labigalini Fuini

Tabela 18 e Figura 9 – Trajetória Evolutiva dos Estabelecimentos de Produção Têxtil no Circuito das Malhas entre 1996-2004.

	1996 (A)	1997 (B)	1998 (C)	1999 (D)	2000 (E)	2001 (F)	2002 (G)	2003 (H)	2004 (I)	96-04 (%) (I-A)*100/I
JACUTINGA/MG	156	215	235	256	305	331	347	330	313	50,1
MONTE SIÃO/MG	126	141	186	254	364	493	515	500	504	46,2
Total	282	356	421	510	669	824	862	830	817	65,4
BRASIL	8.827	■	■	■	■	■	■	10.217	10.370	11
SÃO PAULO	3.556	■	■	■	■	■	■	3.386	3.428	-3,7
MINAS GERAIS	1.137	■	■	■	■	■	■	1.123	1.935	41,2



Conclui-se, desse modo, que o aglomerado de produção e confecção de malhas retilíneas do Sul de Minas Gerais constitui um APL pelos seguintes motivos:

A) O processo de produção regional se baseia em uma saber local aprimorado historicamente;

B) Dois dos principais municípios da região produtora exibem taxas de concentração e especialização na produção de malhas extremamente altas, bem maiores do que as médias nacionais;

C) Há predomínio na estrutura produtiva de micro e pequenos estabelecimentos, fato que favorece a existência de inter-relações dos fornecedores, produtores e comerciantes, fortalecendo a complementaridade e aproximação entre municípios a partir da oferta de externalidades locais;

D) Houve pronunciada trajetória de dinamismo econômico recente, a partir do final de 1990, tornando o ambiente regional atrativo à abertura de novos estabelecimentos, aumento de fluxos comerciais e geração de empregos.

4.3 – PRODUTO, COMÉRCIO E CONCORRÊNCIA NO “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS”

Nesta sessão da dissertação efetua-se estudo mais detalhado sobre os principais determinantes da competitividade territorial e a forma como estes se expressam no tecido sócioprodutivo da região do Circuito das Malhas. Para tanto, construiu-se um painel da competitividade territorial da produção de malhas e vestuário buscando enriquecer a análise das informações e indícios que podem ser obtidos acerca do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, além de algumas conclusões parciais, utilizando-se dados disponíveis em documentos de Associações Comerciais e Industriais, das Prefeituras municipais, em estudos acadêmicos disponíveis, em dados de fonte secundária (Rais) e, principalmente, através de dados primários coletados em campo mediante entrevistas e aplicação de formulários.

A amostragem estatística foi elaborada com aplicação de 78 formulários²⁹, 38 no município de Jacutinga e 40 em Monte Sião, e se baseou em um universo populacional de 313 estabelecimentos em Jacutinga, e 504 em Monte Sião, associados ao ramo de Fabricação de Produtos Têxteis e Malharias, registrados pela Rais no ano de 2004, apresentando uma margem de erro de 15%, cobrindo aproximadamente 1 (um) em cada 10 (dez) elementos, segundo uma tábua de números aleatórios.

Há situações em que o levantamento completo é inviável, senão impossível, devido a restrições de custo, tempo, material, mão-de-obra, etc., o que nos leva a adotar a amostragem como solução. A amostragem é o processo de retirada de uma amostra, ou seja, uma parte representativa de uma população. Por população compreende-se um conjunto de elementos com características comuns. As unidades amostrais são elementos a partir dos quais são levantadas as informações (Ex.: municípios, propriedades agrícolas, estabelecimentos comerciais e industriais, etc.), podendo ser espaciais e não espaciais. (GERARDI; SILVA, 1981, p. 12-13).

²⁹ Os formulários foram aplicados nos dias 26/09/06 e 27/09/06, no município de Jacutinga, e no dia 30/09/06, no município de Monte Sião, através de questões com múltiplas escolhas. As informações nele obtidas correspondem às respostas dadas pelos proprietários e gerentes gerais dos estabelecimentos interceptados. No caso de formulários respondidos por funcionários identificados como gerentes de vendas, foi apresentado previamente o conteúdo do formulário e observado a experiência do indivíduo no setor de malhas e o conhecimento que o mesmo possuía sobre a empresa como um todo. De forma que o entrevistado com menor experiência no setor possuía 5 anos e a com maior experiência mais de 30 anos. Em média, os entrevistados possuem experiência de 8 a 10 anos no setor de malhas.

Deste modo, o presente estudo empírico se baseou em uma amostragem probabilística, aquela que se caracteriza por privilegiar o elemento chance na escolha das unidades amostrais.

A aleatoriedade da seleção dos indivíduos amostrados é o princípio básico deste tipo de amostragem que se assenta em teorias e regras matematicamente estabelecidas de tal sorte que os resultados obtidos para a amostra podem ser estendidos para a população com grau de confiança determinado. (GERARDI; SILVA, 1981, p. 12-13).

Tal pesquisa produziu um amplo diagnóstico das relações sócioprodutivas e os impactos institucionais, sociais e econômicos da competitividade regional no “Circuito das Malhas”. Segundo tal orientação, foi possível retirar, pela análise, tabulação e sistematização de dados, os apontamentos colocados na seqüência.

Quanto à estrutura produtiva, maior parte dos estabelecimentos pesquisados possui produção própria, em esquemas de lojas de fábrica com parte da produção se localizando nos fundos ou nos pisos superiores em anexo aos próprios estabelecimentos comerciais. Dos estabelecimentos que apenas revendem peças, a totalidade compra dos próprios produtores do município, em esquemas de subcontratação-terceirização da produção, e justificam tal opção de revenda devido à variedade de peças e modelos que conseguem e pela vantagem de preços e custos reduzidos de operação na comparação com as lojas de fábrica. Dois dos entrevistados, com estabelecimentos sediados em Monte Sião estão envolvidos no ramo de malhas há mais de vinte e trinta anos e, aos poucos, foram abandonando a produção própria para se dedicarem apenas ao comércio. Um deles se restringiu ao sistema de comércio em “galerias” de lojas³⁰; o outro, apostou na expansão comercial para outras localidades, estabelecendo três unidades de vendas na capital paulista e uma em Serra Negra/SP, abrindo mão da produção para fabricantes terceirizados que recebem os modelos predeterminados da malharia.

³⁰ O sistema de “galeria de lojas” é bastante difundido em Monte Sião, em virtude da concorrência por um bom espaço próximo ao “coração” do comércio da cidade: os arredores da praça Alfredo Zucatto e ruas próximas. Essas galerias funcionam em corredores onde se instalam boxes de lojas, em seqüência. O usuário do boxe, geralmente o dono de uma malharia local, paga uma taxa de locação ao proprietário do imóvel, geralmente um empresário do ramo de malhas local que desmembrou seu imóvel em pequenas lojas. Algumas dessas galerias, inclusive, fazem ligação direta entre duas ruas comerciais, facilitando sobremaneira o fluxo de compradores, minimizando o espaço com a maximização das vendas. Em Jacutinga também se fazem presentes algumas galerias, mas em menor escala na comparação com Monte Sião, estando os pontos comerciais mais concorridos localizados em toda extensão da Rua Américo Prado.

Fotos 7, 8, 9 e 10 – Estabelecimentos do Comércio de Malhas de Monte Sião



Fonte: Lucas Labigalini Fuini

Fotos 11 e 12 – Estabelecimentos do Comércio de Malhas de Jacutinga



Fonte: Lucas Labigalini Fuini

Desses estabelecimentos com produção própria, mais de 34% em Jacutinga e 15% em Monte Sião, têm filiais instaladas em outros municípios, além da própria sede. Essas filiais normalmente se encontram em centros vizinhos que também se dedicam à produção e comércio de malhas, fortalecendo-se, desse modo, os vínculos econômicos de Jacutinga e Monte Sião entre si e com o restante do “Circuito das Malhas” (Ouro Fino, Socorro, Águas de Lindóia, Serra Negra). (**tabela 19**). Dentre as localidades fora do Circuito das Malhas onde houve registros de

unidades filiais das malharias locais, aparecem: São Paulo/SP, com sete unidades filiais e, Sorocaba/SP, Florianópolis/SC, Blumenau/SC, Indaial/SC, Farroupilha/RS e Ouro Preto/MG, cada uma com uma unidade filial respectivamente. A localização nestes centros se justifica pela necessidade de algumas malharias estarem mais próximas de seus mercados consumidores, permitindo um contato face a face com a clientela e expansão do leque de alternativas comerciais. A região central de São Paulo, nas proximidades dos bairros do Brás e Bom Retiro, é um dos pontos mais concorridos no Brasil nas atividades de comércio de artigos de vestuário, inclusive malhas.

Tabela 19 - Estrutura Produtiva do Circuito das Malhas em Set. /2.006.

	APENAS NA SEDE		EM MAIS DE UM MUNICÍPIO	
	JACUTINGA (38)	MONTE SIÃO (40)	JACUTINGA (38)	MONTE SIÃO (40)
Produção própria e comércio	23 (60,5%)	33 (82,5%)	13 (34,2%)	6 (15%)
Apenas comércio	02 (6,3%)	-	-	1 (2,5%)

Fonte: Pesquisa direta

Organização: Lucas Labigalini Fuini

No município de Monte Sião, maior parte dos estabelecimentos comerciais encontram-se localizados próximos à praça central, Alfredo Zucato, e nas ruas e avenidas circunvizinhas (Pref. Mário Zucato, Pref. J. Carlos Francisco, Juscelino Kubitschek, etc.), caracterizando uma forte concentração geográfica dentro do próprio tecido urbano municipal. Muitos dos estabelecimentos comerciais, tanto em Monte Sião quanto Jacutinga, agregam a parte de fabricação e vendas em um único prédio. No caso de fábricas dissociadas dos pontos de venda, sua localização acaba se dando de forma mais esparsa, algumas se situando em bairros da semi-periferia devido aos custos altos dos imóveis próximos aos centros comerciais. Em Jacutinga, aparecem dois principais eixos de concentração de malharias: na área central da cidade, junto a Rua Américo Prado, em corredor comercial já tradicional da cidade; e na Avenida Minas Gerais, uma das principais vias de acesso ao município e que recebe os investimentos mais recentes devido a saturação imobiliária das áreas centrais e pela possibilidade de se construir prédios de maior porte para abrigar a fabricação e o comércio conjugados (**figuras 10 e 11**).

Endossando os dados sobre especialização produtiva do “Circuito das Malhas”, observa-se pela **tabela 20**, que a totalidade das empresas entrevistadas, em Jacutinga e Monte Sião se dedicam à produção de malhas retilíneas de vestuário para o inverno (**fotos 13 e 14**), destacando a produção de casacos, blusas e camisetas de manga longa para inverno. A produção de acessórios para inverno (tocas, cachecóis) encontra ressonância em mais de 70% das malharias de Jacutinga, enquanto em Monte Sião este número não passa de 50%. A grande maioria, entre 77 e 78% em Jacutinga e Monte Sião, se dedica também à produção de camisetas, regatas, saias e outros tipos de peças de malha para a temporada primavera-verão (**fotos 15 a 17**). Algumas das malharias produzem também artigos específicos para a temporada de inverno em consonância as tendências de moda, o que os produtores chamam de “modinha”, como as saias, cacharréis, etc. Verificou-se também presença de estabelecimentos que trabalham com outros tipos de tecidos mesclados à malha, tendo por estímulo a busca por diversificação e maior conforto das peças associadas às linhas primavera-verão. Apenas uma parte restrita dos estabelecimentos trabalha com exclusividade em moda, alguns com roupas para crianças (infanto-juvenil) ou linha masculina e feminina.

Tabela 20 - Tipo de Produtos Comercializados no Circuito das Malhas em Set. / 2.006.

TIPO DE PRODUTO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Malhas retilíneas (casacos, camisetas, manga longa) e blusas de inverno	38 (100%)	40 (100%)
Camisetas de malha e moda verão (regatas, vestidos)	30 (78,9%)	31 (77,5%)
Acessórios (tocas, ponchos, cachecóis)	27 (71%)	20 (50%)
Outros (Viscose, Lycra, Algodão, Moleton, Couro)	7 (18,42%)	6 (15%)
Exclusivo (Masculino/Feminino/Infanto-Juvenil)	5 (13,2%)	6 (15%)
Total de escolhas	107	103

Fonte: Pesquisa direta

Organização: Lucas Labigalini Fuini

Fotos 13, 14, 15, 16, 17 – Modelos de peças produzidas em Tricô no “Circuito das Malhas” (Inverno e Verão)



Fonte: Modelan Malharia (Jacutinga/MG) e Show Malhas (Jacutinga/MG) .

Na geografia comercial do “Circuito das malhas” (**tabelas 21 e 22**), destaca-se como principal centro consumidor dos produtos da região o corredor metropolitano de São Paulo e Campinas, aparecendo como um dos principais fatores competitivos da região a proximidade geográfica com os mercados consumidores mais importantes do país. (Jacutinga/SP: 180 km, Jacutinga/Campinas: 90 km, Monte Sião/SP: 170 km). No entanto, o comércio com centros mais distantes e outros estados sinaliza uma tendência de equilíbrio espacial na balança comercial da região. A maioria das empresas entrevistadas (mais de 97% em Jacutinga e mais de 75% em Monte Sião) admitiu realizar trocas comerciais com outros estados além do eixo Minas-São Paulo (**tabela 22**), destacando o comércio com estados da Região Sul, Centro Oeste e com o Rio de Janeiro. Alguns estabelecimentos, sobretudo em Monte Sião, também informaram vendas para

estados da região Nordeste (Bahia, R. G. do Norte, Pernambuco). A procura dos produtos do “Circuito das malhas” por estados mais distantes indica uma especificidade regional na produção de malhas que não se encontra em muitas outras localidades no Brasil. O item comércio de exportação continua ainda sendo questão residual no Circuito, considerando que houve poucos registros de empresas exportadoras, sendo que uma dessas empresas tem sua sede em Jacutinga e apresenta unidade de vendas em Monte Sião.

Tabela 21 - Origem do Mercado Consumidor do Circuito das Malhas em Set. / 2.006.

DEMANDA	JACUTINGA (%)	MONTE SIÃO (%)
Município e Vizinhança	1 (2,6%)	2 (5%)
Aglomerado metropolitano de São Paulo-Campinas	37 (97,3%)	38 (95%)
Minas Gerais (Belo Horizonte)	11 (28,9%)	14 (35%)
De outros Estados (RS, SC, PR, GO, Brasília, MS, RJ, CE, PA)	37 (97,3%)	30 (75%)
Exportação	2 (5,3 %)	-
Total de escolhas	88	84

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Tabela 22 – Referência Geográfica do Mercado Consumidor do Circuito das Malhas fora de São Paulo em Set. / 2.006.

DEMANDA DE OUTROS ESTADOS	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Sul (PR, SC, RS)	24 (63,15%)	22 (55%)
Centro-Oeste (GO, Brasília)	12 (31,5%)	12 (30%)
Nordeste (BA, PE, RN)	1 (2,6%)	10 (25%)
Sudeste (RJ, MINAS)	13 (34,2%)	11 (27,2%)
Total de escolhas	50	55

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Figura 12 – Distribuição geográfica dos Fluxos Comerciais do Circuito das Malhas em Set. / 2.006.



Elaboração e Organização: Lucas Labigalini Fuini

Destino geográfico das vendas do Circuito das Malhas (%)	
	100-80 (SP)
	80-50 (SUL)
	50-30 (RJ, MG, GO)
	29-10 (RJ, MG, NE)
	Menos de 9 (CO, PA, NE)
	Circuito das Malhas

Fonte: Pesquisa Direta aplicada à base geográfica do Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Quanto ao caráter do mercado consumidor da região (**tabela 23 e 24**), ao menos 90% das empresas de Jacutinga e Monte Sião destinam maior parte de suas vendas ao consumidor atacadista, consumidores que adquirem mercadorias em grandes lotes geralmente sob encomenda. Para mais de 50% dos estabelecimentos em Jacutinga e Monte Sião, o comércio atacadista responde por mais de 60% e menos de 80% de suas vendas. O consumo no atacado atende a frentes diversas: em um primeiro nível de importância, encontram-se os lojistas de outros municípios e estados que se dirigem até o “Circuito” na condição de “sacoleiros” em ônibus ou vans fretadas ou recebem por encomenda a mercadoria, via transportadora. Tal modalidade de comércio responde por mais de 73% das vendas em Jacutinga e 81% em Monte Sião. Em um segundo patamar, se colocam os negócios com grandes varejistas externos e marcas famosas (de São Paulo e outros Estados), com produção sob encomenda a partir de moldes e *design* encaminhados ao fabricante. No entanto, duas das empresas entrevistadas confessaram que mantinham relações com varejistas e *grifes* famosas apenas pela garantia do vínculo e divulgação do produto, pois as margens de lucros obtidas com estabelecimentos de maior porte são pequenas, na comparação com os pequenos varejistas. Uma faixa residual de apenas 5,3% das malharias de Jacutinga se colocou na condição de exportadores, explorando de forma ainda modesta mercados na França e Itália.

Tabela 23 – Caráter das Vendas no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

RELAÇÃO DE VENDAS	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Atacado (Sob Encomenda)	36 (94,7%)	36 (90%)
Varejo	2 (5,3%)	4 (10%)
Exportação	2 (5,3%)	-
Total	40	40

Fonte: Pesquisa direta

Organização: Lucas Labigalini Fuini

Tabela 24 - Destino das Vendas em Atacado no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

FORMAS DE COMÉRCIO ATACADISTA	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Lojistas externos (“Sacoleiros”)	28 (73,6%)	31 (81,5%)
Magazines e Grifes	9 (23,6%)	9 (18,5%)
Total	37	40

Fonte: Pesquisa direta

Organização: Lucas Labigalini Fuini

Os poucos estabelecimentos que têm maior parte de suas vendas destinadas ao varejo são aqueles de menor porte e que se restringiram apenas à revenda de

mercadorias, capturando desse modo os turistas de fins de semana e feriados que se dirigem ao “Circuito das Malhas” e “Circuito das Águas Paulista” (Águas de Lindóia, Socorro, Serra Negra, Amparo, etc.).

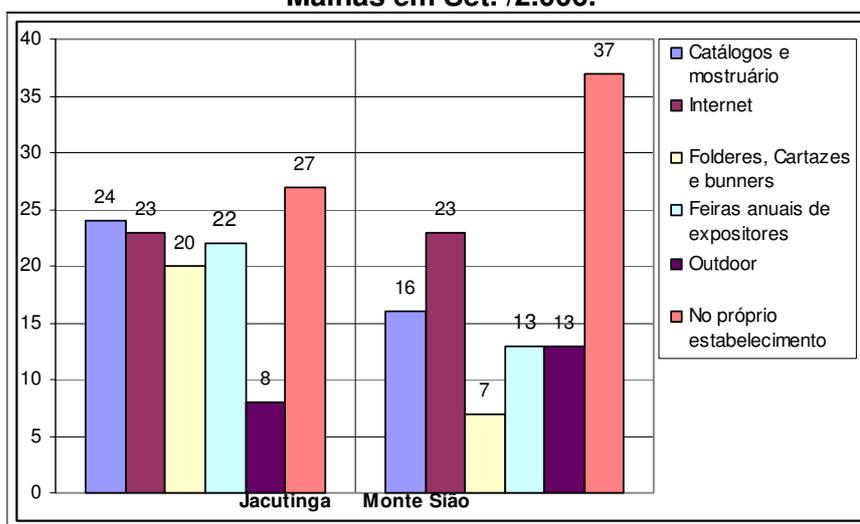
Outro dado adicional (pesquisa do MDICex), revela que a maioria das empresas de Monte Sião realiza vendas tanto a prazo quanto à vista e, na forma de venda a prazo, predomina o mecanismo de cheque pré-datado, visto que 90% dos entrevistados fazem negócios com outros varejistas, no atacado, originários sobretudo do estado de São Paulo e da região Sudeste. Cerca de 32% também fazem negócios com a região Centro Oeste e Sul e 27% com região a Nordeste. Observa-se, então, o caráter ainda fortemente regional e potencialmente nacional do “Circuito”. A restrição ao comércio exterior tem dentre suas razões mais relevantes, apontadas em pesquisa do MDICex, o desconhecimento das regras de comércio exterior, a burocracia excessiva e a produção insuficiente.

Dentre os canais de divulgação mais relevantes para a indústria de malhas da região (**figura 13**), o próprio estabelecimento ainda é reconhecido como canal prioritário, tanto em Jacutinga quanto em Monte Sião, valorizando-se o contato *face a face* e a disseminação de informações que ocorre entre os compradores e vendedoras mediante troca de referências e cartões dos estabelecimentos. Dentre outras estratégias, a divulgação via *sites* e *emails* na Internet e a confecção de Catálogos e mostruários móveis se colocam como outros importantes referenciais. Os catálogos são instrumentos clássicos na divulgação de produtos nos ramos de Vestuário e têxtil, podendo as malharias trabalhar com agentes comerciais contratados ou mesmo, expor catálogos anexados em *sites* ou divulgados parcialmente através de folderes e *bunners*. Os dados indicam uma inovação importante nas estratégias de *marketing* local já que entre 57 e 60% das empresas admitiram utilizar intensivamente a ferramenta da informática e *Web* como meios para divulgar seus artigos.

Outros meios mais tradicionais, como os cartazes-folderes, *outdoors* e as feiras de expositores aparecem como outras estratégias, sendo mais relevantes para empresas como maior aporte em capital e que os mesclam com as outras estratégias mencionadas. Os folderes e *bunners* são geralmente distribuídos nos próprios estabelecimentos comerciais ou por meio de correspondências postais e malas diretas aos clientes da malharia, sendo referenciais mais importantes em Jacutinga. Os *outdoors* são grandes painéis comerciais, geralmente em madeira,

que se encontram afixados preferencialmente nas entradas dos municípios ou em vias de grande fluxo, sendo referenciais mais importantes para Monte Sião. Esses instrumentos são colocados na entrada dos municípios, às margens das estradas MG-290 (Itapira/SP-Jacutinga) e MG-459 (Águas de Lindóia/SP-Monte Sião). No entanto, pesquisa do MDICex em Monte Sião revelou que cerca de 53 % dos empresários locais não realizam nenhum tipo de divulgação externa dos seus produtos. A primazia da divulgação no próprio estabelecimento adquire grande relevância em decorrência da ampla variedade de butiques, galerias e pequenos *shoppings* que facilitam o acesso dos consumidores, tanto no atacado quanto no varejo, diretamente ao produto das pequenas fábricas locais.

Figura 13 – Principais Canais de Divulgação dos Produtos do Circuito das Malhas em Set. /2.006.



Fonte: Pesquisa direta

Organização: Lucas Labigalini Fuini

As Feiras de produtores e vendedores são realizadas anualmente em Jacutinga (FestMalhas – Jacutinga) e Monte Sião (Feira Nacional do Tricô – Monte Sião), justamente no período de maior circulação de turistas na região do “Circuito das Malhas”, propiciando aos comerciantes locais realizarem ampla divulgação na mídia da produção regional e capturar novos compradores, com a promoção de desfiles de modas que exibem as últimas tendências e possibilitam grande volume de vendas diretas ao consumidor. Algumas malharias já procuram, no entanto, as Feiras que ocorrem em outras regiões e Estados, como a Feira Nacional de Inverno, realizada em Gramado/RS, e tal estratégia geralmente está associada à própria expansão econômica da malharia, que instala unidade de vendas externas.

Para aqueles que não participam de feiras de expositores, as principais justificativas são o custo alto para participação (aluguel de estandes), que não é superado pelos lucros obtidos, e a possibilidade de ter um fluxo similar em vendas somente pelo fato de se estar localizado próximo ao pavilhão de eventos. Segundo alguns participantes da Festmalhas de 2006, realizada em Jacutinga, a Feira propicia aos expositores expandirem sua cartela de clientes que voltam ao estabelecimento posteriormente, não sendo somente as vendas no local o principal atrativo para a participação no evento. Na opinião do Diretor de Comércio, Indústria e Turismo de Monte Sião, a participação na edição de 2006 da feira local, a Fenat, foi de 27 expositores que pagaram um valor médio de R\$ 2.000,00 por estande, valor este bastante inferior aos custos de participação em feiras externas, estimado em mais de R\$ 10.000,00. O diretor ressaltou também que a Prefeitura garante toda a infra-estrutura física do evento (instalações, energia elétrica), oferecendo atrativos diversos de lazer (músicas, desfiles, cursos) durante sua realização.

Das empresas entrevistadas em Jacutinga, mais de 42% estão há mais de dezesseis anos em atividade e mais de 23% há pelo menos onze anos. Monte Sião aparenta ter uma estrutura comercial mais renovada, apesar de mais de 52% dos estabelecimentos estarem em atividade há mais de onze anos (**Tabela 25**). Isso significa que maior parte das empresas entrevistadas já estava em funcionamento antes mesmo do *boom* econômico de modernização do “Circuito das Malhas” e tiveram de se adaptar aos novos padrões de inovação tecnológica e produtividade em vigência no setor. Alguns dos entrevistados, inclusive, caracterizaram a empresa atual como desmembramento de uma outra empresa pré-existente devido à separação de herdeiros de empresários antigos do ramo de malhas ou como resultado da alteração do nome comercial e não necessariamente da razão social de uma empresa mais antiga. Outros, devido à tradição e referência no ramo de malhas, optaram pela manutenção do nome original, como é o caso das Casas Godoy e a Malharia Triângulo, em Monte Sião, e a Malhas Rosa Maria, em Jacutinga, ambos há mais de 20 anos no ramo de malharias.

Tabela 25 – Idade Média das Empresas no Circuito das Malhas em Set. /2.006

Fonte: Pesquisa direta / Organização: Lucas Labigalini Fuini

	JACUTINGA	MONTE SIÃO
menos de 2	2 (5,2%)	3 (7,5%)
De 3 a 5	3 (7,9%)	5 (12,5%)
entre 6 e 10	8 (21%)	11 (27,5%)
entre 11 e 15	9 (23,6%)	11 (27,5%)
mais de 16	16 (42,1%)	10 (25%)
Total	38 (100%)	40 (100%)

A maior porcentagem das malharias locais produzem, aproximadamente, de 1.500 a 3.000 peças mensais (**Tabela 26**). Essa estimativa geralmente varia conforme o período do ano. Segundo os próprios empresários, para o inverno a produção mensal tende a aumentar, podendo chegar a uma média de 10.000 até 25.000 peças por mês para empresas maiores (5,2% em Jacutinga e 7,5% em Monte Sião). No verão essa produção cai, em alguns casos ficando na casa das 1.000 peças ou, tão somente, se comercializam os artigos produzidos nos períodos de maior produção e conforme a necessidade se compra peças de terceiros, ficando a linha de produção parada. De acordo com os entrevistados, os produtos da moda inverno - que atendem ao período de abril a agosto - são produzidos de Novembro a Fevereiro, antecipando as tendências em malhas e atendendo a encomendas no atacado feitas previamente por conta das vantagens nos preços. Quanto à produtividade das empresas locais, no estudo diagnóstico do MDICex, em Monte Sião – em amostra com 96,5% das empresas especializadas no ramo de malhas retilíneas (tricô) - revelou-se que mais de 75% destas trabalhavam no limite da capacidade de produção, com necessidade de ampliação. A pesquisa revelou também que cerca de 49,5 % dessas empresas haviam ampliado sua produção nos dois anos anteriores e 41,2% se mantiveram no mesmo patamar.

Tabela 26 - Estimativa da Produção Mensal no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

PRODUÇÃO MÉDIA MENSAL	JACUTINGA	MONTE SIÃO
1 e 250	1 (2,6%)	-
250 e 500	1 (2,6%)	-
500-1500	3 (7,9%)	10 (25%)
1501 e 3.000	15 (39,5%)	16 (40%)
3001 -5.000	13 (34,2%)	8 (20%)
5001-10.000	2 (5,3%)	3 (7,5%)
+ 10.000	2 (5,3%)	3 (7,5%)
Total	38 (100%)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

No entanto, apesar de alguns esforços na busca de diversificação, qualificação e aumento de produtividade, não foi possível ocultar alguns sérios problemas competitivos gerais da região do Circuito das Malhas (**Figura 14**). Isso ficou mais nítido em dois episódios recentes (2004/2005) e que tiveram grandes impactos na produção e comércio regional. O primeiro evento foi a ocorrência de um “Calor atípico” no período de inverno (“Calor atípico prejudica malharias da região”, Correio Popular, Campinas, 14/06/05, Caderno B1) que prejudicou os fabricantes e

lojistas que acumularam grandes estoques de “Coleção Inverno” e, dessa forma, tiveram de promover grandes liquidações e adiar a produção das “Coleções de Verão”. A comparação com o ano de 2004 indicou, segundo os lojistas, um fraco ritmo de vendas e estoques acima do normal, sendo tal motivo apontado como um dos principais gargalos a produção local por mais de 92% das malharias de Jacutinga e 82% em Monte Sião.

Outro evento relevante foi a crise que se abateu sobre o setor de produção de malhas retilíneas, incluindo a região do Circuito das Malhas, com a entrada maciça das malhas chinesas importadas no mercado brasileiro (“China ameaça Circuito das Malhas”, Correio Popular, Campinas, 4/12/2005, Caderno B13) que, apesar de serem de padrão básico, conseguem vantagens por conta de seus preços baixos. Alguns empresários reclamaram de queda nas vendas entre 40 e 70% com relação ao ano anterior, sendo este também um fator apontado por mais de 86% das malharias em Jacutinga e 90% em Monte Sião como um gargalo à produção local. A queda no faturamento acaba implicando diminuição do ritmo de produção e retração dos empregos, afetando duramente o restante da economia dos municípios da região. Segundo o Diretor de Comércio, Indústria e Turismo de Monte Sião, a importância de produtos chineses teve forte impacto no município que registrou uma queda de cerca de 40% em suas vendas no ano de 2005, em relação ao ano anterior, ressaltando que o principal problema é que grande parte do tricô chinês é contrabandeada, chegando muito barato ao mercado brasileiro devido a não incidência de tributação alfandegária.

A minoria das empresas adotou posicionamento diferente (em torno de 10% dos entrevistados), ressaltando a possibilidade de se enfrentar a concorrência do produto com base no investimento na variedade de modelos e qualidade de peças que não são encontradas nos massificados produtos chineses³¹. Segundo conceituado funcionário da Prefeitura de Jacutinga, Sr. Alcides Moreira da Silva (Setor de Tributos):

A importação de produtos chineses cria dificuldades para os produtores de Jacutinga, mas muitos já conseguem superar esse obstáculo ao investirem em design de peças e qualidade dos fios utilizados, pois os produtos chineses, apesar de mais baratos, acabam saindo caros para os atacadistas, já que são transportados em contêineres fechados e o

³¹ Há de ressaltar, no entanto, que no início de Janeiro do presente ano o governo brasileiro e o chinês fecharam um acordo de restrição voluntária de exportações, que prevê a aplicação de limites e salvaguardas para cerca de oito categorias de têxteis, ou seja, 60% das exportações do setor.

atacadista é obrigado a descartar grande número de peças que vêm avariadas, algo que já não ocorre na relação com os produtores nacionais. (Transcrição do autor a partir de entrevista).

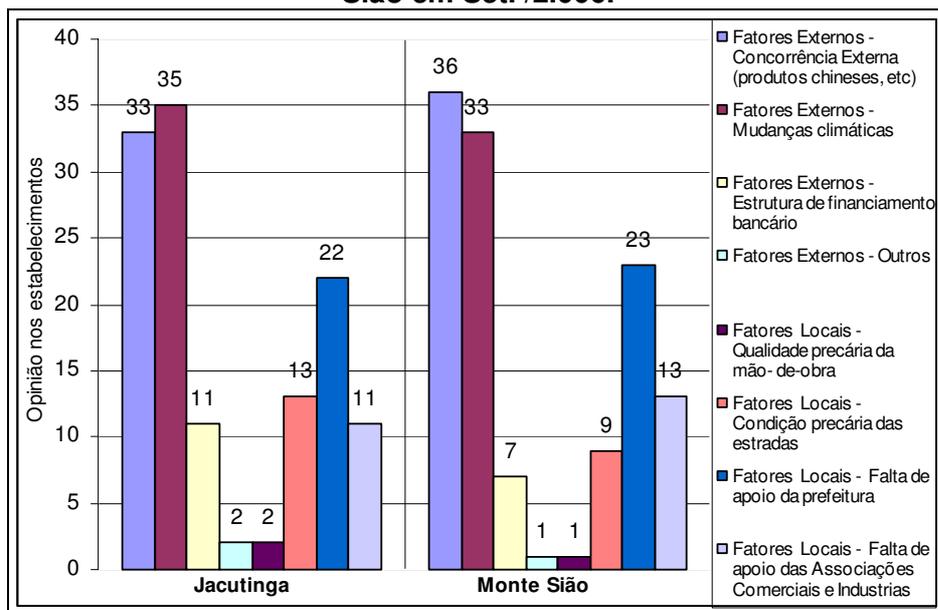
Outro elemento que afeta decisivamente a competitividade regional, e que foi apontado por mais 50% dos entrevistados em Jacutinga e Monte Sião, é a ineficácia da ação dos poderes públicos locais junto ao setor de malhas. A maioria das malharias reclamou que falta uma ação mais efetiva das prefeituras locais no auxílio à divulgação da produção de malhas dos municípios e projetos para atração de consumidores, tanto no atacado quanto no varejo, associado à oferta de infraestrutura e serviços turísticos. Segundo o Secretário de Comércio, Turismo e Indústria de Jacutinga, Sr. Adriano Fernandes, também empresário do ramo de malhas e segundo seu próprio relato, incumbido de representar o setor de malhas na prefeitura, o prefeito na gestão municipal anterior (2000-2004) não possuía bom relacionamento com os empresários do setor de malhas, razão da inépcia em projetos para o setor. O Diretor de Comércio, Indústria e Turismo, Sr. Tadeu Machado, atribui também às gestões públicas anteriores a precariedade em termos de investimentos na divulgação da produção de malhas local. Admitiu que a prefeitura ainda apresenta sérios problemas na comunicação com os produtores locais para fazer chegar até os mesmos as ações e projetos do poder público, razão principal dessa avaliação negativa por parte dos produtores. Ainda, segundo Sr. Tadeu, a prefeitura, em parceria com a Associação Comercial e Industrial local, já investiu em torno de R\$ 150.000,00 em ações de marketing e divulgação voltados ao setor de malhas, destacando os investimentos na Fenat e em propagandas divulgadas em veículos de imprensa.

Cerca de 28% e 32% dos entrevistados em Jacutinga e Monte Sião também reclamaram do apoio das Associações comerciais e Industriais, sobretudo em questões pontuais, como maior oferta de cursos voltados ao ramo de malhas, com preços acessíveis, e auxílio na divulgação da produção.

Um último fator apontado por mais de 34% das empresas em Jacutinga como obstáculo à competitividade foi a condição das estradas da região, “nem tanto as que vêm de São Paulo, que são boas, mas as que seguem no sentido oeste e norte de Minas, muitas esburacadas”. No aspecto infra-estrutura de circulação, a região do “Circuito das Malhas” apresenta o seguinte quadro geral: **A)** As estradas estaduais e vicinais que ligam Monte Sião, Jacutinga, Águas de Lindóia, Socorro, Amparo, com

centros médios e metropolitanos já se encontram asfaltadas (com pista única sem pedágios no trecho mineiro) desde os anos 1960 e 1970, facilitando o deslocamento de turistas para realizarem seu consumo no local e de compradores no atacado; **B)** a poucos quilômetros de Ouro Fino, em Pouso Alegre, passa a rodovia federal Fernão Dias, principal eixo de ligação São Paulo-Minas que em parte se encontra duplicada, **C)** há problemas com a condição do pavimento asfáltico na rodovia estadual que liga Jacutinga e Monte Sião, ponto de manifesto efetuado por políticos locais junto ao governo do Estado, d) reivindicação recente de políticos locais para asfaltamento da estrada que liga Jacutinga/MG a Espírito Santo Pinhal/SP, em virtude de ser importante opção para o escoamento da produção local e intensificação do fluxo turístico regional. (Fonte: Jornal “Gazeta de Jacutinga”)

Figura 14 - Principais obstáculos à Indústria de Malhas em Jacutinga - Monte Sião em Set. /2.006.



Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

O Sr. José Geraldo dos Santos, dirigente da ACIJA, apontou também como fatores que podem desestabilizar a economia de malhas local, a supervalorização do real e a cotação do dólar para os importadores e exportadores e a política macroeconômica nacional, enfatizando o alto valor da taxa de juros e a elevada carga tributária que as empresas têm de suportar. Tais fatores também foram corroborados por alguns entrevistados discriminados no item “outros”, incluindo

também críticas sobre o dinamismo da economia e do mercado de trabalho de Monte Sião.

Em complemento a tabela 31, observa-se que, dentre outras carências locais apontadas pelas empresas, a oferta de serviços turísticos, incluindo a infra-estrutura hoteleira e de lazer, é apontada por mais de 87% (Jacutinga) e 92% (Monte Sião) das malharias entrevistadas como uma precariedade, e que afeta de várias formas as vendas do comércio regional. Os serviços de consultoria (financeira, gerencial, jurídica, etc.) se colocam em segundo plano, seguido de perto pela oferta de serviços de crédito e financiamento, em igual proporção ao fornecimento de matéria-prima. As consultorias, instrumentos importantes para aprimoramento e modernização dos negócios, são geralmente oferecidas pelas Associações Comerciais e Industriais e, para aqueles que não estão associados a entidades, se tornam restritas às opções locais para este serviço. Dessa forma, no que tange aos serviços de consultoria em geral (produção, finanças, planejamento, marketing, design), quase 70% das empresas de Monte Sião (MDICex), não costumam fazer uso desse tipo de assessoria (**figura 15**).

Os serviços de crédito e financiamento, apesar de comuns em bancos privados e públicos, não trazem condições vantajosas de pagamento para o pequeno empresário (elemento apontado na pesquisa do MDICex), sem contar as cláusulas restritivas impostas (burocracia, prazos, garantias). Desse modo, maior parte do capital utilizado para investimentos no APL do Circuito das Malhas provém principalmente de economias próprias dos empresários e de financiamentos convencionais captados em bancos comuns. Para aquisição de máquinas retilíneas importadas, geralmente é feito acordo entre os fabricantes e as malharias locais para realização do pagamento em diversas prestações. Ainda é muito débil a busca de microcrédito em bancos específicos, associados ao BNDES ou Banco do Brasil, em virtude das exigências que afastam o pequeno produtor. Outros bancos, como o BDMG e o Bancoob³² também oferecem linhas de crédito específicas para pequenos

³² O Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob é um banco comercial privado, sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário pertence a 14 (quatorze) cooperativas centrais de crédito. É regido e regulamentado pela Lei nº 4.595/64 e Resolução nº 2.788/00 do Conselho Monetário Nacional, tendo por objetivo prestar serviços às cooperativas de crédito do SICOOB, além de disponibilizar produtos e serviços criados especificamente para as mesmas. Os principais serviços prestados pelo Bancoob às cooperativas são os acessos à conta “Reservas Bancárias” e ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (SCCOP). Esses acessos são importantes e estratégicos, pois permitem as cooperativas buscar recursos junto do Tesouro Nacional e propiciar, aos seus associados, a manutenção de contas correntes e o recebimento de documentos

empresários. O Bancoob, especificamente, atende em Monte Sião através da Credmalhas, que faz parte do sistema de cooperativas de crédito autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes do Vestuário de Monte Sião /Est. de MG (CREDMALHAS) foi constituída em Assembléia Geral realizada em 03 de março de 2000, onde empresários do ramo de confecções do vestuário se reuniram com tal propósito nos termos da legislação vigente. A CREDMALHAS iniciou seu trabalho contando com um quadro de 38 cooperados e atualmente conta aproximadamente com 720 cooperados que através da mutualidade são responsáveis a cada dia pelo crescimento de nossa Cooperativa. A CREDMALHAS há cinco anos atua no mercado, de forma a oferecer o melhor em questão de atendimento, serviços e produtos, passando a ser um dos principais focos no mercado financeiro em Monte Sião, oferecendo a oportunidade aos empresários de melhores taxas e atendimento personalizado (fonte: <http://www.credmalhas.com.br/institucional.htm>)

Segundo matéria divulgada no dia 30/04/2006 no programa “Pequenas Empresas: Grandes Negócios”, transmitido pela Rede Globo de Televisão em parceria com o Sebrae, a abertura da Credmalhas no município de Monte Sião criou facilidades no acesso a empréstimos e financiamentos para pequenos empresários do ramo de malharias, com taxas e garantias menores que a dos bancos convencionais. Deste modo, abre-se uma “janela de oportunidade” na região para obtenção de empréstimos voltados a modernização na indústria de malhas, viabilizando aquisição de maquinários importados, reforma das instalações das fábricas, dentre outras melhorias. Além disso, segundo a mesma matéria, a abertura desta cooperativa proporcionou um dinamismo maior à economia local, não somente no segmento de malhas, mas também em outros setores do comércio varejista, como os supermercados, visto que seus associados (720 membros até o final de 2006) recebem um cartão da cooperativa que lhes dá garantias de descontos nas compras em diversos estabelecimentos comerciais do município de Monte Sião. Segundo dados fornecidos pelo site do Sebrae/Minas (fonte:

compensáveis, como contas de água, luz, telefone etc. O acesso à conta “Reservas Bancárias” e à integração ao SCCOP, contudo, não transforma as cooperativas em agências do Bancoob, pois essas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, regidas e regulamentadas pela Lei nº 5.764/71 e Resolução nº 3.106/03 do Conselho Monetário Nacional, não são bancos, mas instituições financeiras diferenciadas, que se caracterizam pela prestação direta de serviços aos seus associados, oferecendo taxas remuneratórias de depósitos mais elevadas e custos de serviços mais baixos. Assim, os serviços prestados pela cooperativa aos seus associados são de sua responsabilidade exclusiva, independentemente do contrato firmado com o Bancoob (Circular nº 3.226/04 - BACEN). (fonte:[http:// www.bancoob.com.br](http://www.bancoob.com.br))

<http://asn.interjornal.com.br/noticia>), desde a abertura da cooperativa foram movimentos cerca de 60 milhões de reais em transações bancárias, envolvendo serviços de poupança, depósitos, empréstimos com desconto, crédito, cartão convênio, antecipação de vendas, consultorias, convênios e pagamento de contas, restritos a moradores da Região de Monte Sião e cidades de Jacutinga, Ouro Fino, Borda da Mata e Águas de Lindóia com vínculo de pessoa física ou jurídica com a área de comércio no geral e de comércio de confecção do vestuário.

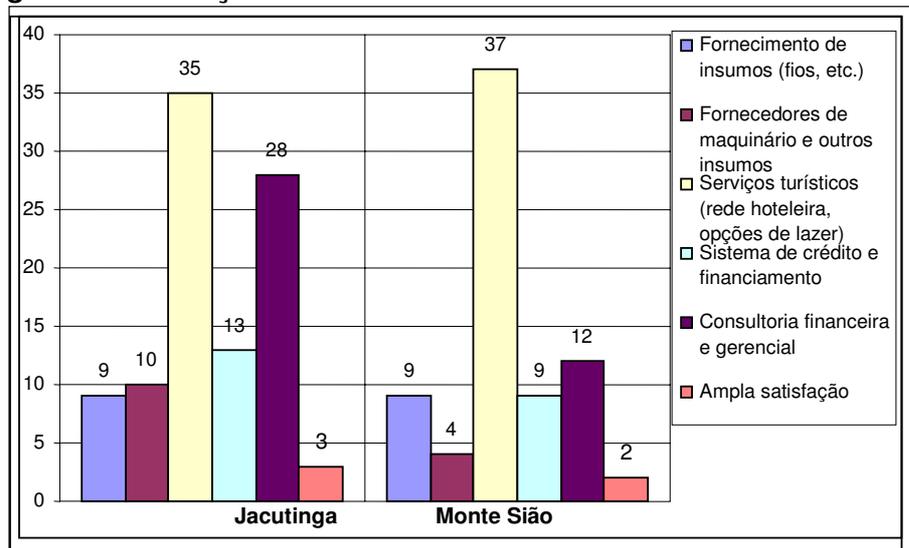
Desse modo, apesar de serem entidades coligadas, a “Credmalhas” se diferencia do “Bancoob” pelos seguintes motivos:

As cooperativas de crédito (regulamentadas pela resolução 2.771/2000 do Banco Central), apesar de pertencerem ao Sistema Financeiro Nacional, não funcionarem como bancos. São sociedades de pessoas, que se unem com a finalidade de prestar assistência financeira mútua, sem objetivo de lucro, em conformidade com a Lei 5.764/71. Nesse contexto, os papéis desempenhados pelo BANCOOB e pelas cooperativas de crédito são caracterizados da seguinte forma: Cooperativa de Crédito Singular - atende ao público formado por seus associados e podem ser Cooperativas de Crédito Mútuo, de natureza urbana, normalmente formadas por funcionários públicos ou de empresas privadas, profissionais liberais e comerciantes ou, as Cooperativas de Crédito Rural, formadas por produtores rurais. As Cooperativas Centrais prestam serviços de supervisão e infra-estrutura às suas filiadas Cooperativas de Crédito Singulares. Atualmente, o SICOOB é formado por quinze Cooperativas de Crédito Centrais localizadas em 12 estados. Em Minas Gerais, existem duas Cooperativas Centrais: Crediminas (atende o crédito rural); Cecremge (atende o crédito mútuo). A Crediminas possui 102 cooperativas filiadas, 239 pontos de atendimento e 140 mil associados. A Cecremge possui 130 cooperativas filiadas, 61 pontos de atendimento que atendem aos seus 134 mil associados. As cooperativas de crédito, embora atuem como instituições financeiras, em função da legislação, funcionam com algumas particularidades. Uma delas é não ter acesso ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis. Por isso, dependem de convênio com um banco para que os cheques sejam compensados. Para terem acesso a esses serviços, as cooperativas de crédito tinham que fazer convênios com outros bancos comerciais. Os custos elevados desses convênios e outras dificuldades motivaram a criação do BANCOOB, com a função de fazer a compensação para as cooperativas de crédito do SICOOB. (fonte: <http://www.credmalhas.com.br/faq.htm>)

O serviço de fornecimento de insumos, como os fios de lã e linho, já se encontra disponível nos próprios municípios, mas, segundo os empresários, os preços, sobretudo no período de inverno, se tornam inviáveis e, muitas vezes, torna-se mais interessante buscar fios com fornecedores de fora do “Circuito”, em Amparo ou São Paulo, onde se conseguem melhores preços e maior variedade. Em consequência, a obtenção de matéria prima foi apontada como um gargalo relevante à competitividade por mais de 50 % das empresas de Monte Sião (MDICex, 2003). A

ampla maioria apontou o preço, condições de pagamento e escassez de fornecedores como fatores que dificultam a aquisição de matérias-primas.

Figura 15 – Serviços Precários no Circuito das Malhas em Set. /2.006.



Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Os episódios descritos fornecem mais alguns subsídios para se trabalhar com a idéia de “competitividade territorial” aplicada ao “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, caracterizando tais esforços das malharias como um processo incompleto que exige aprimoramento contínuo e busca incessante nas melhorias em termos de inovação e diversificação que habilitem a região a superar os obstáculos apontados nos **figuras 14 e 15**. Segundo a gerente administrativa da Associação Comercial e Industrial de Monte Sião (ACIMS), Sr.a Regiane de Cássia Machado:

Monte Sião é um pólo produtor de malhas conhecido nacionalmente, uma referência no que tange aos artigos de vestuário em tricô. Certa ocasião, em visita a São Paulo, apresentou-se como moradora de Monte Sião, logo pessoas já mencionaram o local onde se faz tricô. Monte Sião é conhecida hoje como a “Capital Nacional do Tricô” e teve o êxito de conseguir aliar a tradição historicamente consolidada na produção de malhas (saber fazer transmitido de geração para geração) aos fatores qualidade, modernização (importação das máquinas mais modernas do Japão, Itália) e preços razoáveis. (Transcrição do autor a partir de entrevista)

O Sr. José Geraldo dos Santos, coordenador de Projetos e Eventos da Associação Comercial e Industrial de Jacutinga (ACIJA), destaca, por sua vez, como principais vantagens competitivas de Jacutinga, os seguintes fatores:

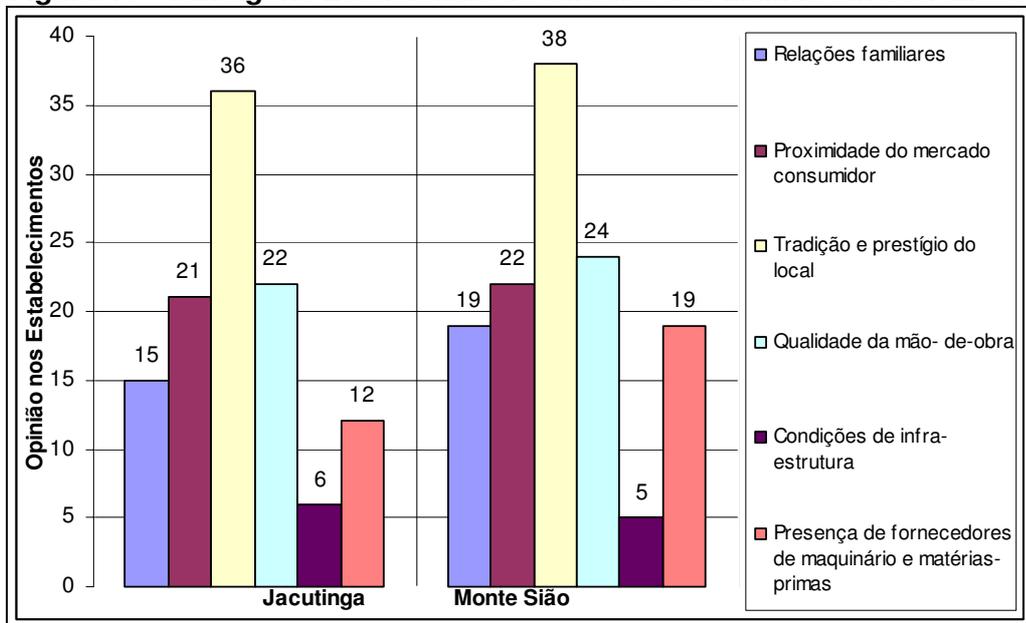
Uso de maquinário e tecnologia altamente sofisticados; a qualificação da mão de obra; qualidade dos fios utilizados (compensa na relação custo/benefício); busca incessante do empresário em se atualizar; investimento em design e modas buscando acrescentar qualidade; atualização e modernidade do processo produtivo e do produto.
(Transcrição do autor a partir de entrevista)

Tais depoimentos dos dirigentes das Associações Comerciais, órgão de maior representação do setor de malhas na região, corroboram com os apontamentos obtidos junto às empresas (**Figura 16**). Das empresas entrevistadas, a grande maioria (94,7% em Jacutinga e 95% em Monte Sião) apontou a tradição e o prestígio do local como principal vantagem locacional dos municípios de Jacutinga e Monte Sião, reafirmando o sobredito no depoimento de dirigente da ACIMS. Tal fator pode ser interpretado à luz da idéia de “atmosfera *marshalliana*”, tão relevante nas análises sobre o sucesso competitivo dos Distritos Industriais da Terceira Itália. Criou-se um arcabouço histórico e cultural baseado na produção artesanal e semi-artesanal de artigos de malha que é transmitido entre gerações e que consolidou, tanto Jacutinga como Monte Sião, como centros de referência na produção de artigos de malha.

Esse referencial tem relação com o conhecimento específico e tácito sobre o setor que é acoplado à mão-de-obra e ao empresariado local e distingue esses municípios em seu entorno regional e no território brasileiro. A denominação atual de “Capitais Nacionais do Tricô e das Malhas” para Monte Sião e Jacutinga evidencia uma busca de inovação e aumento de produtividade das empresas locais que não se dissocia do patrimônio cultural e histórico do artesanato de malhas. Tal entendimento ficou explícito no depoimento da gerente da ACIMS, mas fica também subentendido nas palavras do representante da ACIJA. Quando mais de 47% das empresas em Monte Sião apontam as relações familiares como elemento associado à competitividade local, reforça-se o nível de importância dos vínculos de proximidade cultural e pessoal entre os agentes do local (pai, filhos e parentes) para os negócios locais. Em muitas das empresas entrevistadas, que estão no mercado há pelo menos 20 anos, os filhos assumiram a administração dos negócios com os pais. O mesmo se pode falar da qualificação da mão-de-obra, que neste caso adquire uma concepção menos formal de conhecimento transmitido não necessariamente por cursos e treinamentos em escolas, mas no dia-a-dia da produção em domicílios e pequenas fábricas.

Outros elementos foram também apontados como decisivos à competitividade local, como a proximidade do mercado consumidor. Como já salientado, o “Circuito das Malhas” está localizado a meio caminho dos aglomerados metropolitanos de São Paulo e Belo Horizonte, distanciando-se 170 km de São Paulo e 480 km de Belo Horizonte. Tal distância intermediária cria facilidades de comunicação com outros estados da região Sudeste, destacando o predomínio do comércio com São Paulo. Mas o crescente comércio com Estados da região Sul e Centro oeste aponta também a emergência de fatores e recursos de maior nível de especificidade como decisivos a competitividade da região, destacando a qualidade e inovação do produto local, a habilidade da mão-de-obra, entre outros.

Figura 16 - Vantagens Locacionais do Circuito das Malhas em Set. /2.006.



Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Coloca-se, então, como eixo de análise da competitividade territorial dos principais municípios integrantes do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, a observação dos seus principais “recursos específicos”, desenvolvidos ou potenciais, dentre os quais se perfaz na seqüência a análise dos seguintes elementos essenciais: a) inovação e aprendizado tecnológico; b) mão-de-obra local e; c) governança e arcabouço sócioinstitucional.

5 - INOVAÇÃO E APRENDIZADO COLETIVO

Até a década de 1970, a maior parte da produção de malhas da região do “Circuito das Malhas” era feita em máquinas manuais e agulhas. A partir desta época, inicia-se a importação de máquinas elétricas do Japão, pois a indústria nacional não atendia tal demanda, viabilizando assim, a aproximação dos revendedores nacionais de maquinário importado com os produtores locais. Foram concedidas, inclusive, facilidades para pagamento e treinamento para manuseio dos aparelhos. Na atualidade, o Arranjo Produtivo Local já faz uso das mais modernas tecnologias de confecção do mundo, através da importação de máquinas retilíneas computadorizadas, sobretudo do Japão, China e Itália, que permitem elevação da produtividade e maior sofisticação do produto, com a possibilidade de produção de maior número de peças durante vinte e quatro horas, em máquinas programáveis, mais leves e proporcionando melhor acabamento.

Nesse contexto, verifica-se uma tendência de aumento da produtividade média do trabalho (**tabela 27**) na indústria de malhas, tanto em Jacutinga quanto em Monte Sião. Monte Sião apresenta um ritmo no aumento da produtividade do trabalho (entre 2001 e 2002) largamente superior ao de Jacutinga, com aumento de 15,4% entre 2001 e 2002, enquanto Jacutinga teve um pequeno acréscimo de 2,8%. Tais índices são ainda, no entanto, bastante inferiores às médias de produtividade industrial dos Estados de Minas e São Paulo, sendo possível atribuir essa discrepância à sazonalidade na produção anual do “Circuito das Malhas” e a alta sofisticação tecnológica e valor agregado de outros setores industriais presentes nos Estados analisados que suplantam largamente a produtividade do setor têxtil e de malhas.

Tabela 27 – Produtividade média da Indústria em Jacutinga - Monte Sião (em reais), entre 2.001 e 2.002.

VARIÁVEIS	JACUTINGA		MONTE SIÃO		ESTADO DE MINAS		ESTADO DE SÃO PAULO	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Valor adicionado na indústria	30.010.000	30.464.000	33.005.000	36.525.000	43.801.470.000	53.759.929.000	155.291.552.000	200.698.820.000
Trabalhadores formais na Indústria	1.870	1.844	2.009	2.068	619.313	705.514	2.011.765	2.213.478
Produtividade média (reais/ano/trabalhador)	16.048	16.520	14.935	17.662	70.725	76.199	77.191	90.671

Fonte: IBGE (Pme); Rais. Organização: Lucas L. Fuini

No caso das máquinas retilíneas automáticas voltadas ao tricô de malha (**fotos 18 a 21**), predominam nas linhas de produção do “Circuito das malhas” as retilíneas da marca Shima Seiki, de procedência japonesa, com estimativa de preço de R\$ 90.000,00, a marca Protti, italiana, com base de preço de R\$ 220.000,00 e a marca EMM, também italiana, em torno de R\$ 80.000,00. (<http://www.mercadodasmalhas.com.br>)³³ A aquisição de tais máquinas é realizada junto a revendedores localizados nos próprios municípios do Circuito, que as importam sob encomenda, com pagamento geralmente realizado em prestações.

Fotos 18, 19, 20 e 21 – Máquinas de Tricô Retilíneas (Computadorizadas e Eletrônicas) Importadas: Shima Seiki (Japonesa), Protti (Italiana), Emm (Italiana) e Stoll (Alemã).



Fonte: www.mercadodasmalhas.com.br

³³ Nas **Fotos 18 a 21** observa-se que as máquinas retilíneas automáticas trabalham com um computador lateral que permite a programação da quantidade de peças a serem produzidas, as medidas, quantidade e cores dos fios, formato e demais especificações. Na parte superior ficam apoiados os carretéis com os fios de algodão ou linhola que vão sendo consumidos conforme a peças vão ganhando contorno na parte central da máquina, chegando-se ao produto final que aparece em parte inferior do aparelho. Como complemento, é realizado o acabamento e bordado das peças nas máquinas de costura. Essa parte final pode ser realizada dentro da fábrica ou através de contratações de mão-de-obra terceirizada em domicílio. (Nota do autor)

Fotos 22 e 23 – Imagens da Linha de Produção em Malharias de Monte Sião/MG



Fonte: Lucas Labigalini Fuini

Fotos 24 e 25 – Linha de Produção em Malharias de Jacutinga/MG



Fonte: Lucas Labigalini Fuini

Constatou-se que mais de 60% das malharias em Jacutinga trabalham com mais de dez máquinas, contando as retílineas e as de costura. Nas linhas de produção, geralmente encontram-se de três a quatro máquinas retílineas e de uma a quatro máquinas de costura (**Tabela 28 e 29 e Fotos 22 a 25**). Mais de 47% das malharias em Monte Sião possuem entre cinco e nove máquinas em sua linha de produção, caracterizando uma estrutura produtiva mais pulverizada em pequenas malharias, na comparação com Jacutinga. Quanto ao tempo de uso do maquinário, os dois parques produtivos operam mesclando equipamentos com diferentes idades, predominando aqueles adquiridos entre cinco e nove anos. Configura-se um parque produtivo com boa atualização em termos de linha de produção, sendo que a menor faixa dos estabelecimentos opera com maquinário com mais de dez anos de tempo de uso. Esses dados estão relacionados aos possíveis entraves que ainda aparecem na aquisição de maquinário e equipamentos, como a questão do preço,

as condições de pagamento e o fato de os equipamentos serem importados (pesquisa do MDICex em Monte Sião).

Tabela 28 - Quantidade de Máquinas Utilizadas na Produção (Retilíneas e de Costura) em Set. /2.006.

QUANTIDADE DE MAQUINÁRIO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
1 a 4	3 (7,9%)	5 (13,2 %)
5 a 9	10 (26,3%)	18 (47,4%)
Mais de 10	23 (60,5%)	15 (39,5%)
Total de empresas	36 (100%)	38 (100%)

Fonte: Pesquisa direta

Tabela 29 - Idade média (tempo de uso) do Maquinário no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

TEMPO DE USO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
1-2	10 (26,3%)	6 (15%)
3-4	10 (26,3%)	14 (35%)
5-9	14 (36,84%)	16 (40%)
mais de 10	4 (10,52%)	4 (10%)
Total de empresas	38 (100%)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta

Considerando a inovação como um processo amplo de mudança, atualização e diferenciação, não somente na questão do maquinário, mas também nos vários segmentos do circuito de produção, distribuição e comercialização e na estrutura institucional e organizacional dos municípios participantes, observa-se enfoque maior em termos de mudanças incrementais destacando, por exemplo, as mudanças nas fachadas e vitrines dos comércios de malhas (**Fotos 26 a 29**) e no estilo e “design” das peças (moldes e composição de cores). Esses tipos de inovações atingem mais diretamente a clientela da região e envolvem investimentos menores no curto prazo, com retornos maiores (**Tabela 30**). Mais de 42% dos estabelecimentos de Jacutinga admitiram realizar investimentos constantes em maquinário moderno, dado que pode estar subestimado se integrarmos todas as empresas com maquinário com três a cinco anos de uso, elevando também as estimativas no município de Monte Sião, que se encontram surpreendentemente baixas. (17,5%)

O uso de serviços externos de tipo consultoria financeira, administrativa e design e serviços de laboratório (testes com fios, tendências de mercado) ainda aparece em patamar baixo, considerando-se o grau de sofisticação de tais serviços e a sua oferta nos municípios pesquisados. Ratifica-se a estimativa do MDICex,

avaliando que mais de 66 % dos empresários de Monte Sião não têm costume de fazer uso de nenhum tipo de serviço de consultoria.

Fotos 26, 27, 28 e 29 – Imagens de Vitrines com Modelos dos Produtos Comercializados no “Circuito das Malhas”



Fonte: Lucas Labigalini Fuini.

Tabela 30 - Tipos de Inovações no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

INOVAÇÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Aquisição de maquinário moderno	16 (42,1%)	7 (17,5%)
Inovação em design e estilo das peças	37 (97,4%)	40 (100%)
Mudanças nas vitrines das lojas	35 (92,1%)	35 (87,5%)
Serviços externos (laboratório e consultoria/estilistas)	9 (23,7%)	11 (27,5%)
Não efetuei melhorias recentes	-	-
Total de escolhas	97	93

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Para a implementação bem-sucedida das inovações anteriormente mencionadas, faz-se necessário um envolvimento da mão-de-obra e do empresariado local com tais processos, o que significa capacitação e habilitação para operar processos inovadores, definindo o aprendizado tecnológico como um aprendizado coletivo. Segundo a **tabela 31**, mais de 86% das malharias de Jacutinga e 95% em Monte Sião julgaram adequada a relação de adaptação da mão-de-obra no uso de novas tecnologias e operação de processos inovadores, ou seja, não tiveram nenhum problema com vendas e produtividade em decorrência de

implantarem mudanças estruturais e incrementais em seus estabelecimentos. Entre 5% a 13% dos estabelecimentos consideraram inadequada a relação da mão-de-obra com as inovações, optando a maioria pela justificativa de carência de cursos e treinamentos no local, outro aspecto institucional relevante, pois o aprendizado para a operação das máquinas têxteis importadas é geralmente oferecido pelos próprios fabricantes. Em pesquisa do MDICex (2003), apontou-se que mais 60% dos empresários de Monte Sião nunca realizaram qualquer tipo de treinamento gerencial.

Tabela 31 – Qualidade do Aprendizado Tecnológico no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

MÃO-DE-OBRA E INOVAÇÕES	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Adequada	33 (86,8%)	38 (95%)
Inadequada, devido a baixa qualificação	1 (2,6%)	1 (2,5%)
Inadequada, devido a carência de cursos e treinamento no local	4 (10,5%)	1 (2,5%)
Total de empresas	38 (100%)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Verificou-se, no “Circuito das Malhas”, preocupação crescente das confecções locais, sobretudo as de maior aporte de capital, com investimento em máquinas modernas e *design* de peças, produzindo tecidos mais leves com maior variedade de modelos, cores e cortes, tanto para inverno quanto para verão. Este movimento pode ser verificado nas vitrines do comércio e das galerias locais, cada vez mais sofisticadas, em consonância com os artigos da moda *pret a porter* vendidos nos principais centros nacionais e internacionais. Mas, ao que parece, poucas vezes as próprias empresas tem dado a devida atenção à especialização e qualificação dos seus empregados, fator essencial em um bem sucedido projeto de inovação que requer investimentos e melhorias constantes.

O funcionário da ACIJA, em entrevista, considerou que uma das inovações necessárias à agregação de valor à cadeia produtiva local seria o “incentivo a maior aproximação entre a produção de malhas retilíneas e os bordados (artesanato), atendendo à necessidade de se buscar sempre aliar a prestação de serviços ao fortalecimento de parcerias”. O presidente da ACIMS avaliou que a busca por capacitação e inovação dos produtos parte geralmente da iniciativa individual dos próprios empresários ao buscarem realizar cursos e conhecer as tendências de moda predominantes nos mercados estrangeiros.

Uma outra estratégia, apontada pelos dirigentes da ACIJA e ACIMS, que vem contribuir com a agregação de valor à cadeia produtiva de malhas local é o fortalecimento do “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas” que permitirá maior aproximação entre fornecedores de insumos (fios e implementos) com as malharias, permitindo reduzir custos e aumentar vendas. A expansão de outros setores, como a atividade turística, é algo apontado como salutar pelos entrevistados, para o fortalecimento da estrutura econômica dos municípios diante de possíveis solavancos e crises da indústria de malhas.

6 – MÃO-DE-OBRA E MERCADO DE TRABALHO LOCAL

O universo do mercado de trabalho formal e das relações salariais institucionalizadas alimenta uma extrema dependência com relação ao setor de malharias nos municípios de Jacutinga e Monte Sião. No município de Jacutinga, em 2004 (Rais), o mercado de trabalho formal reunia 4.640 empregados, sendo que 47% deste total (2.187 trabalhadores) estavam empregados na indústria de transformação. Do total de empregados na indústria de transformação, mais de 81,7% estavam empregados no segmento de “Fabricação de Tecidos e Artigos de malha”, ou seja, do total de empregados formais do município de Jacutinga, cerca de 38,5% estavam empregados no segmento de malharias, sem contar os segmentos do “Comercio varejista de tecidos e vestuário” e “Fiação” que empregam conjuntamente mais de 4,5% da mão de obra formal.

O mesmo quadro de especialização setorial do mercado de trabalho se observa em Monte Sião. Dos seus 4.086 empregados formais, em 2004, segundo a Rais, mais de 49%, ou 2.004 trabalhadores, estavam empregados na indústria de transformação. Do total de empregados na indústria de transformação, mais de 92,2% eram empregados na “Fabricação de Tecidos e Artigos de malha”, ou seja, do total de empregados formais no município de Monte Sião, cerca de 45,2% estavam associados ao segmento de malharias, sem contar os mais de 6,5% do comércio varejista de vestuário e tecidos.

O quadro acima, ao descrever a extrema especialização do mercado de trabalho local coligado aos principais municípios do aglomerado produtor de malhas do Sul de Minas, demonstra como a mão de obra local se encontra diretamente dependente do ritmo de produção, expansão e retração do mercado de malhas local. Sem contar, além disso, com o número de trabalhadores informais (sem registro em carteira) que eventualmente oferecem serviços às malharias na condição de subcontratados e terceirizados e que não aparecem nas estatísticas oficiais. Segundo estimativa da Prefeitura municipal de Jacutinga, dos cerca de 431 estabelecimentos formais da “indústria de malhas” em seu cadastro, haveria pelo menos mais de 10% de estabelecimentos informais adicionais.

Selingardi-Sampaio; Pinheiro (1994, p. 28) apontam que a forma mais comum de trabalho externo da indústria de confecções é a contratação de um operário, tanto

por um empresário quanto por um intermediário, para produzir em sua casa mediante pagamento efetuado por peça produzida. Tal sistema disciplinador tem a vantagem ao empresário em obter: **A)** redução nos custos variáveis do trabalho; **B)** redução nas despesas gerais ou custos fixos do trabalho (aluguel, manutenção, etc.); **C)** redução em custos com entrega e recebimento de peças e partes produzidas (logística), treinamento de pessoal, etc; **D)** aumento da flexibilidade na produção e, **E)** funciona como uma estratégia anti-sindical (dificulta a organização coletiva). Além disso, como mostra a **tabela 32**, a relação de trabalho terceirizado é utilizada freqüentemente para acabamento e bordado de peças semi-acabadas, encontrando-se também significativa quantidade de estabelecimentos que se utilizam desse tipo de serviço para toda a produção ou ao menos parte dela.

Tabela 32 - Terceirização de Etapas da Produção no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

ETAPAS DA PRODUÇÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Parte da Confeção	12 (31,57%)	11 (27,5%)
Toda a Confeção	3 (7,89%)	3 (7,5%)
Acabamento e Bordado	28 (73,68%)	23 (57,5%)
Não utilizam	10 (26,3%)	14 (35%)
Total de escolhas	53	51

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

No quadro de ocupações da indústria têxtil do Circuito das malhas, o maior número de empregos, cerca de 46,8% em Jacutinga e 47,4% em Monte Sião, são oferecidos pelas ocupações de “operadores de tear e máquinas”, “operadores de máquinas para costura de peças do vestuário” e “operadores de máquinas para bordado e acabamento em roupas”. Trata-se de ocupações que estão diretamente relacionadas ao trabalho na linha de produção das indústrias de malha e cuja qualificação e treinamento afetam decisivamente a produtividade e competitividade das malharias locais. (**tabela 33**)

Tabela 33 - Principais Ocupações da Produção Têxtil no “Circuito das Malhas” em 2.004.

	JACUTINGA	%		MONTE SIÃO	%
Operadores de tear e máquinas similares	392	20,36	Operadores de tear e máquinas similares	420	22,68
Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	296	15,38	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	286	15,44
Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	213	11,06	Supervisores da indústria têxtil	230	12,42
Lavadores e passadores de roupa, a mão	146	7,58	Operadores de máquinas para bordado e acabamento de roupas	172	9,29
Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis	138	7,17	Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	160	8,64
Supervisores da indústria têxtil	123	6,39	Operadores do comércio em lojas e mercados	125	6,75
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	107	5,56	Lavadores e passadores de roupa, a mão	102	5,51
Operadores do comércio em lojas e mercados	73	3,79	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	82	4,43
Operadores da fiação	71	3,69	Técnicos têxteis	45	2,43
Trabalhadores do acabamento de artefatos de tecidos e couros	51	2,65	Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logra...	38	2,05
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	49	2,55	Tintureiros, lavadeiros e afins, a máquina	34	1,84
Receptionistas	31	1,61	Inspetores e revisores de produção têxtil	30	1,62
Gerentes de produção e operações em empresa da indústria extrativa,...	27	1,4	Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis	20	1,08
Total de ocupações	1717	100	Total	1744	100

Fonte: Rais, 2004. Organização: Lucas Labigalini Fuini

A mão-de-obra das malharias, em sua totalidade, está empregada em estabelecimentos de micro e pequeno portes, sendo mais de 33% em micro-empresas (0-19 funcionários), e o restante, cerca de 67%, em pequenas empresas. Muitas dessas empresas foram formadas pela iniciativa de ex-funcionários de malharias que resolveram montar um negócio próprio, a partir do conhecimento prévio adquirido. Desse modo, confunde-se muito nas relações de emprego local, o vínculo de produção e de trabalho profissional com os vínculos familiares e de amizade, valendo-se o pequeno empresário do trabalho dos filhos, esposa, parentes e vizinhos, em relacionamento que muitas vezes não implica formalização contratual, mas, que em contrapartida, garante fonte de emprego e de renda para os moradores locais.

Nesse contexto, foi identificada apenas uma entidade sindical que representa os trabalhadores da indústria de malhas da região, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário, Confecções, Malharias e Similares, conhecido como Sindicavespar. Segundo informações fornecidas pela diretora-

secretária da instituição, Sr.a Benedita Donizeti Soares, o sindicato foi fundado em 1979, com sede no município de Pouso Alegre, e teve sua base operacional estendida para a parte sul de Minas em 1996. A subsede de Monte Sião se encontra em operação desde 2004. A área de atuação do sindicato corresponde a um conjunto de 37 municípios da região sul-mineira, divididos em três bases operacionais: Pouso Alegre, Cambuí e Monte Sião. Na região do Circuito das malhas (Monte Sião), o sindicato encontra dificuldades operacionais devido ao pequeno número de trabalhadores filiados, considerando que em toda a sua área de abrangência são cerca de 600 associados e 4.000 representados.

Dentre as ações realizadas pelo sindicato, encontra-se a negociação de reajustes salariais nas datas-base previstas em Convenção Coletiva de trabalho³⁴, a oferta de atendimento médico, odontológico e assistência jurídica para os associados, oferta de cursos de qualificação (informática e tecelagem) anuais e apoio para realização de denúncias junto ao Ministério do Trabalho sobre condições de trabalho. Segundo a secretária sindical, a principal dificuldade para a ação sindical local é o registro de altas taxas de informalidade da mão-de-obra ligada a indústria de malhas, sobretudo aquela classificada como “terceirizada” ou “subcontratada” que, na opinião do sindicato, constituem formas de empregos precárias que trazem benefícios apenas aos proprietários.

Nas microempresas e malharias de “fundo de quintal” confundem-se os papéis de empregado e patrão devido aos vínculos de amizade que se estabelecem, implicando irregularidades nos vínculos empregatícios que atrapalham a ação sindical. Há um grande receio de os trabalhadores formalizarem queixa junto ao sindicato por conta da dificuldade posterior de se reempregarem. Aqueles que procuram os serviços do sindicato geralmente reclamam das jornadas excessivas, sobretudo de trabalho noturno, e o não cumprimento de convenções coletivas, como o pagamento de horas-extras trabalhadas. Já houve casos de trabalhadores que chegaram a ficar dois anos sem registro. (Dados colhidos em entrevista).

O conflito entre capital e trabalho não se coloca de forma tão definida nesta estrutura produtiva com fortes raízes no trabalho doméstico, visto que a origem geográfica da mão-de-obra local está relacionada com os próprios municípios de Jacutinga e Monte Sião ou a municípios e distritos vizinhos, como Sapucaí,

³⁴ A regra para reajuste salarial na indústria de calçados, confecções e malharias foi regulamentada a partir de 1º de julho de 2006. As empresas se obrigam a reajustar o salário de seus empregados no percentual de 2,79%, referente ao INPC/IBGE acumulado no período de 01/07/2005 a 30/06/2006, percentual este que incidirá sobre os salários vigentes em Junho de 2006, excetuando aumentos por promoção, transferências, aprendizado, etc. (Caderno de Orientações do Sindicavespar).

Eleutério, Itapira, Lindóia e Águas de Lindóia. Desse modo, a relação entre sindicato e empresários não chega a ser conflituosa, mas não há qualquer forma de cooperação e projetos comuns entre Associação Comercial e Industrial e sindicato. O sindicato também não foi convidado a participar da Associação do Circuito das Malhas, demonstrando o isolamento da entidade face aos interesses prevaletentes do empresariado na estrutura do APL.

Nas malharias de maior porte, com mais de vinte funcionários organizados em linhas de produção, a relação de trabalho assalariada e impessoal já supera os vínculos domésticos, sobretudo pelo maior número de trabalhadores e pelo nível de produtividade industrial. Nas malharias com até nove funcionários, a maior parte da estrutura produtiva em Monte Sião, explora-se maciçamente o trabalho familiar e, apesar de já contarem com moderno maquinário têxtil, algumas empresas diminuem drasticamente sua produção em período de baixa temporada (primavera), chegando mesmo a parar totalmente a produção e adquirir mercadorias apenas por meio da subcontratação. (tabela 34)

Tabela 34 – Quantidade Média de Funcionários Diretos por Empresa no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

FUNCIONÁRIOS (VENDEDORES, LINHA DE PRODUÇÃO, COSTUREIRAS)	JACUTINGA	MONTE SIÃO
0-9	12 (31,6%)	21 (52,5%)
10-29	18 (47,4%)	16 (40%)
30-49	5 (13,2%)	2 (5%)
mais de 50	3 (7,9%)	1 (2,5%)
Total de empresas	38 (100 %)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Dessa forma, na contratação de um funcionário, para a maior parte das malharias pesam mais fortemente, na atualidade, critérios como a “qualificação e competência” na comparação com quaisquer outros (tabela 35). Os vínculos familiares e de amizade parecem já não ter o mesmo peso nas contratações que possuíam dentro da estrutura produtiva semidoméstica de anos anteriores. O uso de equipamentos computadorizados e o ritmo de produção inerente à expansão dos vínculos comerciais externos ao Circuito colocaram sobre a mão-de-obra um nível de exigência de produtividade e de qualidade mínima que se faz presente nos vínculos empregatícios atuais. O salário foi um outro critério apontado como importante em contratações por uma minoria dos estabelecimentos, apesar de o

próprio sindicato admitir que a média salarial da região é alta em comparação com suas outras bases de atuação.

Tabela 35 – Fatores Importantes para Contratação de Mão-de-Obra no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

FATORES	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Vínculos familiares e de Amizade	6 (15,8%)	8 (20%)
Qualificação e competência	38 (100%)	37 (97,4%)
Idade	2 (5,3%)	1 (2,5%)
Salário	6 (15,8%)	4 (10%)
Total de escolhas	52	50

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Quanto à qualificação, há uma preocupação recente e incipiente das malharias com o aprimoramento em conhecimentos tecnológicos, gerenciais e básicos de sua mão-de-obra, demanda em parte atendida pelos cursos e treinamentos fornecidos em parceria com as Associações Comerciais e Industriais, apesar das críticas já assinaladas quanto à diversidade e frequência de tais serviços e a demanda por cursos de formação e treinamento permanentes.

A mão-de-obra dos municípios do “Circuito das Malhas” se encontra em patamar de instrução formal média inferior aos da média dos Estados de Minas e de São Paulo, que têm como faixa principal de instrução o 2º. Grau completo (**tabela 36**). Em Jacutinga, apesar do aumento de empregados com nível médio e superior de instrução e redução de analfabetos e com ensino escolar básico (4ª. Série), ainda prevalece, em 2004, perto de 60% da mão de obra com apenas oito anos de estudo ou menos. A mesma tendência se repete em Monte Sião, que viu reduzir o número de empregados em patamares de instrução mais baixos e analfabetos e aumentar os indivíduos no nível médio e superior, mas ainda prevalecendo a maior parte da mão-de-obra, mais de 50%, com apenas oito anos de estudo ou menos. Em média, Monte Sião exibe patamares de instrução média da mão-de-obra da “indústria de malhas”, inferior ao de Jacutinga, sobretudo no nível médio e superior.

Esses dados não definem, na verdade, o gabarito de qualificação³⁵ da mão-de-obra local na atividade de produção de malhas. Reconhece-se positivamente a

³⁵ Por qualificação entende-se o conjunto de competências e habilidades úteis ao exercício de determinada função ou atividade profissional e que não se reduzem apenas a um estoque de conhecimentos técnicos adquiridos em treinamento ou cursos de formação. A qualificação envolve uma mescla de conhecimentos formais adquiridos em centros de formação e conhecimentos tácitos, ou informais, adquiridos em experiências de trabalho e relações sociais cotidianas, também chamado de *saber-fazer*.

importância do elevado conhecimento informal adquirido pelos trabalhadores na prática da produção de malhas, transmitida de geração em geração, como ingrediente do sucesso competitivo regional, mas, a elevação da escolaridade do trabalhador ao atingir patamares médios e superiores, permitiria às malharias locais obterem incrementos técnicos e produtivos significativos, associados ao aperfeiçoamento pessoal da mão de obra, com vistas à progressão dos estudos em cursos técnicos, de especialização e superiores.

Tabela 36 – Nível de Instrução da Mão-de-Obra e Evolução no Circuito das Malhas e no Segmento de Malhas (%) entre 1.999 e 2.004.

Nível de Instrução	JACUTINGA			MONTE SIÃO			ESTADO DE MINAS	ESTADO DE SP
	1999	2002	2004	1999	2002	2004	2004	2004
Analfabeto	1,09	1,96	0,78	0,24	0,52	0,11	0,22	0,29
4ª série incompleta	9,02	5,5	4,26	5,74	3,34	3,35	2,90	4,02
4ª série completa	13,58	7,27	7,79	35,65	28,71	17,39	15,41	11,03
8ª série incompleta	25,89	26,06	17,51	36,72	25,16	26,62	21,33	18,00
8ª série completa	29,63	33,71	41,71	12,32	21,09	24,24	20,80	21,85
2º grau incompleto	11,12	9,87	13,09	5,02	8,98	13,39	12,92	11,44
2º grau completo	9,21	14,48	13,3	3,95	11,59	13,93	23,14	27,79
Superior incompleto	0,36	0,63	0,88	0,36	0,31	0,65	1,49	1,93
Superior completo	0,09	0,51	0,68	0	0,31	0,32	1,80	3,66
Total (100%)	1.897	1.581	1.925	836	1.916	1.852	38.539	111.073

Fonte: Rais, 1999, 2002, 2004. **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

A pesquisa diagnóstica do MDICex (Monte Sião, 2003), por exemplo, traz dados que indicam que mais de 21% das empresas consideram a capacitação dos empregados como um gargalo à competitividade, no entanto, mais de 67% delas nunca realizou treinamento de funcionários. Comparando esses dados com os da **tabela 37**, por exemplo, percebe-se que quase 67% das empresas entrevistadas admitiram que a qualificação da mão-de-obra local é adequada aos atuais patamares tecnológicos e competitivos, sendo que poderia ser melhorada, mas ainda não chega a comprometer o desempenho das empresas. Esse dado indica que a maior parte das empresas reconhece como importante o *know-how* local, mas julgam que apenas esse fator na atualidade já não é mais suficiente. O diretor de Comércio, Indústria e Turismo de Monte Sião admitiu também que durante o período de grande crescimento da produção local de malhas, entre 1998 e 2001, não houve

preocupação dos empresários com investimentos em capacitação dos empregados, ocorrendo todo tipo de gastos com artigos de luxo (automóveis importados, festas, chácaras de lazer, etc.) devido ao enriquecimento rápido de algumas famílias e de suas empresas, sem haver preocupação com uma possível estagnação e retração do mercado de malhas no futuro.

Tabela 37 – Qualificação da Mão-de-Obra no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

QUALIFICAÇÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Adequada	9 (23,7%)	11 (27,5%)
Adequada, mas poderia melhorar	26 (68,4%)	27 (67,5%)
Inadequada, mas não chega a comprometer o desempenho da empresa	3 (7,9%)	2 (5%)
Péssima, comprometendo o desempenho da empresa	-	-
Total de empresas	38 (100%)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Detecta-se demanda de mais 90% das empresas de Jacutinga e Monte Sião, por uma oferta maior e permanente de cursos de nível técnico, especialização e treinamento voltados à produção de artigos de malhas (**Tabela 38**). Algumas poucas empresas indicaram também cursos técnicos na área de vendas e gerenciamento. Entre 18% a 17% dos estabelecimentos ressaltaram, também, a escolarização básica como um problema que demanda melhorias. Quanto aos cursos de nível superior, muitos estabelecimentos consideraram relevantes, mas não essenciais. As iniciativas das Associações Comerciais e Industriais locais suprem parcialmente as demandas locais para o primeiro quesito, oferecendo cursos nas áreas de vendas, gerenciamento, comércio exterior, corte e costura, tecelagem, etc. Segundo o diretor de Indústria, Comércio e Turismo de Monte Sião, tais cursos são oferecidos a toda a comunidade e por 30% do valor de mercado, mas apesar disso, é a minoria dos empresários que procuram tais serviços.

Tabela 38 – Demandas para Melhoria da Qualificação da Mão-de-Obra no Circuito das Malhas (%) em Set. /2.006.

DEMANDA E QUALIFICAÇÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Cursos técnicos, especialização e treinamento (vendas, produção)	36 (94,7%)	35 (87,5%)
Cursos em nível superior	6 (15,8%)	7 (17,5%)
Escolarização básica	7 (18,4%)	7 (17,5%)
Total de escolhas	49	49

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Outra característica marcante da mão-de-obra local é sua composição por sexo (**tabela 39**). Trata-se de um mercado de trabalho predominantemente feminino, dado que normalmente destoa dos índices de participação feminina no mercado de trabalho industrial. Tal estrutura sexual da mão-de-obra, predominantemente feminina no segmento de malhas, é explicada pelas tarefas relacionadas ao tricô, crochê e bordado de peças que a tradição confere às mulheres a primazia da habilidade e delicadeza no confeccionar. No entanto, conforme se dá a expansão recente no uso de máquinas automáticas, mescladas às manuais, a participação masculina tem aumentado. Entre 1999 e 2004, a participação masculina na mão-de-obra das malharias de Jacutinga e Monte Sião teve um aumento de 7% a 8%. Tem sido cada vez mais comum, então, a presença de homens no manuseio de máquinas de costura, algo impensável há vinte anos.

Tabela 39 – Divisão por Sexo da Mão-de-Obra Empregada do Setor de Malhas (%) entre 1.999 e 2.004.

	2004		2002		1999	
	JACUTINGA	MONTE SIÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Masculino	39,53	37,42	37,57	35,59	31,72	29,55
Feminino	60,47	62,58	62,43	64,41	68,28	70,45

Fonte: Rais, 2004. Organização: Lucas Labigalini Fuini

A estrutura etária da mão-de-obra empregada no setor de malhas (**tabela 40**) se concentra nas faixas de 18 a 24, 25 a 29 e 30 a 39 anos, perfazendo uma média etária de 28,9 anos, em Jacutinga, e 28,3 anos, em Monte Sião. Trata-se de uma mão de obra predominantemente adulta, com pequena quantidade de menores de 17 anos, até por conta da declaração de vínculo empregatício, valorizando-se, de certa forma, a juventude mesclada com a experiência mínima necessária ao trabalho na produção de malhas.

Tabela 40 - Divisão por Faixas Etárias da Mão-de-Obra Empregada no Setor de Malhas (%) em 2.004

Estrutura Etária	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Média etária	28,99	28,39
Ate 17 anos	5,14	3,78
18 a 24 anos	36,62	38,12
25 a 29 anos	19,32	22,84
30 a 39 anos	23,32	23,16
40 a 49 anos	10,75	8,86
50 a 64 anos	4,62	3,19
65 ou mais	0,21	0,05
Total	1.925 (100%)	1.852 (100%)

Fonte: Rais, 2004. Organização: Lucas Labigalini Fuini

No quesito remuneração e relação salarial (**tabela 41**), considerando-se os valores salariais médios, percebe-se um progresso razoável na remuneração média dos empregados na “Fabricação de Produtos têxteis”, tanto em Jacutinga quanto em Monte Sião. Em Jacutinga, entre 1999 e 2004, houve uma progressão salarial da ordem de 105,7 %. O aspecto negativo que pode ser verificado é que suas médias salariais, tanto em salários mínimos quanto em valores, são sempre inferiores às médias verificadas em Monte Sião, no estado de Minas, e no país. Tomando o ano de 2004 como base, observa-se que a remuneração média em valores de Jacutinga é 18,1% inferior a de Monte Sião, 13,4% inferior à média do Estado de Minas e 53,8% inferior à média do país.

Monte Sião, por sua vez, apresentou, entre 1999 e 2004, uma progressão salarial média da ordem de 116%, estando levemente à frente de Jacutinga no ritmo de evolução na remuneração. Na comparação com Jacutinga, Monte Sião sempre exibiu médias, tanto em salário mínimo quanto em valores, superiores ao do município vizinho. Na comparação com as médias do Estado de Minas, apenas em 1999, Monte Sião apresentou média de remuneração inferior, estando, em 2004, em um patamar salarial médio 4,1% superior ao do Estado. Na comparação com a média do país, no entanto, Monte Sião se encontra em um patamar salarial 30,1% inferior.

Tabela 41 – Evolução da Remuneração da Mão-de-Obra, em Salários mínimos e reais, no Circuito das Malhas (valores em salários mínimos e reais) entre 1.999 e 2.004.

	JACUTINGA		MONTE SIÃO		ESTADO DE MINAS		BRASIL	
	Salário mínimo	Valores(R\$)	Salário mínimo	Valores (R\$)	Salário mínimo	Valores (R\$)	Salário mínimo	Valores (R\$)
1999	1.932,26 / 1,76	260.430,76 / 237,40	1.655,48 / 1,98	223.337,73 / 267,15	86.176,85 / 2,72	11.575.347,59 / 364,83	969.305,82 / 3,67	130.211.353,17 / 493,53
2002	3.197,59 / 2,02	630.084,13 / 398,54	4.860,49 / 2,54	957.291,75 / 499,63	87.053,33 / 2,36	17.098.516,10 / 462,82	890.170,56 / 3,10	174.630.379,04 / 609,11
2004	3.660,13 / 1,9	940.069,96/ 488,35	4.164,96 / 2,25	1.068.693,17 / 577,05	83.401,65 / 2,16	21.355.491,70 / 554,13	880.666,91 / 2,94	225.034.587,12/ 751,13

Fonte: Rais, 1999, 2002, 2004. (Valores do salário mínimo em 31/12: 1999 – R\$ 136,00; 2002– R\$ 200,00; 2004 – R\$ 260,00)

Ao se analisar a progressão salarial dos municípios do “Circuito das Malhas”, sob o critério dos salários mínimos, nota-se uma oscilação com leve queda na remuneração média entre 2002 e 2004. Tal queda também se pronuncia, mas de forma descontínua, nas médias de remuneração do estado de Minas e do país.

Esses dados revelam, na verdade, que o salário mínimo entre 1999 e 2004 sofreu reajustes sucessivos, em uma média de 91,17% e, deste modo, os possíveis reajustes salariais individuais acabaram ficando abaixo do ritmo de evolução do salário mínimo, excetuando o período entre 1999 a 2002 para os municípios de Jacutinga e Monte Sião.

Tal montante de remuneração, no entanto, não se encontra homogeneamente distribuído entre a mão-de-obra (**tabelas 42 e 43**). Observando-se os critérios de nível de instrução e tipo de ocupação é possível configurar melhor tal diferenciação. Os municípios de Jacutinga e Monte Sião não exibem diferenciação salarial por nível de instrução muito acentuada. Em Jacutinga, por exemplo, a diferença entre o salário de um empregado com nível de ensino superior completo e de um com menos de 4 (quatro) anos de estudo é de 161,4% e, de um com nível superior em relação a um analfabeto é de 95,8%. Chega-se, deste modo, a constatar a ocorrência de situações atípicas como, por exemplo, um trabalhador analfabeto obter uma média salarial superior a trabalhadores com mais de oito anos de estudo.

Em Monte Sião, o quadro parece menos hierarquizado ainda, já que a diferença salarial entre um trabalhador com nível de instrução superior completo e um analfabeto é de apenas 12,1%, aparecendo como o nível de instrução com menor média salarial o “superior incompleto”, ou seja, pessoas com mais de 11 anos de estudo podem obter remuneração média inferior a de um trabalhador com apenas 4 (quatro) anos de estudo e um trabalhador analfabeto. Tal situação complexa do quadro salarial por nível de instrução nos municípios do “Circuito das malhas” só ocorre ainda por conta da valorização mais acentuada do “saber-fazer” e conhecimentos adquiridos informalmente no trabalho com confecções de artigos de malha. Outro dado que pode ainda explicar tal estrutura salarial é o pequeno número de trabalhadores nestes municípios com formação de nível superior e médio completo.

Desse modo, a formação escolar e os conhecimentos adquiridos formalmente têm sido fatores, até o momento, subvalorizados nos principais centros produtores de malhas do Sul de Minas na comparação com a qualificação adquirida em prática. Essa situação já não corresponde às médias do estado de Minas e do Brasil. No estado de Minas, por exemplo, a diferença salarial entre o primeiro nível, o superior completo, e o último nível, o de analfabetos, é de 453,5 %, e no Brasil, é de 541,7% entre o nível superior completo e os analfabetos.

Tabela 42 – Variação da Remuneração em Salários Mínimos por Nível de Instrução no Circuito das Malhas (valores absolutos) em 2.004.

	JACUTINGA		MONTE SIÃO		ESTADO DE MINAS		BRASIL
Superior completo	4,21	Superior completo	2,5	Superior completo	9,3	Superior completo	12,45
Superior incompleto	2,55	4ª série completa	2,42	Superior incompleto	3,99	Superior incompleto	5,58
Analfabeto	2,15	2º grau completo	2,3	2º grau completo	2,32	2º grau completo	2,95
2º grau completo	2,15	8ª série completa	2,28	8ª série completa	2,01	4ª série completa	2,68
8ª série incompleta	1,92	Analfabeto	2,23	4ª série completa	1,9	8ª série completa	2,51
8ª série completa	1,85	8ª série incompleta	2,19	8ª série incompleta	1,88	8ª série incompleta	2,49
4ª série completa	1,81	4ª série incompleta	2,18	2º grau incompleto	1,84	4ª série incompleta	2,36
2º grau incompleto	1,76	2º grau incompleto	2,05	4ª série incompleta	1,72	2º grau incompleto	2,29
4ª série incompleta	1,61	Superior incompleto	2,05	Analfabeto	1,68	Analfabeto	1,94

Fonte: Rais, 2004.

Na abordagem do quadro salarial por tipo de ocupação já é possível evidenciar claramente as hierarquias salariais existentes no seio da indústria de malhas. Em Jacutinga, por exemplo, a discrepância salarial entre um administrador e um operador de tear e máquinas é de 341,5%, e de um administrador e um operador de máquinas de costura é de 358,8%. Na relação do tipo de ocupação com maior remuneração média e o segundo maior há uma discrepância de 56,7%. Em Monte Sião tais diferenciações salariais são exponencialmente menores, muito em decorrência da maior remuneração dos trabalhadores na linha de produção (operadores), em comparação com Jacutinga. A distância salarial entre um “técnico mecânico” e um “operador de máquinas de costura”, primeiro e último posto de remuneração em Monte Sião, é de cerca de 102%.

Tabela 43 – Variação da Remuneração em Salários Mínimos por Tipo de Ocupação no Circuito das Malhas (% - total =100%) em 2.004.

	OCUPAÇÕES	JACUTINGA	OCUPAÇÕES	MONTE SIÃO
1	Administradores	9,36	Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e...	4,75
2	Gerentes de tecnologia da informação	5,97	Gerentes de produção e operações em empresa da indústria extrativa,...	4,15
3	Supervisores administrativos	5,37	Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações	3,96
4	Supervisores de vendas e de prestação de serviços	3,87	Artistas visuais e desenhistas industriais	3,93
5	Gerentes administrativos, financeiros e de riscos	3,76	Secretárias executivas e bilíngües	3,59
13	Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	2,66	Supervisores na confecção do vestuário	2,42
14	Desenhistas projetistas e modelistas de produtos e serviços diversos	2,35	Supervisores da indústria têxtil	2,38
15	Supervisores na confecção do vestuário	2,19	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	2,35
16	Operadores de tear e máquinas similares	2,12	Tintureiros, lavadeiros e afins, a máquina.	2,35
17	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	2,04	Trab. de tratamento de superfícies de metais e de compósitos (termo...	2,35
	Total	1.925 (100%)	Total	1.852 (100%)

Fonte: Rais, 2004, com base no CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações).

A análise da rotatividade da mão-de-obra (**tabela 44**), no período de Agosto de 2004 a Agosto de 2005, indica uma retração do mercado de trabalho na indústria de malhas nos municípios de Jacutinga e Monte Sião, ao contrário dos dados para o setor no Estado de Minas e no Brasil, que apresentaram leve expansão. Essa retração tem, em grande medida, relação com os fatores apontados como principais gargalos à competitividade do “Circuito das malhas”: o calor atípico que ocorreu na temporada outono-inverno de 2005 e a entrada dos têxteis chineses no país cujo *boom* ocorreu justamente em 2005. O movimento de desligamento de funcionários nas malharias teve como principal instrumento, tanto em Jacutinga (83,5%) quanto em Monte Sião (87,2%), a demissão sem justa causa, ou seja, o corte de custos e redução de folha de pagamento em decorrência da momentânea crise do setor de malhas na região.

Tabela 44 – Rotatividade da Mão-de-Obra na Indústria Têxtil no Circuito das Malhas (valores absolutos) em 2.004.

	JACUTINGA	MONTE SIÃO	MINAS GERAIS	BRASIL
Admitidos	822	756	14.257	115.701
Desligados	1.089	996	12.665	106.250
Total	-267	-240	1.592	9.451

Fonte: Rais, 2004. Organização: Lucas Labigalini Fuini

Como forma de concluir esta detalhada análise do mercado de trabalho e do comportamento da mão-de-obra da indústria de malhas em Jacutinga e Monte Sião, pode-se considerar que a mão-de-obra é um recurso importante para a competitividade da região e sua especificidade tem relação direta com a história e com a cultura da produção e confecção de malhas local. No entanto, encontram-se uma série de lacunas e fatores a evoluir quanto à qualificação, formalização e instrução do trabalhador local, elementos que já se colocam, mesmo que ainda de forma incipiente, como importantes gargalos da competitividade territorial dos principais municípios produtores de malhas do Estado de Minas, situação acentuada pela extrema especialização e dependência econômica do Circuito com relação ao segmento de malharias.

7– GOVERNANÇA E ARCABOUÇO SÓCIOINSTITUCIONAL

O termo governança, aplicado ao contexto sócioprodutivo do “Circuito das Malhas”, traz a possibilidade de se identificar os principais atores que atuam e exercem influência nas dinâmicas econômico-territoriais locais e cujas sinergias e vínculos permitem a construção de instituições e organizações, algumas delas formalizadas e sedimentadas, como as Associações comerciais e Poder público local (Prefeituras), e outras ainda em estágio latente, baseadas em acordos e convenções tácitas, como é o caso do Circuito Turístico das Malhas. Sem contar a ação das próprias malharias e confecções locais, que são atores primordiais, ao lado do poder público, na definição das formas e estratégias de competitividade territorial local.

Concordamos então com Markusen (2002, p. 58) quando concebe os atores enquanto elementos essenciais no processo decisório no âmbito da geografia econômica, sendo definidos como:

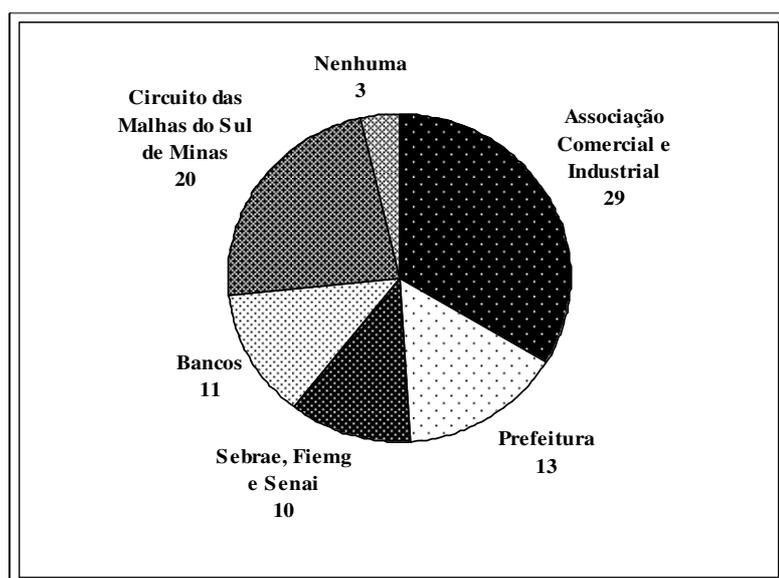
(...) instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que definem estabelecer ou criar firmas em determinados locais, trabalhadores que tomam a decisão de migrar, incluindo também entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, sindicatos trabalhistas e, acima de tudo, o Estado.

A atividade de intermediação que as Associações Comerciais e Industriais exercem cria facilidades quanto ao acesso a determinados serviços de consultoria, capacitação para o trabalho e logística. Esse papel é bem caracterizado em Monte Sião, onde a entidade é referência em treinamento gerencial para cerca de 35% das empresas e treinamento de funcionários para mais de 27%. Instituições como SEBRAE e SENAI aparecem também como relevantes na oferta de assessoria técnica, treinamento gerencial e treinamento da mão-de-obra, geralmente consorciados com as próprias Associações Comerciais e Industriais e Prefeituras locais.

No município de Jacutinga (**figura 17**), por exemplo, mais de 76% dos estabelecimentos identificaram a Associação Comercial e Industrial local, a ACIJA, como uma instituição importante para a indústria de malhas do município, ou seja, as mesmas malharias já fizeram uso de algum tipo de serviço ou vantagem oferecido pela Associação. Em Monte Sião (**figura 18**) ocorre situação semelhante,

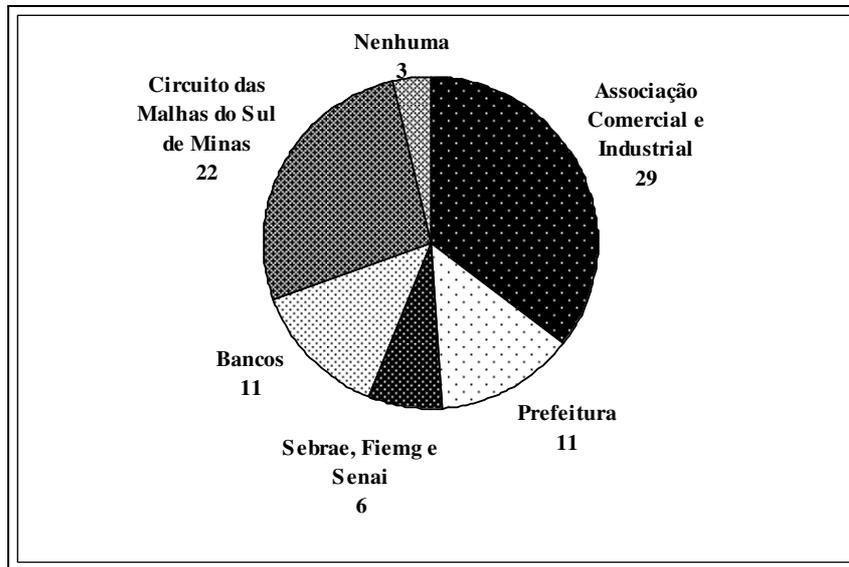
com mais de 72% das malharias indicando a Associação Comercial e Industrial local, ACIMS, como a instituição mais atuante no município. Em segundo lugar, em ambos os municípios, aparecem o “Circuito das Malhas do Sul de Minas” que, apesar de ainda não desenvolver muitas ações concretas como instituição, já é utilizado como referência pelos produtores locais devido às vantagens de divulgação externa e o referencial de procedência e qualidade de produção que o termo confere à indústria de malhas da região. Em um terceiro patamar, como referência institucional do Circuito das Malhas, estão as prefeituras, muito próximas dos bancos (públicos e privados), a despeito das várias críticas que ambos receberam quanto a investimentos em infra-estrutura e condições de financiamento. Menor parcela mencionou também o apoio do Sebrae e Senai - através de cursos e apoio técnico - geralmente intermediados pelas próprias Associações.

Figura 17 – Instituições mais Atuantes em Jacutinga em Set. /2.006.



Fonte: Pesquisa direta **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

Figura 18– Instituições mais Atuantes em Monte Sião em Set. /2.006.



Fonte: Pesquisa direta **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

Em avaliação mais individualizada da ação das Associações Comerciais e Industriais locais nos respectivos municípios pesquisados (**tabela 45**), constatou-se que, em Jacutinga, a Associação local tem avaliação positiva pela grande maioria das empresas, mais de 70% das entrevistadas, que a classificam como instituição importante e atuante. Entre os campos de atuação da Associação, mais de 96% das empresas assinalaram como relevantes os Cursos e treinamentos nas mais diversas áreas, as Feiras anuais de expositores, o apoio em marketing e divulgação e, em menor proporção, a parte de consultorias (financeira, logísticas, etc). A ineficácia nas ações da entidade, segundo um dos entrevistados, ocorre, sobretudo, na oferta de cursos e treinamento, que poderiam ser mais constantes, direcionados ao setor de malhas e a preços mais acessíveis. O item divulgação-*marketing* foi também apontado como precário por maior parte daqueles que avaliaram negativamente a ação da Associação.

Segundo o coordenador de eventos da ACIJA, a entidade representa os cerca de 300 estabelecimentos comerciais e industriais associados, sendo que, desse total, mais de 70% são especializados no ramo de malhas (fabricação e venda), além, obviamente, de outros estabelecimentos filiados que são indiretamente beneficiados pelo comércio de malhas, como é o caso dos hotéis e restaurantes. Para essas empresas associadas, a Associação oferece, entre outras coisas, os seguintes serviços:

a) Busca permanente de treinamentos (oferta de cursos de aperfeiçoamento), com ênfase no ramo de malharias (cursos de design de moda, atendimento); b) Parcerias com o Sebrae, como o Programa Empreender, para o ramo de malharias e correlatos; b) SCPC: serviço de proteção ao crédito, com garantias aos vendedores e consumidores; c) Intermediação de crédito junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e Caixa Econômica Federal, estreitando caminhos para o micro-crédito, d) Assessoria e Consultas jurídicas aos associados, e) Realização de campanhas promocionais, visando à divulgação e promoção do comércio local, através da distribuição de prêmios aos consumidores e, f) Organizadora da Fest-malhas, feira anual de malhas de Jacutinga. (informações obtidas em entrevistas e no site www.jacutinga.org.br)

O atual presidente da diretoria executiva da ACIJA (**figura 19 e foto 30**), gestão 2005/2006, Sr. Miller Moliani de Lima, já parece também predisposto a reforçar o papel da Associação como interlocutor externo das malharias de Jacutinga, ocupando posição proeminente também dentro do “Circuito das Malhas”, participando de encontros com autoridades políticas do Estado de Minas e de Feiras no sul do país.³⁶

³⁶ Nos dias 24 a 27 de janeiro de 2006 esteve participando da 10ª. Feira Nacional de Inverno, em Gramado/RS, com apoio da Prefeitura Municipal e a Sicotel. Trata-se, segundo informativo da ACIJA, da maior feira profissional de moda outono/inverno do Brasil, reunindo os maiores e mais expressivos fabricantes de roupas e acessórios da indústria nacional de confecção. O objetivo da Associação, com a montagem de um estande institucional no evento, em parceria com a FIEMG e o único nesse caráter, foi promover divulgação ampla da indústria de malhas de Jacutinga. Outra iniciativa relevante do presidente da ACIJA foi a realização de uma visita a instituições com sede em Belo Horizonte, junto ao representante da Associação de Ouro Fino, no início de março, com vistas a apresentação da atual situação da produção de malhas em Jacutinga e “Circuito das Malhas”, estreitamento de laços de cooperação institucional e obtenção de benefícios junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas), SEBRAE/MG, FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas), FEDERAMINAS (Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas) e a ACEMINAS (Associação Comercial de Minas Gerais).

Figura 19 - Logotipo da Associação Comercial e Industrial de Jacutinga.



Fonte: www.jacutinga.org.br

Foto 30 – Sede da ACIJA – R. Major Afonso, 217, Centro



Em Monte Sião, a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviço local, a ACIMS (**figura 20 e foto 31**), já não tem avaliação de desempenho tão positiva como em Jacutinga, apesar de a maior parte das empresas - mais de 57% - apontá-la como entidade importante e atuante, destacando dentre seus serviços a oferta de cursos e treinamentos, o apoio em marketing e divulgação, e, em menor proporção, os serviços de consultoria e a realização de feiras anuais de expositores. Das empresas que consideraram ineficaz a ação da entidade, cerca de 35%, apontaram a necessidade de se oferecer uma maior variedade de cursos, sobretudo para serviços ligados à produção, e com preços acessíveis. Uma minoria dos entrevistados julgou como irrelevante a ação da ACIMS, pois além de não serem associados, nunca necessitaram do tipo do serviço oferecido pela entidade. Aos que avaliaram a atuação da Associação como ineficaz também couberam críticas às prioridades que a Associação dá às empresas com maior porte de capital, que seriam “privilegiadas”. Avaliando essas informações, o presidente da Associação, Sr. Tadeu Rocha, mencionou que a entidade, somente no ano de 2006, realizou, em parceria com a prefeitura, a Fiemg e o Sebrae, seis cursos voltados ao setor de malhas, apontando que muitos empresários do município nunca participaram dos cursos oferecidos pela ACIMS e se colocam em postura passiva, não investindo na modernização de seus negócios.

Tabela 45 – Atuação das Associações Comerciais e Industriais no Circuito das Malhas em Set. /2.006.

AVALIAÇÃO	JACUTINGA			MONTE SIÃO		
Importante	27 (71%)	Cursos treinamento (vendas, logística, moda, máquinas)	26 (96,2%)	23 (57,5%)	Cursos treinamento (vendas, logística, moda, máquinas)	23 (100%)
		Consultorias	11 (40,7%)		Consultorias	13 (56,5%)
		Feiras	19 (70,3%)		Feiras	15 (65,2%)
		Marketing	21 (77,7%)		Marketing	17 (73,9%)
Ineficaz, mas seria importante atuação mais efetiva	10 (26,3%)	Cursos treinamento (vendas, logística, moda, máquinas)	9 (90%)	14 (35%)	Cursos treinamento (vendas, logística, moda, máquinas)	9 (64,3%)
		Consultorias	5 (50%)		Consultorias	3 (21,4%)
		Feiras	6 (60%)		Feiras	7 (50%)
		Marketing	7 (70%)		Marketing	9 (64,3%)
Irrelevante, pois não necessito desse tipo de serviço	1 (2,6%)			3 (7,5%)		
	38 (100%)			40 (100%)		

Fonte: Pesquisa direta **Organização:** Lucas Labigalini Fuini

Segundo a gerente geral da ACIMS, Sr. Regiane de Cássia Machado, a entidade representa as 320 empresas associadas, entre estabelecimentos comerciais e industriais, sendo que mais de 90% desses empresários se dedicam ao ramo de malhas, colocando a entidade como um importante representante do segmento de malhas na região. Para essas empresas associadas, a Associação oferece, portanto, os seguintes serviços:

- a) Treinamento (Cursos, Palestras, Seminários) nas áreas Gerencial, Comportamental, Motivacional, Moda, Design, Empreendedorismo, em cooperação com instituições como Sebrae e Fiemg, b) Assessoria Jurídica, c) Serviço de Informações Cadastrais (SIC), d) Saúde (Clínicas, Unimed, Laboratórios), e) Avaliação em Segurança do Trabalho e Ambiental, f) Elaboração de Plano de Negócios junto ao Banco do Brasil, g) Central de Transportes, h) Serviços diversos de Xérox, encadernação, Fax e Anúncios informativos da Associação, i) Assessoria e manutenção de Computadores, j) Câmara de Mediação de Arbitragem de Monte Sião (CAMANS), l) Curso de Inglês e Orientações Gerais e, m) Organização da FENAT, Feira Nacional do Tricô, a maior feira de tricô do Brasil, que normalmente acontece em Abril, servindo como marco de abertura para a temporada de inverno; n) Participação institucional em Câmaras e Conselhos na

Associação Brasileira da Indústria Têxtil. (informações obtidas em entrevistas e no site www.montesiao.com.br)

Figura 20 e Foto 31 - Logotipo e Sede da Associação Comercial e Industrial de Monte Sião (ACIMS).



Fonte: www.montesiao.com.br e Lucas Labigalini Fuini

As prefeituras municipais podem também exercer papel ativo como atores institucionais locais para o favorecimento da competitividade da indústria de malhas, através do provimento de infra-estrutura para realização de feiras, na negociação junto ao governo estadual para obtenção de melhorias locais e benefícios fiscais para produtores, auxílio na divulgação e marketing do comércio local, neste item em parceria com as Associações Comerciais e Industriais e outros órgãos. No entanto, tais possíveis iniciativas não estão sendo visualizadas pelos produtores de malhas de Jacutinga e Monte Sião (**tabela 46**). Em Jacutinga, mais de 70% das empresas entrevistadas consideraram a ação do poder público local junto ao setor de malhas ineficaz, sobretudo no que tange à divulgação externa da produção local. Essa mesma crítica foi endossada por cerca de 85% das empresas de Monte Sião, que também julgaram ineficaz a ação do Poder público local, sobretudo quanto à atração de novos consumidores à cidade, com base na falta de investimentos em infra-estrutura turística e de lazer.

Em Jacutinga, o principal braço do poder público municipal junto aos produtores de malhas locais é a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Esportes e Lazer (Sicotel). O titular da secretaria desde 2005, Sr. Adriano Fernandes, julga que o problema principal na relação da indústria de malhas com o poder público foi o tipo de postura da gestão municipal anterior (2000-2004) para com o setor, instalando-se um clima de “luta política” entre setores da sociedade local face aos investimentos no ramo de malhas. De forma que o secretário se

coloca como um verdadeiro “representante do setor de malhas na prefeitura”, posto que é proprietário de uma tradicional malharia localizada no município e, por isso, visualiza um enfoque mais promissor para o setor de malhas junto ao poder público e a Sicotel, que tem, em andamento e projeção, as seguintes ações:

a) Realização da Fest-malhas, feira anual de malhas com cerca de 60 expositores, b) incentivo ao turismo de compras através da formação de guias e agenciamento de sacoleiros em grandes centros consumidores (Ex.: Bom, Retiro e Brás em São Paulo), c) gastos com divulgação da produção local em rede de TV e rádio (Transamérica), d) incentivos fiscais para instalação de novas indústrias (Terreno, terraplanagem, negociação do IPTU e ISSQN), e) atuação junto ao governo do Estado para redução de alíquotas (IPI, ICMS)³⁷ e melhoria da malha rodoviária regional, e) participação como membro da Associação do “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas”, com provimento de infra-estrutura e gastos com manutenção. (Informações obtidas em entrevistas)

Em Monte Sião, segundo avaliação da presidente da ACIMS e do diretor de Indústria, Comércio e Turismo, Sr. João Tadeu Dorta Machado, havia um cenário de relacionamento entre indústria de malhas e poder público local semelhante ao que se descreveu em Jacutinga: falta de projetos específicos para o setor e desentendimentos políticos entre segmentos sociais. Mas, a partir de 2005, com uma nova gestão municipal, há perspectivas melhores quanto às iniciativas do poder público para o a indústria local, sobretudo, em decorrência da situação privilegiada que o segmento de malharias agora ocupa em virtude de o presidente da Diretoria executiva da ACIMS - empresário na área de exportação - ocupar também o cargo da Diretoria municipal que é o principal órgão do executivo municipal voltado ao setor produtivo e comercial. Dentre as ações já realizadas pelo poder público, Sr. Tadeu Machado destacou as seguintes ações:

Destinação de recursos para divulgação e propaganda do setor de malhas, por meio de matérias vinculadas na televisão e jornais e através da realização da Fenat; fortalecimento de parcerias com a ACIMS, o Sebrae e a Fiemg para oferta de cursos de capacitação; realização de palestras e eventos sobre design e modas; redução tributária para obtenção de alvará de localização de novos estabelecimentos e, pintura e reforma de placas de trânsito e reparação do asfalto de ruas e avenidas. (Dados obtidos em entrevista).

³⁷ IPTU: Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana, de competência municipal, cuja base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel; ISSQN: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, de competência municipal; IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados, de competência da União, tendo como fator gerador; os desembaraços aduaneiros, a saída do produto dos estabelecimentos e a arrematação; ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de atribuição estadual.

Tabela 46 – Avaliação da Atuação dos Poderes Públicos Municipais no Circuito das Malhas em Set. / 2.006.

AVALIAÇÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Importante	10 (26,3%)	4 (10%)
Ineficaz, mas seria importante uma atuação efetiva	27 (71,1%)	34 (85%)
Irrelevante, pois não necessito desse tipo de serviço	1 (2,6%)	2 (5%)
Total de empresas	38 (100%)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Mas há sinais de que as iniciativas anteriormente mencionadas ainda não foram muito bem assimiladas pelos empresários, tanto em Jacutinga quanto em Monte Sião, visto que é precário o vínculo cooperativo e de aproximação entre o poder público e os comerciantes e industriais da região para sensibilização em relação aos projetos da prefeitura e, mesmo, divulgação dos progressos possivelmente alcançados ou a alcançar com a política industrial corrente. Um âmbito de cooperação entre poder público e empresariado local tradicionalmente reconhecido ocorre por conta da realização conjunta das Feiras Anuais de Expositores em Jacutinga e Monte Sião (**fotos 32 a 36**), envolvendo parcerias entre Associações Comerciais e Industriais e Prefeituras municipais. Essas feiras funcionam como marco de abertura da temporada outono-inverno, período de maior fluxo de vendas no comércio local. Mas, diante das restrições quanto às estratégias de cooperação e auxílio mútuo entre atores locais, há dificuldades no acesso a possíveis benefícios em termos de inovação institucional e práticas modernizantes que seriam alcançados através da expansão de parcerias formais e informais entre os atores locais que funcionam bem nos períodos de Feira.

Em Jacutinga realiza-se há vinte e nove anos a Fest Malhas, feira anual que reúne as principais malharias do município em um grande pavilhão de vendas, com realização concomitante de desfiles de moda. Tal evento ocorre, normalmente, em um período de sete a nove dias, geralmente nos meses de Abril-Maio e tem como principais realizadores a ACIJA e a Prefeitura Municipal de Jacutinga, além dos patrocinadores e apoios institucionais e não institucionais. Segundo estimativas do Secretário da Indústria e Comércio de Jacutinga, circularam pelo município nos dias da feira (2006), cerca de 85.000 pessoas, na comparação com as 73.000 de 2005, gerando um fluxo de vendas para o comércio local, incluindo expositores e lojas de rua, na casa dos 10 a 12 milhões de reais. O evento tem como função principal levar

ao grande público as novas coleções de outono e inverno produzidas em Jacutinga, servindo, de acordo com entrevistas realizadas no próprio evento neste ano, aos seguintes objetivos gerais:

a) diminuir os estoques das coleções outono/inverno que não foram vendidos nas lojas da cidade; b) ampliar contato com clientes no atacado e varejo, sobretudo o pequeno varejista que pode se tornar cliente da malharia futuramente e, c) realizar vendas no período da feira, sobretudo no varejo em pequenas quantidades, vendas concentradas nos finais de semana. (Informações obtidas em entrevistas)

Fotos 32, 33 e 34 – Mosaico de Imagens da 29ª. Fest-Malhas (Jacutinga, 2006)



Fonte: <http://www.jacutinga.org.br> e Lucas Labigalini Fuini

Monte Sião, por seu turno, realiza sua feira anual de malhas, a Fenat (Feira Nacional do Tricô) desde 1972, e está em sua 31ª. edição. Segundo consta no site da ACIMS, essa feira ocorre geralmente no mês de abril e começou como uma exposição no hall de entrada do Grande Hotel Monte Sião, passando como exposição pelo Centro Educacional de Monte Sião (hoje prédio da Prefeitura Municipal da cidade), transformando-se em feira de barracas ao redor da Praça Alfredo Zucato e cresceu tanto que justificou até a construção de um local específico para Exposições das Malhas fabricadas na cidade, chamado de "Centro de

Exposições e Lazer". Esse evento, em semelhança com Jacutinga, é também realizado em uma parceria entre Associação Comercial e Industrial e a Prefeitura Municipal, servindo a objetivos semelhantes aos da Fest-malhas, ou seja, apresentar as coleções de inverno ao público e atrair turistas e compradores ao município.

A mídia da Feira promove, na verdade, a cidade como um todo. Vende-se muito bem na Feira e melhor ainda na cidade. A Feira geralmente se estende por 10 dias e o reflexo da sua propaganda dura meses, pois continua trazendo turistas, revendedores, comerciantes e compradores em geral para toda a cidade. Com o passar do tempo, a medida que a cidade foi se profissionalizando, justificou-se até mesmo a duplicação da capacidade do "Centro de Exposições e Lazer". (Fonte: www.montesiao.com.br)

Fotos 35 e 36 – Mosaico de Imagens da 31ª. Fenat (Monte Sião, 2006)



Fonte: www.montesiao.com.br

Outra Feira que se fundamenta em vínculos cooperativos entre produtores, Associações e poder público, mas que envolve todos os municípios produtores do "Circuito das Malhas", é a FECIMA, a Feira Nacional do Circuito das Malhas, que normalmente se realiza em São Paulo e reúne expositores vindos das cidades de Jacutinga, Monte Sião, Itapira, Serra Negra, Ouro Fino, Inconfidentes, Socorro, Lindóia e Águas de Lindóia. Essa feira é geralmente realizada no mês de julho e é um evento registrado no calendário da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). Trata-se de evento co-organizado pelos municípios do "Circuito das malhas" e é extensão de um projeto de marketing e divulgação antecessor do "Circuito Turístico das Malhas", denominado de "Circuito Fashion Tricot", que reunia os municípios de Jacutinga, Monte Sião e Ouro Fino.

Os vínculos formais entre produtores e demais atores locais já ocorre naturalmente por meio da integração estreita das malharias, confecções e lojas,

dentro de uma mesma estrutura produtiva concentrada muitas vezes na mesma empresa (sistema de “lojas da fábrica”). Mas se abordarmos a relação entre empresas juridicamente e financeiramente distintas, percebe-se ainda o forte predomínio de uma visão interempresarial baseada na concorrência como sinônimo de rivalidade, de acordo com a opinião de 40% dos entrevistados em Monte Sião e 50% em Jacutinga. Ou seja, por competirem no mesmo filão de mercado, muitas vezes com produtos semelhantes, a outra malharia é vista como um rival que tem de ser superado. A busca por laços cooperativos com outras empresas é algo presente para cerca de 30 a 35% das empresas da região que reconhecem as malharias vizinhas como parceiras e, neste caso, foram citados exemplos de relações informais para empréstimo de fios entre malharias vizinhas, indicação de clientes quando a malharia não é especializada em algum artigo e uso ocasional do maquinário de outra malharia para atender demanda excedente. Com menor peso, mas significativo em Monte Sião, se coloca o relacionamento de indiferença com outras malharias, ou seja, não vêem a malharia vizinha como rival, mas também não desejam estabelecer nenhum tipo de parceria e compromisso com a mesma. (tabela 47)

Tabela 47 – Qualidade da relação entre as Malharias do Circuito das Malhas em Set. /2.006.

COOPERAÇÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Concorrentes e Rivais	19 (50%)	17 (42,5%)
Parceiros, com os quais estabeleço laços de cooperação	14 (36,8%)	12 (30%)
Indiferente	5 (13,2%)	11 (27,5%)
Total de empresas	38 (100%)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

A rivalidade pode até ser salutar, em um primeiro momento, como incentivo à inovação e diversificação da produção de malhas local, mas, no atual estágio de modernização e competitividade em que se encontram os municípios de Jacutinga e Monte Sião e em face as principais demandas e dificuldades dos produtores locais, coloca-se como fator necessário o fortalecimento de parcerias e vínculos cooperativos mais amplos dos empresários entre si, com ou sem intermédio da Associação Comercial, e destes com o poder público. Tal “capital social”, construído com base em princípios associativistas e cooperativistas parece estar na base do trabalho tanto da ACIJA, quanto da ACIMS que, ao encamparem projetos do Sebrae e outros órgãos, propagam idéias como “unir para crescer” e “integrar para

desenvolver”. O fortalecimento deste tipo de “atmosfera” cooperativa pode funcionar como uma espécie de “mola amortecedora” de possíveis crises conjunturais na indústria local, favorecendo o desenvolvimento de projetos coletivos para o aglomerado produtivo (aquisição de equipamentos, fios, análises laboratoriais e consultorias), estimulando o ímpeto competitivo de cada empresa individualmente.

Tendo em vista o quadro geral anteriormente apresentado, pode-se caracterizar o controle e governança dos circuitos produtivos locais de Jacutinga e Monte Sião, como horizontalmente distribuído entre as pequenas e médias malharias, confecções e comércio local. Tal configuração só é possível em decorrência da variedade das formas de distribuição e comércio dos artigos locais, que não dependem apenas de venda intermediária para grandes lojas e confecções externas que, desta feita, ditariam os rumos da produção local e as possíveis redes e *linkages* estabelecidas, capturando maior parte da cadeia de valor.

O predomínio do comércio com os pequenos varejistas oriundos da grande São Paulo e de outros Estados possibilita que o território local ainda defina maior parte de suas próprias estratégias competitivas, como o design das peças vendidas, o tipo de maquinário utilizado e os fornecedores de fios, etc. As Associações Comerciais, por outro lado, também exercem papel fundamental como intermediários entre os produtores e comerciantes e como estimuladores internos, através da oferta de serviços, cursos, consultorias, entre outros.

Apenas as prefeituras que ainda carecem de atuação mais efetiva, como ator institucional, junto aos aglomerados de malharias de Jacutinga e Monte Sião, estão sendo até o momento reconhecidas como instrumentos de atuação apenas precária no esforço competitivo da indústria de malhas da região, apesar de alimentarem junto aos industriais locais expectativas quanto ao aumento de ações voltadas à divulgação da produção local, estímulo ao “turismo de compras” e melhorias na infra-estrutura de lazer e serviços públicos que atendam as demandas do turismo.

Nesse sentido, a formalização do “Circuito Turístico das Malhas” do Sul de Minas (**tabela 48**) traz importantes perspectivas para a potencialização dos recursos competitivos da região produtora de malhas do Sul de Minas, tanto que já é reconhecido por mais de 71% das empresas entrevistadas em Jacutinga como um órgão importante, mesmo estando ainda em processo de efetivação (perspectiva apontada pelos outros 40% dos entrevistados). O “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas” é resultado de uma política de desenvolvimento regional iniciada pela

Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais que visa a dar certificação e incentivos a uma série de circuitos turísticos espalhados pelo território estadual. Um circuito é formado pela reunião de dois ou mais municípios em torno de uma atividade econômica principal e, por esse princípio, Jacutinga, Monte Sião e mais quatro municípios vizinhos se articulam em torno da produção de artigos de malha.

Esse órgão teve como medida inicial para sua oficialização a formação de uma Associação que integra representantes das Associações Comerciais e Industriais e Prefeituras dos seis municípios integrantes ³⁸. O segundo passo foi a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico que garantiu o recebimento de um certificado provisório pela Secretaria de Turismo do Estado, em cerimônia realizada em Março de 2006.

O próximo passo para seu reconhecimento e certificação permanente é a realização de um amplo inventário e diagnóstico das atividades econômicas e potencialidades locais, em consórcio com a Faculdade Asmec, de Ouro Fino. Desse modo, a oficialização e a consolidação do órgão alimentam uma série de expectativas, dentre as quais se colocam: maior integração das cadeias produtivas municipais (produtores, fornecedores e comerciantes), expansão da capacidade de divulgação e marketing da produção local, atração de incentivos e investimentos do governo estadual e, exploração de atividades e serviços afins da indústria de malhas (turismo, rede hoteleira), fortalecendo a base econômica dos municípios e incrementando o turismo de compras.

Trata-se de iniciativa importante que excede os limites político-administrativos já sedimentados e cria nova plataforma de governança territorial, articulando uma série de municípios vizinhos e economicamente convergentes em uma institucionalidade que agrega as potencialidades e recursos individuais visando à promoção da competitividade territorial da região, vista como uma totalidade sócio-produtiva, um verdadeiro Arranjo Produtivo Local intermunicipal.

³⁸ A atual presidente da Associação do Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas é a Sr.a Sheila Tumoto representante da Prefeitura municipal de Ouro Fino.

Tabela 48 – Avaliação da Atuação do “Circuito das Malhas do Sul de Minas” pelas malharias em Set. /2.006.

AVALIAÇÃO	JACUTINGA	MONTE SIÃO
Importante	27 (71,1%)	24 (60%)
Pouco Efetivo	8 (21,1%)	12 (30%)
Desconheço o projeto	3 (7,9%)	4 (10%)
Total de empresas	38 (100%)	40 (100%)

Fonte: Pesquisa direta Organização: Lucas Labigalini Fuini

Por fim, é possível caracterizar a região do “Circuito das Malhas do Sul de Minas” como berço de um Arranjo Produtivo Local, conforme pressupostos já mencionados e, apesar das carências profissionais, institucionais e de alguns serviços ainda ausentes, trata-se de porção territorial dinamizadora de uma série de recursos indispensáveis à competitividade territorial no segmento das malhas, como por exemplo: especialização setorial; proximidade entre produtores, fornecedores e comerciantes, estímulo a inovação em equipamentos e em aspectos incrementais, mão-de-obra experiente e habilidosa, proximidade de importantes centros consumidores e existência de arcabouço institucional razoável, contando com a atuação das Associações Comerciais e Industriais na condição de intermediários de parcerias internas e externas indispensáveis.

Desse modo, na definição de um perfil dos recursos e ativos específicos da região do “Circuito das Malhas”, enquanto condicionantes principais da “competitividade territorial local”, se reconhecem os seguintes elementos principais:

- A)** Especialização setorial local e adensamento da cadeia produtiva local dentro dos municípios e entre os municípios permitindo identificar, no tecido socioprodutivo local, a configuração de um Arranjo Produtivo Local;
- B)** Oferta de mão-de-obra qualificada no trabalho cotidiano na confecção de artigos em tricô, patrimônio cultural transmitido historicamente;
- C)** Arcabouço institucional necessário à inovação e articulação mínimas entre os atores locais e agentes externos, tarefa exercida, sobretudo, pelas Associações comerciais e industriais através dos serviços que oferecem;
- D)** Ímpeto inovador e empreendedor dos empresários que têm investido em equipamentos modernos e em mudanças incrementais (*design* das peças e lojas);
- E)** Envolvimento de vários municípios no projeto do “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas”, que institucionalizará a procedência da produção regional,

distinguindo-a de outras regiões e fortalecendo a integração das cadeias produtivas entre municípios.

Desse modo, os elementos acima mencionados, dentre outros considerados como especificidades territoriais existentes nos municípios do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, podem ser agrupados e organizados em uma quadro teórico dos *recursos e ativos territoriais* (**quadro 3**), semelhante àquela elaborada por Benko; Pecqueur (op. cit p. 70) baseada na premissa de que a qualidade territorial específica de um recurso ou ativo é que define, em última instância, a competitividade.

Quadro 3 – Aplicação da Tipologia dos Recursos e Ativos Territoriais e as Vantagens e Desvantagens Competitivas do Circuito das Malhas

FATORES	GENÉRICOS	ESPECÍFICOS
RECURSOS	<p>1 – Extrema especialização setorial;</p> <p>2 – Força de trabalho e empresariado com formação simples;</p> <p>3 – Infra-estrutura turística local mínima (rede hoteleira e opções de lazer).</p>	<p>1 – Belezas paisagísticas favoráveis ao turismo de inverno e movimento de compras (Estâncias hidrominerais);</p> <p>2 – Boas condições de vida (IDH, educação, renda);</p> <p>3 – Conhecimentos sobre tricô e crochê acumulados historicamente;</p> <p>4- Mobilização institucional baseada nas Associações Comerciais e Industriais;</p> <p>5 - Ambiente institucional favorável com a progressiva consolidação do “Circuito das Malhas”;</p>
ATIVOS	<p>1 – Mão-de-obra com baixo nível de instrução formal e estrutural educacional básica;</p> <p>2 – Fios de lã e linho comprados de outros centros;</p> <p>3 – Atuação mínima das prefeituras locais por meio das Secretarias e Departamentos de Turismo, Comércio e Indústria;</p> <p>4 – Estrutura de crédito e financiamento baseada em bancos convencionais e de desenvolvimento com fraca articulação com as empresas;</p> <p>5 – Algumas estradas em mau estado de conservação (Monte Sião e Ouro Fino);</p> <p>6 – Espírito individualista do empresariado.</p>	<p>1 - Força de trabalho qualificada em exercício (saber-fazer);</p> <p>2 - Inovação tecnológica (equipamentos) adaptada às habilidades específicas locais;</p> <p>3 – Cooperação entre municípios vizinhos por meio do “Circuito das Malhas”;</p> <p>4 – Proximidade do maior mercado consumidor do Brasil, estimulando inovações em design e estilo das peças;</p> <p>5 – Empreendedorismo empresarial</p>

Fonte: Elaborado por Lucas Labigalini Fuini com base em Benko e Pecqueur (2001)

Além das especificidades territoriais acima expostas, o “Circuito das Malhas” é detentor também de uma outra vantagem competitiva essencial: a proximidade geográfica em relação aos principais centros consumidores do país (Região Sudeste), apesar da tendência à diversificação estadual e regional das vendas locais. No entanto, a região possui também alguns gargalos e carências à competitividade e expansão econômica, analisados na condição de recursos e ativos genéricos, como por exemplo, a baixa instrução e competência técnica da mão-de-obra, carência de serviços mais sofisticados (crédito, consultorias) e a fragilidade do vínculo cooperativo entre atores privados e poder público municipal concomitante ao individualismo empresarial, fatores estes que contrabalanceados em relação aos recursos e ativos específicos, resultam em uma situação competitiva favorável aos municípios centrais da região das malhas do sul-mineiro.

O APL do “Circuito das Malhas” passa, no momento, por um processo de transição em sua evolução e nível de integração. O atendimento às exigências por inovação tecnológica em termos de utilização de maquinário avançado e adaptação da mão-de-obra parece agora dar lugar à demanda por uma aproximação institucional entre os atores principais do “Circuito”, visto que a cooperação poderia funcionar como importante alavanca territorial para o acesso a serviços especializados; estímulo à inovação incremental, sobretudo no período de outono-inverno; desenvolvimento de projetos turísticos e busca por novos mercados consumidores, visualizando um aumento no número de empresas que exportam seus produtos e que acessam mercados mais sofisticados. Tais mudanças permitem à região dar um salto qualitativo importante rumo à criação e à consolidação de novos “recursos e ativos” específicos tão importantes na busca por uma competitividade territorial crescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto organizado na forma de uma dissertação de mestrado procurou-se expor, da forma mais sistematizada possível, a evolução e os esforços empreendidos no sentido de compreender melhor a relação existente entre as noções de “Competitividade” e “Território”, como categorias essenciais da análise econômico-geográfica, tomando como base a realidade territorial regional dos municípios produtores de artigos de vestuário em Malha da Região Sul de Minas Gerais. Neste sentido, a presente dissertação possibilitou a análise aprofundada das hipóteses e teses centrais acerca da relação entre competitividade de Arranjos Produtivos e os recursos específicos do território, possibilitando concluir que no contexto sócio-econômico-territorial dos principais municípios do “Circuito das Malhas do Sul de Minas” se situam fatores culturais, econômicos e institucionais que concedem àquela região vantagens competitivas importantes no âmbito da produção de malhas brasileira.

No entanto, ao considerarmos a “competitividade territorial” como um processo dinâmico e incompleto, nota-se ainda alguns gargalos institucionais, organizacionais e econômicos que precisam ser trabalhados a fim de que a região alcance patamares cada vez mais elevados de competitividade territorial e desenvolvimento sócio-econômico, articulando seus ativos específicos com os recursos e ativos ainda a explorar no caminho da melhoria e aperfeiçoamentos contínuos.

A base teórica e a análise empírica atenderam aos objetivos principais de contribuir com a compreensão das demandas atuais da industrialização existente no território brasileiro quanto à identificação de aglomerados produtivos de Micro, pequenas e médias empresas e à mobilização de suas potencialidades competitivas voltadas ao desenvolvimento territorial, não se restringindo apenas a um inventário de recursos que caracterizam quantitativamente a competitividade de um território. O estudo permitiu verificar as principais formas de mobilização entre atores que conduzem aos processos de especialização dos lugares e a especificação de seus recursos, ou seja, as estratégias competitivas dos territórios. Neste sentido é que se tornou possível a proposição de uma tipologia de análise da competitividade em adequação às particularidades do desenvolvimento histórico de cada território

configurado em APL sem que, no entanto, se perdesse o efeito de poder comparativo entre as localidades.

Na região do “Circuito das Malhas” observa-se a predisposição acentuada do aglomerado produtivo local à concentração setorial - aliado ao fato de que amplo contingente dos estabelecimentos é de micro e pequeno porte – corroborando com as hipóteses iniciais aventadas de que nessa região se desenvolve um promissor Arranjo Produtivo Local. Aglutinam-se ainda fatores culturais e sócioinstitucionais da região, bem como aspectos paisagísticos, que favorecem a construção de um tipo de “identidade local” no que tange à produção de peças de malha a partir de um saber-fazer local mobilizado historicamente. Em decorrência desse fato, as estratégias de competitividade das empresas locais acabam sendo fortemente territorializadas.

As atuais relações competitivas nos âmbitos nacional e internacional se refletem fortemente na região do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, através dos desafios colocados aos produtores locais em decorrência da inserção de produtos têxteis chineses no mercado brasileiro. O progresso em aspectos relacionados à inovação tecnológica, através da aquisição e adaptação de equipamentos modernos aos procedimentos e usos produtivos locais, propiciou à região obter posição de destaque na indústria de malhas brasileira, auferindo ganhos sucessivos em sua produtividade. O contexto econômico atual exige, no entanto, que o Arranjo dê um salto qualitativo: deixe de ser apenas um aglomerado com alta especialização produtiva e se transforme em um arranjo produtivo consolidado por instituições que promovam a “cooperação” entre atores locais e façam emergir as especificidades competitivas locais. Essas especificidades locais podem ser visualizadas em termos de melhorias quanto à capacitação da mão-de-obra, à qualidade e diversificação do produto local e exploração de novos mercados consumidores, internos e externos (exportação).

Para tanto, faz-se necessário que as ações individuais dos atores locais – as malharias, as Associações comerciais e industriais, os Bancos, o Sindicato de trabalhadores e as Prefeituras – sejam canalizadas para determinadas iniciativas e projetos comuns voltadas à exploração de alguns recursos específicos que a região ainda não oferece ou que estejam sendo mobilizados de forma ainda precária. Um indicativo interessante desse tipo de parceria ocorre com a formação do “Circuito das Malhas do Sul de Minas”, uma associação de municípios voltados a promoção

do desenvolvimento local com base na exploração da atividade turística consorciada à produção de malhas. Segundo as autoridades locais, a idéia é que o “Circuito” funcione como ponto de convergência de projetos voltados à dinamização do potencial turístico local, ainda subexplorado, aliada à divulgação e marketing externos dos atrativos locais, consolidando uma referência nacional quanto à indústria e comércio de malhas retilíneas da região. O patamar final do projeto dos “Circuitos” poderia levar ao desenvolvimento de uma espécie de Selo ou Certificado, junto a Secretaria de Turismo e de Indústria do Estado de Minas, que controlasse a qualidade e procedência da produção local. Exemplos como o Pólo Industrial de Ibitinga, em São Paulo, reforçam tais hipóteses. O presidente da ACIMS acredita, no entanto, que o processo de certificação da produção local poderia levar, em um primeiro momento, à exclusão de muitas malharias de pequeno porte da cadeia produtiva que não conseguissem alcançar os patamares técnicos exigidos para certificação.

A região de Ibitinga, conhecida como “Capital Nacional do Bordado” é sede do projeto de Arranjos produtivos locais desenvolvido em parceria entre o Sebrae, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Sindicato das Indústrias e Comércio local (Sindicobi). Essa parceria deu à região um estímulo inicial para a inovação tecnológica e expansão produtiva, em situação semelhante à do “Circuito das Malhas”, e, atualmente, o foco passou a ser a qualidade da produção, tendo em vista o mercado internacional e o aumento da capacitação da mão de obra. Seguindo esse caminho de evolução competitiva, há um projeto desenvolvido entre os parceiros do APL para lançar os Selos de Qualidade e Procedência das peças produzidas na cidade, criando um modelo de organização que permita estabelecer metas e acompanhar o cumprimento de resultados e cronogramas. Essa situação de transição está muito próxima da realidade do “Circuito das Malhas do Sul de Minas” que terá pela frente a necessidade de seus atores principais fazerem escolhas importantes relacionadas à melhoria das condições da competitividade territorial local.

A superação de alguns gargalos sócioprodutivos, apontados em pesquisa de campo, se coloca como essenciais para a região do “Circuito das Malhas” dar um salto qualitativo. Dentre eles, se destacam:

A) necessidade de as malharias mesclarem o individualismo empresarial com o espírito “cooperativo” em relação aos demais atores locais, conciliando a “saudável” concorrência local com o estímulo coletivo à inovação e qualificação;

B) ação mais efetiva dos Poderes públicos locais, tanto em Jacutinga quanto em Monte Sião, como atores intermediários no desenvolvimento de projetos coletivos de curto, médio e longo prazo voltados ao desenvolvimento territorial, articulando os estímulos à produção de malhas, com investimentos em infra-estrutura mínima para o turismo, ações sistemáticas de divulgação das indústrias locais e fortalecimento de parcerias com entidades externas buscando oferecer internamente e, com acesso irrestrito, serviços mais especializados (treinamento e formação de mão-de-obra, consultorias de moda, gerenciamento, etc.);

C) fortalecimento das Associações Comerciais e Industriais enquanto atores locais de ação pública, visto que suas iniciativas não atingem somente as malharias associadas, mas também toda uma cadeia produtiva territorializada, incluindo os serviços voltados à inovação tecnológica, capacitação de mão-de-obra, apoio às vendas, consultorias, realização de feiras, etc. O desenvolvimento de parcerias mais amplas e contínuas entre as Associações e as Prefeituras pode tornar concretas medidas visando trazer melhorias e qualidade à produção local, articulando as malharias, a produção terceirizada, o comércio e a mão-de-obra em programas de controle e acompanhamento do processo produtivo. Para essa ação não se tornar pontual e isolada, pode-se aproveitar a estrutura do projeto intermunicipal do “Circuito das Malhas” para desenvolver projetos na rede de cidades, haja vista a complementaridade comercial e produtiva entre Jacutinga e Monte Sião, criando alguns experimentos-piloto nos principais centros do Circuito: Jacutinga, que pode se institucionalizar pioneiramente como “Capital Nacional das Malhas” e Monte Sião, como a “Capital Nacional do Tricô”;

D) maior participação em Feiras internacionais, por intermédio das Associações Comerciais e industriais, prefeituras e suas parcerias externas, buscando obter um aprendizado e know-how necessários a desenvolvimento de projetos de exportação. O objetivo central é transformar as iniciativas isoladas de algumas malharias que

vendem para outros países em um programa que articule os interesses da indústria de malhas como um ente coletivo.

Reforçamos, portanto, a tese de que uma política voltada ao estímulo da competitividade e ao desenvolvimento territorial não pode estar descolada de um projeto mais amplo de desenvolvimento local, regional e nacional, à custa do avanço industrial beneficiar a poucos - as empresas e trabalhadores na parcela formal da economia - e excluir amplas camadas dos benefícios advindos com elevação da produção e da competitividade do arranjo produtivo localizado. Por isso, a competitividade territorial não pode ser compreendida dissociada da noção de desenvolvimento territorial, que envolve um amplo e complexo processo de crescente territorialização do desenvolvimento econômico, fortalecendo as várias formas de organização socioterritorial e de processos de inovação localizados, tornando os territórios, as regiões e seus atores como protagonistas do crescimento econômico e do desenvolvimento local.

Ao caracterizar a competitividade atual do “Circuito das Malhas” como fortemente baseada sobre dinâmicas territoriais, ou seja, na intensidade qualitativa dos fatores locais de suporte à competitividade (instituições, escolas, universidades), reconhece-se também, sob o prisma do ‘desenvolvimento territorial’, a criação de algumas formas de regulação e governança do espaço territorial local, a partir de estratégias variadas que envolvem a mobilização e a remuneração da mão-de-obra, investimentos em inovação tácita e codificada (aprendizagem), criação de instituições e parcerias formais e informais, incentivos fiscais à produção, políticas industriais, etc.

Define-se por “desenvolvimento territorial” ao conjunto de processos concernentes ao crescimento industrial, modernização tecnológica, aumento da produtividade, capacitação da mão-de-obra e caracterização de uma estrutura de governança institucional e política do território, processo em cuja base se colocam as dinâmicas e estratégias associadas à “competitividade territorial”. O protagonismo do território como sujeito do desenvolvimento se faz, além dos fatores mencionados, pela definição de coalizões políticas e formas de cooperação e coordenação entre atores econômicos, poder público e sociedade civil buscando promover o (re) ordenamento do território por meio da mobilização dos recursos e ativos específicos (materiais e imateriais) com vistas a melhorias da economia local ao lado da qualidade de vida e bem-estar social de sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. R. de P. **O Averso da Moda: Trabalho a Domicílio na Indústria de Confecção**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BECATTINI, G. "O Distrito Marshalliano: Uma noção sócio-econômica". In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994, pp. 45-58.
- _____. "Os Distritos Industriais na Itália". In COCCO, G., et. alii. (org.), **Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos: O caso da Terceira Itália**, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Coleção Espaços do Desenvolvimento, Sebrae e DP&A Editora, 2002, p. 19-32.
- BECKER, D. "Necessidades e Finalidades dos Projetos Regionais de Desenvolvimento Local". In BECKER, D.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e Desafios Contemporâneos**. (Vol. I). Sta. Cruz: Edunisc, 2000.
- BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. De la regulación de los espacios a los espacios de la regulación. In BOYER, R.; SAILARD, Y. (ed.), **Teoría de la regulación: Estado de los Conocimientos**. Buenos Aires: Ed. Asociación Trabajo y Sociedad/Oficina de Publicaciones do CBC, 1997, p. 115-123.
- _____. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 1, nº 2, p. 7-12, março de 2001.
- _____. & PECQUEUR, B. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul. /dez 2001.
- BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO, 2004.
- BOISIER, S. "Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial". **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 2, n. 3, p. 9-28, Setembro de 2001.
- BOYER, R. **A Teoria da Regulação: Uma Análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.
- BORIN, P. **Divisão interurbana do trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia da USP, 2003, 128 f.

- CANO, W. "As Pequenas e Médias Indústrias (PMIs) no limiar da Terceira Revolução Industrial: Notas para uma Subseqüente Investigação". In CANO, W. **Reflexões sobre a Nova (Dês) Ordem Internacional**. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1994.
- CAPORALL, R.; VOLKER P. **Projeto PROMOS/SEBRAE/BID: Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. Versão 2.0. Brasília: Sebrae, 2004.
- CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. e SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro: REDESIST (www.ie.ufrj.br/redesist), Bloco 3, Nota Técnica 27, Dezembro de 2000.
- CASTELLS, M. A. **Sociedade em Rede**. São Paulo, Ed. Paz e Terra (4ª Edição), 2000.
- CASTRO, I. E. de "Instituições e Território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania". **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1997.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. "Integration des Espaces et Quasi Integration des Firmes: Vers de Nouvelles Rencontres Productives?". *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, p. 489-507, 1993.
- COLLETIS-WAHL, K.; PECQUEUR, B. "Territories, Development, and Specific Resources: What Analytical Framework?". **Regional Studies**, UK, v. 35, n. 5, p.449-459, 2002.
- COSTA, M. L. "As Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Local: Conceitos e Experiências". GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (org.), **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. São Paulo: Ed. SENAC/SP, p. 109-126, 2001.
- COURLET, C. "Territoire et Développement". **Revista de Economia Regional e Urbana**, Grenoble, n. 3, p. 535-536, 1999.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Campinas: Ed. UNICAMP/Papirus (2ª Edição), 1994.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. "Dinâmica Territorial do Desenvolvimento". In BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (org.) **Desenvolvimento Regional: Abordagens Interdisciplinares**. Sta. Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 175-213.
- _____ ; SIENDENBERG, D. R.; FERNANDEZ, V. R. "Desenvolvimento Territorial: Uma Revisão Teórica na Perspectiva da Territorialização do Desenvolvimento". In WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P.

- Desenvolvimento Regional: Capital Social, Redes e Planejamento.** Sta. Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 101-133.
- DALL'ACQUA, C. T. B. **Competitividade e Participação:** Cadeias Produtivas e a definição dos Espaços Geoeconômicos global e local. São Paulo: Anna Blume, 2002.
- Du TERTRE, C.; et. alii. "Sectores y territorios em las regulaciones emergentes". **Noticias de la Regulacion** (tradução), Grenoble: Cepremap, n. 33, jun. 2000.
- DURAND, P. "A indústria têxtil no Brasil". In RATTNER, H. (org.), **Pequena Empresa: O Comportamento Empresarial na Acumulação na Luta pela Sobrevivência.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 148-199.
- FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e Coordenação de Sistemas Agroindustriais: Um Ensaio Conceitual. **Gestão e Produção**, v. 6, n. 3, Dez. 1999, p. 147-161.
- FREDERICO, S. e CASTILLO, R. "Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil". **Ciência Geográfica**, Bauru, v. X, n. 3, p. 236-241, Set/Dez 2004.
- GARCIA, R.; CRUZ-MOREIRA, J. C. "O Complexo Têxtil-Vestuário: Um Cluster Resistente". In COMIN, A. A.; SOMEKH, N. (coord.), **Caminhos para o Centro: Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo.** São Paulo: CEM/CEBRAP/EMURB/PMSP, 2004, p. 15-32.
- GAROFOLI, G. "Os Sistemas de Pequenas Empresas: Um Caso Paradigmático de Desenvolvimento Endógeno". In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica.** Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 203-217.
- GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em Geografia.** São Paulo: Difel, 1.981.
- GILLY, J. P.; PECQUEUR, B. "La dimensión local de la regulación". In BOYER, R.; SAILARD, Y. (ed.), **Teoría de la regulación: Estado de los Conocimientos.** Buenos Aires: Ed. Asociación Trabajo y Sociedad/Oficina de Publicaciones do CBC, 1997, p. 115-123.
- GROCCO, M. et. alii. **Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar (Texto para Discussão), 2003, p. 32-54.
- GUASQUES, V. "China ameaça Circuito das Malhas". **Correio Popular**, Campinas: 04 de Dezembro de 2005, Caderno Economia, p. B13.
- _____. "Calor atípico prejudica malharias da região". **Correio Popular**, Campinas: 14 de Junho de 2005, Caderno Economia, p. B.

- HUMPHREY, J.; SCHIMITZ, H. "How Does Insertion in Global Value Chains Affect Upgrading in Industrial Clusters?". **Regional Studies**, v. 36, n. 9, p. 1017-1027, 2002.
- KRUGMAN, P. **Internacionalismo Pop**. São Paulo: Campus - Elsevier, 1999.
- _____; OBSTEFELD, M. **Teoria do Comércio Internacional**. São Paulo: Campus - Elsevier, 2000.
- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. In **REDE DE SISTEMAS PRODUTIVOS e INOVATIVOS LOCAIS (Redesist)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em 2005.
- LEBORGNE, D. e LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva e ofensiva: Os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In VALLADARES, C. e PRETECEILLE, E. (Org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990, p. 17-43.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O Pós-Fordismo e seu Espaço. **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, n. 25, p. 19-29 1988.
- MANZAGOL, C. **Teoria da Localização Industrial**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MARKUSEN, A. "Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator". In DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.), **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- MATESCO, V. R. e HASENCLEVER, L. "As empresas transnacionais e o seu papel na Competitividade Industrial e dos países: O caso do Brasil". In VEIGA, P. M. (org.), **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro, Sobeet – Relume Dumará, 2000, p. 161-192.
- MESSNER, D. "Dimensiones Espaciales de la Competitividad Internacional". **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, ano 2, n. 3, p. 13-40, 1996.
- MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Diagnóstico**. Monte Sião, 2003.
- MULLER, G. "El Caleidoscópico de la Competitividad". **Revista de la Cepal**, Santiago, Nações Unidas, n. 56, p. 137-148 Agosto de 1995.
- PERES, W. "A dimensão local das políticas de competitividade industrial". GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (org.), **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. São Paulo, Ed. SENAC/SP, 2001, p. 363-375.

PIRES, E. L. S. **Os Mercados de Trabalho nas Zonas de Integração Regional: A construção inacabada da regulação salarial na União Européia**. Tese (Livre Docência), IGCE, UNESP, Rio Claro, 2003.

_____.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. “Indústria e Exportação na Região de Rio Claro: Problemas e Desafios da Competitividade Industrial e do Comércio Exterior no limiar do Século XXI”. **Geografia**, Ageteo - Rio Claro/SP, v. 25, n.3, p.45-71, Dez. 2000.

PORTER, M. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro, Ed. Campus (7ª Ed.), 1990.

_____. **Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro, Ed. Campus (5ª Ed.), 1991.

_____. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Rio de Janeiro, Ed. Elsevier/ Campus, 1999.

REVISTA INDÚSTRIA BRASILEIRA. **Pequenas Potências**. Confederação Nacional das Indústrias - CNI, Dezembro de 2003.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo, Ed. Nobel, 1992.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise”. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: Ano XIII, p. 23-35, 1999.

_____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro-São Paulo: Ed. Record, 2001.

SEBRAE. **Mobilização dos Territórios para o Desenvolvimento**. Brasília: Texto Interno para Discussão, 2003.

SELINGARDI-SAMPAIO, S.; PINHEIRO, S. S. “Relações de Produção e de Trabalho na Indústria, particularmente na de Confecções: Uma Abordagem teórica (I)”. **Geografia**, Ageteo – Rio Claro, v.19, n.2, p. 1-35, Out. 1994.

SENGENBERGER, W.; PIKE, F. “Distritos Industriais e Recuperação Econômica Local: Questões de pesquisa e de política”. In COCCO, G., et. alii. (org.), **Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos: O caso da Terceira Itália**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Coleção Espaços do Desenvolvimento, Sebrae e DP&A Editora, 2002, p. 101-146.

STORPER, M. “A Industrialização e a Questão Regional no Terceiro Mundo”. In VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/luperj, 1990, p. 97-123.

_____. “Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias

subdesenvolvidas”. In LAVINAS, L., CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (org.). **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993, p. 13-26.

_____. “Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: O Desafio dos Países em Desenvolvimento”. In RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JR. O. A. dos (org.) **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994, p. 23-63.

_____. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. New York: Guilford Press, 1997.

_____. e HARRISON, B. “Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90”. In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 171-188.

_____. ; WALKER, R. **The Capitalist Imperative: Territory, Technology and Industrial Growth**. New York: Basil Blackwell, 1989.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J., GARCIA, R.; SAMPAIO, S. “*Clusters* ou Sistemas Locais de Produção: Mapeamento, Tipologias e Sugestões de Políticas”. **Revista de Economia Política**, São Paulo: ABEP, v. 24, n. 4, out/dez de 2004.

THORSTENSEN, V.M. “Estrutura de Mercado e Pequenas e Médias Empresas Têxteis”. In RATTNER, H. (org.), **Pequena Empresa: O Comportamento Empresarial na Acumulação na Luta pela Sobrevivência**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 148-199.

TORRE, A. “Desenvolvimento Local e Relações de Proximidade: Conceitos e Questões”. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS: v.4, n. 7, p.27-39, Set. 2003.

VALENTIM R. “O Capital Social como um dos elementos que compõem a Dinâmica do Desenvolvimento Regional”. In BECKER, D. F.; WITTMAN, M. L. (org.) **Desenvolvimento Regional: Abordagens Interdisciplinares**. Sta. Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p.245-261.

VILLASCHI FILHO, A.; CAMPOS, R. R. “Sistemas/Arranjos Produtivos Localizados: Conceitos históricos para novas abordagens”. In CASTILHOS, C. C. (coord.). **Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção: A construção de uma política pública no RS**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento e Fundação de Economia e Estatística, 2002, p. 11-48.

VITTE, C. de C. S. “Crise do Modelo de desenvolvimento, descentralização do poder e os novos desafios para os municípios do Brasil”. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba-PR: n. 4, v. 33, p. 33-42, 1999.

ANEXOS

I – INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS EM CAMPO

MODELO 1

Questionários aplicados em Monte Sião, no dia 08/03/2006, e em Jacutinga, no dia 21/03/2006

ATOR ALVO: Associações Comerciais e Industriais

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MONTE SIÃO

R. Minas Gerais, 233. Tel.: (35) 3465 – 1011

Email: acims@montesiao.com.br

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE JACUTINGA

R. Major Afonso, 217. Tel.: (35)3443-2206 / Fax.: (35)3443-2007

Email: acija@hardonline.com.br

→ Instituição:.

→ Contexto de formação:

→ Entrevistado:

→ Função que exerce na Instituição:

→ Setor que representa:

→ Formas de assessoria e serviços que são oferecidos ao setor (malhas) que representa:

→ Número de filiados (associados):

→ Panorama geral do mercado de Malhas da região e do município (Volume de Vendas, perspectiva de crescimento, principais concorrentes):

→ Tipos de vantagens competitivas que o Sr.(a) visualiza ter o município/região e que os concorrentes não possuem.

→ Tipos de problemas-gargalos que a produção de malhas local ainda enfrenta.

→ O Sr. (a) acredita que a Associação contribui de alguma maneira com o desenvolvimento econômico e social do município?

→ Existem iniciativas conjuntas entre as Associações Comerciais e Industriais dos municípios integrantes do “Circuito das Malhas”?

MODELO 2

Questionário respondido pelos integrantes da ACIMS, em Monte Sião, no dia 08/03/2006, e na ACIJA, em Jacutinga, dia 21/03/2006, também integrantes do Comitê gestor da Associação do Circuito das Malhas do Sul de Minas.

ATOR ALVO: Comitê Gestor da Associação do Circuito das Malhas do Sul de Minas.

→ Órgão:

→ Contexto/ano de formação:

→ Entrevistado/ função no órgão:

→ Experiência de atuação do órgão na região-município (citar experiências):

→ Trabalhos atuais do órgão na região (citar experiências e explicar como estão sendo operacionalizadas, avaliando aspectos positivos e negativos):

→ Quais tipos de problemas as empresas do Circuito das malhas apresentam e que são passíveis de uma atuação mais efetiva do órgão?

→ Qual o nível de efetividade da atuação do órgão nas pequenas empresas da região? Há uma grande demanda pelos serviços do órgão na região? Se houver, isso se reverte em melhora na competitividade dessas empresas?

→ A que fatores atribui a alta ou baixa demanda de atuação do órgão na região?

→ Dentre os programas oferecidos pelo órgão, qual o Sr. julga mais apropriado ao contexto socioprodutivo da região do Circuito das malhas? O programa de APLs se coloca dentre estes (se o entrevistado tiver conhecimento)?

→ Como o Sr. avalia o mercado consumidor para as malhas de Monte Sião.

MODELO 3

Questionário base para realização de entrevista no dia 24/10/2006 junto ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário, Confecções, Tricô, Malharias e Similares de Pouso Alegre e Região.

ATOR ALVO: Sindicatos de Trabalhadores e Associações Profissionais

→ Nome da Entidade/Diretoria:

→ Ano de Fundação e tempo de atuação no Circuito das Malhas:

→ Área e setores que representam:

→ Ligado a Central Sindical ou Confederação de Trabalhadores?

→ Número de filiados no “Circuito das Malhas” e nível de representatividade entre os trabalhadores da região (Alto, baixo). Justifique.

→ Ações do Sindicato buscando melhorias nas condições de trabalho na indústria de malhas do Circuito.

- Problemas e dificuldades para atuação sindical local.
- Queixas e elogios dos trabalhadores locais com relação às condições trabalho (Salários, respeito aos direitos trabalhistas, segurança no trabalho, higiene) nas malharias da região.
- Como é o relacionamento do Sindicato com a Associação Comercial e Industrial local? E com a Prefeitura?
- Opiniões sobre o trabalho terceirizado na indústria de malhas. O sindicato interfere neste tipo de relação de trabalho?
- Em que medida o sindicato está contribuindo com o “Desenvolvimento Territorial” (Econômico e Social) de Monte Sião e região?

MODELO 4

Questionário base para realização de entrevistas no dia 16/06/2006, com o Sr. Adriano Fernandes de Andrade, Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Jacutinga/MG e, no dia 24/10/2006, com o Sr. João Tadeu Dorta Machado, Diretor de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura de Monte Sião/MG.

ATOR ALVO: Poder público local

- Instituição:
- Função do entrevistado na Instituição:
- Contexto e ano de formação:
- Setor ou grupo social que representa
- Serviços e projetos de apoio voltados à indústria de malhas do município

- Panorama geral do mercado de malhas para o município (vendas, crescimento, etc.).
- Principais vantagens competitivas da indústria de malhas do município.
- Principais gargalos e dificuldades para a competitividade da indústria de malhas no município.
- Contribuições do órgão para o desenvolvimento econômico e social do município.
- Parcerias da Secretaria/Diretoria com outras entidades (Circuito das Malhas, Sebrae, Fiemg, Associação, etc.).
- Comentar sobre como a população local e aqueles envolvidos no setor de malhas tem avaliado as ações do poder público local.

MODELO 5

Formulário aplicado em malharias dos municípios de Jacutinga/MG, nos dias 16/06/2006 (Seis pilotos), 26/09/2006 e 27/09/2006 (amostragem com 38 unidades), e no município de Monte Sião/MG nos dias 19/06/2006 (Seis pilotos), 29/09/2006 e 30/09/2006 (amostragem com 40 unidades).

<u>ATOR ALVO</u>: Malharias – Comércio e Fabricação
--

EIXO 1 – DADOS GERAIS

- Nome do estabelecimento

- Site/ email: (cartão)

- Função do entrevistado no estabelecimento

- Município-sede do Estabelecimento e n. de unidades produtivas (fábricas) e de vendas (lojas):
 - () Jacutinga.....
 - () Monte Sião
 - Outros

→ Tempo de funcionamento da empresa

→ Anos de experiência no ramo (malha)

→ Tipo de produção a que se dedica e razões dessa opção:

Malhas retilíneas ()

a) Blusas de inverno ()

b) Camisetas de malha ()

c) Acessórios (cachecóis, tocas, ponchos) ()

Outros:.....

→ Quantidade de peças produzidas por mês ou dia (Estimativa):.....

→ Fatores considera mais vantajosos na opção de se localizar no município:

Relações familiares ()

Proximidade do mercado consumidor ()

Tradição e prestígio do local ()

Qualidade da mão-de-obra ()

Condições de infra-estrutura ()

Presença de fornecedores de máquinas/matérias primas ()

Outros:.....

→ Principais gargalos (dificuldades) à produção local:

Concorrência externa (produtos chineses, etc.) ()

Mudanças climáticas ()

Financiamento (bancos, etc) ()

Qualidade da mão de obra ()

Condições das estradas ()

Falta de Apoio da Prefeitura e da Associação Comercial ()

Outros:.....

→ Maior parte da demanda da empresa provém (%):

Do próprio município e vizinhança..... ()

De São Paulo e região metropolitana..... ()

Minas Gerais..... ()
De outros Estados..... ()
Outros:.....

→ Maior parte das vendas se destina ao (%):

Atacado (sob encomenda)..... ()

Varejo ()

Exportação ()

Outros:

EIXO 2 – INOVAÇÃO E APRENDIZADO TECNOLÓGICO

→ Quantidade de máquinas (entre as Retilíneas e de Costura) utilizadas na produção:

1 ()

Entre 2 e 4 ()

Entre 5 e 9 ()

Mais de 10 ()

Outros:

→ Idade média do maquinário:

1-2 anos ()

3 - 4 anos ()

Entre 5 e 9 ()

Mais de 10 anos ()

Outros:

→ Qual dessas melhorias o (a) Sr.(a) realiza constantemente:

Aquisição de maquinário moderno ()

Inovação em design e estilo das peças ()

Mudanças na vitrine das lojas ()

Serviços encomendados em laboratório (moda, testes em malha) ()

Não efetuei qualquer tipo de melhoria nos últimos anos ()

Outros:.....

→ Relação da mão-de-obra com as inovações (maquinário, design)

Adequada ()

Inadequada, devido à baixa qualificação ()

Inadequada, devido à carência de cursos e treinamento no local ()

Outros:

EIXO 3 - MERCADO DE TRABALHO E MÃO-DE-OBRA LOCAL
--

→ Número de funcionários da empresa: nº.....

() vendedores

() na linha produção (operadores de teares, etc.)

() costureiras

Outros:

→ Contrata mão de obra externa (Subcontratação/terceirização):

Sim ()..... Não ()

→ Origem da mão de obra:

() local e regional

() de outras regiões do Estado (MG e SP)

() de outros Estados (.....)

Outros:

→ Qual dos fatores abaixo o (a) Sr. (a) mais valoriza ao contratar um funcionário:

() vínculos familiares e de amizade

() qualificação e competência

() idade

() salário

Outros:

→ O (a) Sr. (a) considera a qualificação (especialização, competência, instrução) da mão de obra local:

() Adequada

- Adequada, mas poderia melhorar
 - Inadequada, mas não chegando a comprometer a produtividade da empresa
 - Péssima, comprometendo a produtividade da empresa
- Outros:.....

→ Quais dos fatores seguintes se encontram escassos no município e que poderiam contribuir com a melhoria da qualificação da mão de obra:

- Cursos técnicos, de especialização e treinamento
 - Cursos de nível superior
 - O problema incide sobre a escolaridade básica
- Outros:.....

EIXO 4 – GOVERNANÇA E ARCABOUÇO SÓCIO-INSTITUCIONAL

→ Qual das instituições abaixo o (a) Sr. (a) considera que mais tenha contribuído com a evolução de seu negócio:

- Associação comercial e industrial
- Prefeitura
- Sebrae, Fiemg, Senai
- Bancos
- Circuito das Malhas do Sul de Minas
- Nenhum

Outros:

→ O (a) Sr. (a) considera a atuação da Associação Comercial e Industrial do município:

- Atual :

Cursos e treinamentos (vendas, logística, moda, máquinas): .()

Consultorias ()

Feiras ()

Marketing ()

Outros:

- Ineficaz, mas seria importante uma atuação mais efetiva

Cursos e treinamentos (vendas, logísticas, máquinas): .()

Consultorias ()

Feiras ()

Marketing ()

Outros:

() Irrelevante, pois não necessito desse tipo de serviço

→ E quanto a ação da prefeitura:

() Importante :

() Ineficaz, mas seria importante uma atuação mais efetiva

() Irrelevante, pois não necessito desse tipo de serviço

→ Como o (a) Sr. (a) se refere as outras malharias do município:

() Concorrentes e rivais

() Parceiros, com as quais estabeleço ou gostaria de estabelecer laços externos de cooperação

() Irrelevante qualquer menção (indiferente)

Outros:

→ Qual dos serviços externo abaixo o (a) Sr. (a) considera que são mais precários no município/região:

() Fornecimento de matérias primas (fios, etc)

() Fornecedores de maquinário e outros insumos

() serviços turísticos (rede hoteleira, opções de lazer)

() sistema de crédito e financiamento

() consultoria financeira, administrativa, jurídica, gerencial

Outros:.....

→ Principal canal de divulgação de produtos:

() Catálogos

() Internet

() Folderes e cartazes

() Feiras anuais de expositores

- Outdoor
- No próprio estabelecimento

Outros:.....

→ Sobre o Circuito das Malhas do Sul de Minas:

- Desconheço a idéia
- Pouco efetivo
- Importante para meu negócio

Outros:.....